



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

DISLAINE SOUSA DE SÁ

A QUESTÃO AGRÁRIA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO SERVIÇO SOCIAL

São Cristóvão – 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

DISLAINE SOUSA DE SÁ

A QUESTÃO AGRÁRIA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO SERVIÇO SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para a conclusão do curso de Serviço Social, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Josiane Soares Santos.

FICHA CATALOGRÁFICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

DISLAINE SOUSA DE SÁ

A QUESTÃO AGRÁRIA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO SERVIÇO SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para a conclusão do curso de Serviço Social, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Josiane Soares Santos.

DATA DE APROVAÇÃO:

Prof.^a Dr.^a Josiane Soares Santos (Orientadora)
Departamento de Serviço Social/Universidade Federal de Sergipe

Prof.^a Dr.^a Theresa Cristina Zavaris Tanezini (Examinadora)
Departamento de Serviço Social/Universidade Federal de Sergipe

Magaly Nunes de Góis (Examinadora)
Mestre em Educação e Assistente Social na Empresa de Desenvolvimento Sustentável de Sergipe (PRONESE)

AGRADECIMENTOS

*“Sonho que se sonha só
É só um sonho que se sonha só
Mas sonho que se sonha junto é realidade.”.*

(Raul Seixas)

Durante esses quase cinco anos de graduação, vários sujeitos passaram e, de alguma forma, marcaram minha jornada. Muitos deles demarcaram seu território e confesso que sem eles a finalização desse ciclo não seria viável. Deparo-me com a tarefa (um tanto complicada) de agradecer a todos aqueles que não mediram esforços e contribuíram de maneira significativa para a materialização dessa conquista.

Não poderia iniciar este ensaio de outra forma senão agradecendo aos meus pais **Sebastião** e **Genivalda**, especialmente a **Mainha**, um ser de luz e inspiração, que apesar das dificuldades, conseguiu criar e educar os quatro filhos praticamente sozinha. Não há dúvidas da importância dessa mulher na minha trajetória pessoal e profissional. Embora estando geograficamente distante, se fez presente me incentivando a persistir no objetivo nos dias difíceis e nostálgicos. Além do incentivo, agradeço pelo cuidado e por tentar compreender minhas ausências (que não foram poucas). Por fim, seria deslealdade da minha parte não remeter a canção que melhor traduz o sentimento de tê-la comigo neste mundo, afinal *“enquanto houver você do outro lado, aqui do outro eu consigo me orientar.”*.

Quero agradecer também a meus irmãos **Deise** e **Daline** pelo apoio e incentivo e, sobretudo, a **Isaías**, pela paciência desprendida nos dias de estresse e correria. Muito obrigada pelo que vocês são! Amo vocês!

Gratidão à minha família extensa, especialmente aos meus **tios/tias** e **primos/primas** que sempre enviaram vibrações positivas e muito afeto.

Agradeço imensamente a meu amor e, sobretudo companheiro, **Alex Moura**, pela parceria diária e paciência incessante. Ao longo de todo o processo de construção e de revisão do TCC, esteve ao meu lado, dividindo comigo momentos de ansiedade, receios e estresse, mas também de alegrias e alívio. Agradeço ainda pela compreensão e contribuição direta na elaboração deste trabalho. Não há melhor fragmento para descrever sua cumplicidade, senão *“em tempo de chuva, que chova: eu não largo da sua mão!”*. Grata por tudo, meu amor!

Não poderia deixar de agradecer a **Mari**, que mesmo diante das atribulações da vida, esteve presente acompanhando e emanando vibrações positivas. Certamente, participar de

cada descoberta na vida de **Miguel** tornou esse processo mais leve. Obrigada Mabis! Amo você!

Como agradecer àquelas que proporcionaram o melhor acolhimento que poderia ter? Refiro-me aqui as “maridas” **Bruna, Cinthia, Dani, Iris, Livia e Suelen**, componentes do que denominei como minha segunda família. Tive a oportunidade de conhecer **Cinthia, Iris e Livia** no início da graduação e desde então, compartilhamos momentos únicos. Posteriormente, surgiram as demais, **Bruna, Dani e Suelen**, sempre por intermédio do PETS_SS. Dessa forma, agradeço enormemente a **Iris** pelas riquíssimas contribuições no processo de construção do TCC; a **Livia** por ser minha fonte inesgotável das discussões mais relevantes que poderia ter; a **Cinthia** pela disposição, incentivo e acima de tudo, pela transmissão de paz e calma; a **Dani** pelo espírito “deboísta”, pelos abraços confortantes e por me aturar nos períodos de crise e desespero; a **Suelen** pela motivação e pelos instantes de descontração; a **Bruna**, minha querida filha, pelo acalento, atenção e cuidado infinito. Não há palavras suficientes para descrever o que vocês representam em minha vida. No mais, “*esse imenso, desmedido amor vai além de seja o que for.*”.

Considero inadequado dissociar nossa história de amizade com o Programa de Educação Tutorial (PET_SS). Por isso, destaco a importância deste programa, uma vez que para além de articular a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, contribui para a formação ampliada dos seus integrantes numa perspectiva crítica e de totalidade. Ao mesmo tempo, viabiliza a partilha de laços afetuosos e intensos, marcando a trajetória pessoal e profissional de cada sujeito que adentra nele. Nesse sentido, agradeço aos petianos que fizeram parte da minha trajetória acadêmica e dividiram os momentos mais felizes, construtivos e prazerosos (exceto os atrasos das bolsas – risos) durante os quase três anos de participação. Sem dúvidas, o PET_SS é o divisor de águas na formação de cada sujeito. Enfim, uma vez petiano, sempre petiano! Agradeço a minha Tutora, **Lúcia Aranha**, pelas valiosas orientações, confiança, receptividade e carinho, fundamental para o processo de formação profissional e para o crescimento particular.

Se a experiência do PET_SS foi importante, senão o principal componente da minha graduação, fora dos muros da universidade destaco minha participação na equipe da **Coordenadoria de Perícias** vinculada ao Tribunal de Justiça/SE. Neste campo de estágio, tive a oportunidade de conhecer profissionais competentes e resistentes que atuam de forma qualificada e crítica, contribuindo no processo de ensino-aprendizagem dos estagiários que ingressam neste espaço sócio ocupacional, em meio uma conjuntura totalmente adversa. Agradeço ainda aos profissionais, que através de suas expressões e ações, me ensinaram o

tipo de profissional que definitivamente eu não quero ser. Nessa perspectiva, agradeço a equipe Psicossocial pela acolhida, incentivo e pelo conhecimento partilhado neste lastro temporal.

Em especial, quero agradecer a **Wlivia Kolming**, minha supervisora técnica e amiga, pela receptividade e pelas significativas contribuições no decorrer do estágio. Sem suas riquíssimas orientações não teria conseguido apreender a complexidade que envolve os processos judiciais. Agradeço enormemente pela disponibilidade em ser minha supervisora no HU/UFS e por tornar minhas manhãs e tardes mais leves. Obrigada por ser tão prestativa e amorosa comigo! Aonde quer que eu vá a levarei comigo, nas histórias engraçadas e nos dilemas profissionais.

Não poderia deixar de agradecer a minha querida orientadora **Josi** pelas significativas contribuições desde as disciplinas de ética e, substantivamente, no processo do TCC. Tê-la como orientadora quando já havia perdido as esperanças foi indescritível e ao mesmo tempo desafiador. Obrigada por toda paciência, compreensão, incentivo e pelas broncas também (risos). Sem dúvidas, a maneira como você conduziu todo o processo de TCC, com competência profissional e clareza dos objetivos foi essencial para a finalização deste trabalho. Muito obrigada por tudo, flor!

Agradeço aos docentes do Departamento de Serviço Social/UFS que fizeram parte da minha formação acadêmica, especialmente ao harmonioso trio formado por **Carla**, **Paulo** e **Yanne**, pelas aulas instigantes e também pelas riquíssimas orientações no PIBIC e PICVOL; a **Thereza Zavaris** pelo conhecimento infindável transmitido com grande entusiasmo; a **Magaly** querida supervisora de estágio pelas preciosas contribuições em sala de aula e por ser tão prestativa e compreensiva durante a construção do TCC. Quero agradecer ainda a **Bosco** e **Elisa**, pela gentileza, disponibilidade e carinho em atender as nossas solicitações em meio a tantos afazeres.

Gratidão!

“A situação desesperadora da época na qual vivo me enche de esperanças.”.
(Karl Marx, 1843)

Aos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, pela labuta e resistência diária, em especial à Genivalda, mulher sertaneja que, apesar das adversidades, reinventa formas de sobrevivência no campo.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar a produção científica acerca da questão agrária no Serviço Social brasileiro. Para tanto, aborda os fundamentos sócio-históricos da questão agrária em seu modelo clássico (nos marcos da acumulação primitiva do capitalismo), enfatizando suas particularidades na configuração brasileira para indicar alguns dos principais determinantes para constituição e permanência dos latifúndios. Busca também, situar o contexto histórico que implicou na emergência do Serviço Social, com vistas a compreender de que modo à questão agrária se insere enquanto demanda para a profissão. A pesquisa sustentou-se no método Materialista Histórico Dialético e caracterizou-se como bibliográfica. Sua relevância advém da necessidade de aprofundar o debate sobre a temática no âmbito da profissão, de maneira a contribuir para qualificar o exercício profissional, bem como suscitar outras discussões pertinentes. De um modo geral, os resultados revelam que a produção científica sobre este tema no universo acadêmico ainda é incipiente, além da recorrente relação estabelecida entre questão agrária e a questão social.

Palavras-chave: Questão agrária. Serviço Social. Produção do conhecimento.

ABSTRACT

The present work had as objective to analyze the scientific production about the agrarian question in the Brazilian Social Service. In order to do so, it addresses the socio-historical foundations of the agrarian question in its classic model (within the framework of the primitive accumulation of capitalism), emphasizing its particularities in the Brazilian configuration to indicate some of the main determinants for the constitution and permanence of the latifundia. It also seeks to situate the historical context that implied the emergence of Social Service in order to understand how the agrarian question is inserted as a demand for the profession. The research was based on the Materialist Historical Dialectic method and was characterized as bibliographical. Its relevance comes from the need to deepen the debate on the subject in the field of the profession, in order to contribute to qualify the professional exercise, as well as to elicit other relevant discussions. In general, the results show that the scientific production on this subject in the academic universe is still incipient, besides the recurrent relation established between agrarian question and the social question.

Keywords: Agrarian question. Social Service. Production of knowledge

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Trabalhos aprovados nas cinco últimas edições do ENPESS.....	53
Gráfico 02 – Produções encontradas no eixo “Questão Agrária”	54
Gráfico 03 – Tendências identificadas no eixo “Questão Agrária”	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Quantificação de produções vinculadas ao exercício profissional e provenientes do meio acadêmico nos ENPESS de 2004, 2006, 2008, 2010, 2012 e 2014.....	56
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
 CAPÍTULO 1 – OS FUNDAMENTOS DA QUESTÃO AGRÁRIA: APONTAMENTOS SOBRE SUA CONFIGURAÇÃO CLÁSSICA NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E AS PARTICULARIDADES DO BRASIL.....	19
1.1 Fundamentos clássicos da questão agrária sob o modo de produção capitalista.....	19
1.2 A questão agrária e suas relações com a constituição do capitalismo no Brasil.....	24
 CAPÍTULO 2 – SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA.....	33
2.1 As determinações sócio-históricas da emergência da profissão de Serviço Social e seu redimensionamento na perspectiva da produção do conhecimento.....	33
2.2 Serviço Social e questão agrária: a importância da atitude investigativa na atuação profissional.....	45
2.3 Características gerais da produção científica sobre questão agrária publicadas no ENPES no último decênio.....	52
 CAPÍTULO 3 – A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS ÚLTIMOS DEZ ANOS SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE DE ALGUMAS TENDÊNCIAS.....	62
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
 REFERÊNCIAS.....	89

INTRODUÇÃO

A questão agrária é, sem dúvida, uma das questões que apresenta grande complexidade no Brasil desde o período colonial, sobretudo após a instituição das sesmarias e da Lei nº 601 – Lei de Terras de 1850. A doação de grandes extensões de terras, denominadas como sesmarias e a promulgação da Lei de Terras, foram fatores essenciais para a constituição e o agravamento da concentração da estrutura fundiária que se apresenta na contemporaneidade. A vigência da Lei de Terras inaugura um período nunca visto anteriormente, marcado pela propriedade privada das terras, gerando desigualdades exponenciais à população que construiu e constrói a riqueza deste país. A criação dessa lei não é à toa: perpassa pelo risco dos escravos recém-libertos se tornarem trabalhadores rurais e, conseqüentemente, romperem com a relação de submissão com os grandes fazendeiros. (STÉDILE, 2011).

Diferente de alguns países, a reforma agrária ainda não fora realizada no Brasil, o que repercute numa série de contradições e conflitos, tanto por parte de latifundiários, quanto pela perspectiva dos camponeses que não possuem sequer o direito à terra. Conforme Eli da Veiga (1984) a Política de Reforma Agrária consiste em uma ação estatal, cujo objetivo central é efetuar a distribuição da terra para a realização de sua função social, de modo a descentralizar e democratizar a estrutura fundiária, favorecendo a produção de alimentos saudáveis e permitindo que a partir dessa atividade a população assentada obtenha renda para a reprodução de sua família. No entanto, é visível que a realização da reforma agrária nos moldes defendidos pelos movimentos sociais do campo envolve uma série de conflitos que perpassam por interesses completamente distintos de classes sociais que a ela se antagonizam. Segundo o autor (1984, p. 8), a reforma agrária

[...] contraria interesses econômicos consideráveis e incentiva a ação de forças sociais subalternas cujo alcance é difícil de ser previsto. Além de modificar a distribuição da propriedade da terra, uma reforma desse tipo tem o poder de mudar as relações de força entre as classes sociais.

Para além do direito à terra o camponês necessita de diversas políticas públicas para reproduzir-se, a exemplo do acesso ao trabalho, saúde, educação, seguridade social etc. A conquista da terra não garante transformações substantivas na estrutura agrária se não estiver acompanhada de mudanças que viabilizem a alteração da estrutura social, econômica e política. Desse modo, além da distribuição de terras para aqueles que não a possuem é

necessário que sejam possibilitadas condições de permanência e reprodução para famílias que conquistarem tais direitos.

É nesse contexto que o profissional de Serviço Social é requisitado a atuar, fundamentalmente na política agrária a partir da elaboração de projetos que viabilizem condições de permanência no campo, nos programas oriundos da política de Assistência Social, na assessoria aos movimentos sociais do campo, entre outras atribuições.

Feita essa breve exposição, Stédile (2011) afirma que o debate sobre a questão agrária no universo acadêmico é algo muito recente. As origens de interpretações acerca da realidade agrária, a exemplo de características da posse, propriedade e uso da terra, somente ocorreu na década de 1960, atribuindo a esse aspecto um logo período de submissão ao colonialismo. Um dos aspectos que influenciaram diretamente nessas produções perpassa pela insurgência do governo Jango no poder, trazendo esperanças para as classes que vislumbravam reformas estruturais no país.

A partir da década de 1970 inicia-se um movimento de pesquisas e publicações sobre a evolução da questão agrária brasileira, tendo como marco para os estudiosos da área que resistiram à forte repressão do período ditatorial a obra *“O escravismo colonial”*, de Jacob Gorender, em 1970. Importante deixar claro que as produções anteriores a esse período correspondem a estudos da realidade agrária a partir de uma linha da história econômica.

Já em se tratando da produção acadêmica sobre a questão agrária e a sua relação com o Serviço Social pode-se afirmar que a mesma ainda é incipiente. Iamamoto (2007), destaca que apenas 3,75% das pesquisas no âmbito do Serviço Social correspondem à temática, sendo considerado o eixo temático de menor interesse para os pesquisadores. Apesar desse quadro, nota-se que na última década a realização de pesquisas sobre esse tema vem ocorrendo de maneira um pouco mais expressiva.

Em relação às demandas vinculadas ao espaço agrário, Silva (2013, p. 1) aponta que

[...] o exercício profissional do assistente social nas políticas de assessoria rural encontra-se inserido nas relações Estado-sociedade. Neste contexto, compreendemos que, embora haja alguns limites, as ações de reforma agrária têm ampliado os espaços socioocupacionais nos quais se inserem os Assistentes Sociais nas últimas décadas. Ou seja, a criação de assentamentos rurais/ associações e cooperativas, as políticas de crédito e de educação e os programas de assistência técnica têm demandado uma série de profissionais de distintas áreas para operacionalização de programas, projetos e ações no meio-rural.

Entende-se, portanto, que esse cenário evidencia a necessária importância no que diz respeito à produção de pesquisa e conhecimentos sobre a questão agrária por parte do Serviço

Social, uma vez que a mesma se constitui como uma das demandas presentes em espaços sócio-ocupacionais nos quais historicamente a profissão atua. Essa necessidade se relaciona com a de qualificar suas ações e, ao mesmo tempo, ampliar a visibilidade sobre a questão para a sociedade como um todo.

Afirma-se, portanto, a relevância de discutir e aprofundar o debate sobre a questão agrária no âmbito da formação profissional e exercício profissional, com vistas a desvelar os limites, possibilidades e desafios, além de contribuir para o fortalecimento do debate acerca da temática no âmbito da categoria. A reflexão e aprofundamento de tal debate poderão contribuir para a construção do projeto societário que possibilite a emancipação humana, coadunando com os princípios do projeto ético-político do Serviço Social.

A realização da referida pesquisa justifica-se ainda pelas inquietações levantadas durante a graduação em relação à histórica negação de direitos e do não reconhecimento – por parte do Estado –, da população camponesa enquanto sujeitos de direitos e participantes das decisões políticas do país. Além disso, a minha participação em eventos da área, as discussões levantadas por duas disciplinas do curso e a aproximação com a realidade de um Projeto de Assentamento de Reforma Agrária no município de Nossa Senhora da Glória, viabilizado por um projeto de extensão do Programa de Educação Tutorial do curso de Serviço Social, contribuíram significativamente para uma visão mais sensível e crítica sobre a realidade dos sujeitos do campo, justificando o interesse em pesquisar sobre a temática.

Considerando esse panorama, a questão central da presente pesquisa foi a análise da produção científica do Serviço Social acerca da questão agrária. O propósito foi identificar quais os objetos de análise presentes na produção científica sobre a referida temática no âmbito de um dos principais congressos da área.

Partimos da premissa de que a restrita produção científica na atualidade sobre a questão agrária no âmbito do Serviço Social brasileiro, em relação às expressões da questão social presentes na territorialidade rural, é resultante de sua trajetória profissional que historicamente se vinculou as manifestações da questão social presentes no contexto urbano.

O objetivo geral consistiu em analisar a produção científica do Serviço Social no âmbito da questão agrária no período de 2004 a 2014. Para isso, propusemos como objetivos específicos: 1) Contextualizar os fundamentos sócio-históricos da questão agrária; 2) Mapear os artigos científicos do Serviço Social que tratam sobre a questão agrária; 3) Identificar os objetos de estudo que tem permeado as produções científicas e, especificamente, se são produções ligadas ao exercício profissional do Serviço Social e/ou se são decorrentes de produções de profissionais inseridos no meio acadêmico; 4) Verificar as principais tendências

e os fundamentos presentes nos artigos sobre a questão agrária¹.

A pesquisa em tela teve como referencial teórico o método Materialista Histórico Dialético, visto que “[...] volta-se primordialmente para os ‘processos de produção e reprodução da vida humana, sendo que as representações que surgem da mente humana, são *reflexos* do real captados como representações na consciência.” (PONTES, 1997, p. 59, grifos do autor). Permite ainda o desvelamento da realidade social mediante a apreensão da totalidade concreta a partir das determinações estruturais do desenvolvimento histórico e das categorias que constituem a sociabilidade burguesa.

A investigação realizada neste trabalho caracterizou-se como pesquisa exploratória, uma vez que teve “[...] como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. (GIL, 2010, p. 27).

Para alcançar os objetivos propostos optou-se pela pesquisa bibliográfica, pois, de acordo com Gil (2010, p. 50), “[...] a pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.”. Partimos de material já publicado em um dos principais eventos nacionais da categoria, a saber, o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)². Sendo assim, a coleta de dados sobre as produções científicas em questão teve como universo os artigos publicados nas últimas cinco edições do evento, referentes ao período de 2004 a 2014. Neste universo foram encontrados 77 trabalhos, publicados no eixo da questão agrária, tendo sido analisados 75 deles. Essa redução não decorreu de nenhum critério de definição de amostragem e sim por problemas técnicos na composição dos CD’s em que se encontravam publicados dois desses trabalhos (não estavam disponíveis na íntegra). A pesquisa trabalhou, portanto, com o universo integral de artigos publicados no ENPESS sobre o tema nos últimos dez anos.

Em face da natureza qualitativa dos dados, sua categorização e análise se organizou a partir de uma abordagem quali-quantitativa, visto que essa metodologia permitiu a complementariedade de aspectos quantitativos para compreensão das tendências qualitativamente presentes nos dados. Desse modo, buscou-se compreender e decifrar o objeto

¹ Cabe registrar aqui a necessidade de alterações ao longo do percurso da pesquisa, especificamente no diz respeito aos objetivos específicos. Como ressaltado no projeto, os procedimentos mencionados são passíveis de alterações, visto que não representam uma estrutura pré-determinada. Nessa linha, considerando a dinâmica do real, foi necessária, no decorrer do processo de pesquisa a modificação de um dos quatro objetivos, a fim de alcançar os fins propostos.

² Realizado a cada dois anos, o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) é um evento direcionado para pesquisadores, docentes e estudantes de graduação e pós-graduação, entre outros.

estudado em articulação com o levantamento de dados estatísticos, com objetivo de embasar e confirmar as análises.

O trabalho aqui apresentado está dividido em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. Optou-se por apresentar os dados coletados ao longo dos capítulos dois e três, conforme os objetivos propostos. No primeiro capítulo, denominado “*Os fundamentos da questão agrária: apontamentos sobre sua configuração clássica no modo de produção capitalista e as particularidades do Brasil*”, a discussão está centralizada nos fundamentos da questão agrária e sua configuração nas diferentes formações sócio-históricas. Para tanto, remete-se ao processo de expropriação capitalista do campo e à chamada acumulação primitiva, os quais foram determinantes para instituição de trabalhadores livres e, conseqüentemente, para a constituição do capitalismo. Apresenta ainda as particularidades desse processo na formação social brasileira, evidenciando que diferente dos países europeus, a apropriação das grandes extensões de terras favoreceu o mercado externo e o desenvolvimento capitalista.

No capítulo dois, intitulado “*Serviço Social e questão agrária*”, discorremos sobre as condições sócio-históricas que demandaram a emergência do Serviço Social, situando-a no contexto da “idade dos monopólios” (Netto, 2011). Nessa contextualização, destaca-se o redimensionamento da produção do conhecimento a partir da renovação das bases teóricas da profissão, chamando a atenção para a importância da inserção da perspectiva marxista nesse processo. Com o intuito de apresentar os dados analisados nesse capítulo, foram tecidas algumas considerações acerca das primeiras intervenções da profissão no âmbito das expressões da questão agrária indicando que a mesma é parte da atuação do assistente social e, por isso, torna-se objeto de investigação pela categoria.

No terceiro capítulo, nomeado “*A produção científica dos últimos dez anos sobre a questão agrária no serviço social: análise de algumas tendências*” procurou-se expor outras nuances decorrente da categorização dos dados a partir de uma análise de seu conteúdo conforme os demais objetivos da pesquisa. Finalmente, nas considerações finais destacamos a necessidade de aprofundamento acerca da temática, com vistas a descortinar outras nuances existentes sobre essa realidade e suas atualizações, na perspectiva de qualificar o exercício profissional.

CAPÍTULO I

OS FUNDAMENTOS DA QUESTÃO AGRÁRIA: APONTAMENTOS SOBRE SUA CONFIGURAÇÃO CLÁSSICA NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E AS PARTICULARIDADES DO BRASIL

Para compreender a complexidade da questão agrária é necessário entender o processo sócio-histórico de constituição do capitalismo. No caso brasileiro, discutir os fundamentos históricos que determinaram os altíssimos níveis de concentração fundiária e sua permanência na atualidade se faz mais que necessário, haja vista que, diferente de alguns países, o Brasil manteve inalterada sua estrutura fundiária.

Com base nisso, nos propusemos neste capítulo, a resgatar os fundamentos da questão agrária no modo clássico de constituição do capitalismo, reportando ao processo de expropriação capitalista do campo e à chamada acumulação primitiva, elementos indispensáveis para a instituição do capitalismo. Compreendemos que o movimento de expropriação e apropriação de todos os meios de produção – com exceção da força de trabalho –, foram determinantes para a constituição do trabalhador “livre”, fator de produção indispensável ao capital em qualquer de suas configurações. No caso do Brasil, com suas particularidades em virtude da herança do processo de colonização, veremos que esse processo teve nos latifúndios uma mediação essencial, sendo fundamental que discutamos sua centralidade na economia capitalista e os dispositivos através dos quais a apropriação privada de grandes extensões de terra determina a existência de “trabalhadores livres” dos meios de produção.

1.1 – Fundamentos clássicos da questão agrária sob o modo de produção capitalista

Para manter-se vigente, é necessário ao capitalismo não apenas produção de mercadorias em si, mas principalmente a produção de mais-valia. Dessa forma, foi imprescindível para a formação do modo de produção capitalista o acúmulo prévio de capitais disponíveis para a sua constituição e, conseqüentemente, a obtenção sucessiva de acumulação. Esse acúmulo prévio é compreendido por Marx como *processo de acumulação primitiva*, sem o qual não seriam erigidas as condições necessárias para a constituição do modo de produção atual. (MARX, 2013).

Nessa perspectiva, o surgimento da questão agrária e suas representações na cena contemporânea têm suas determinações na gênese de acumulação capitalista, isto é, na acumulação primitiva, considerada como ponto de partida para a constituição do capitalismo. A assim chamada acumulação primitiva, como afirma Marx (2013, p. 786), “[...] não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção.”.

Importante lembrar que o processo de acumulação capitalista somente foi possível em virtude do declínio do regime de servidão, uma vez que constituiu a base da transição do feudalismo para o modo de produção capitalista. Nesse momento histórico *os trabalhadores passaram a ser livres* e, conseqüentemente, disponíveis para atender as necessidades do capital.

[...] Trabalhadores [passaram a ser] livres no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção, como escravos, servos etc., nem lhes pertencem os meios de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha por sua própria conta etc., mas estão, antes, livres e desvinculados desses meios de produção. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. (MARX, 2013, p. 786).

A expropriação da terra foi parte essencial da acumulação primitiva, marcada pela expropriação do camponês em relação a todos os meios necessários para produzir respostas às suas necessidades. Esse processo iniciou-se na Inglaterra e se estendeu por diversos países, adotando características particulares em períodos históricos e formações sociais distintas. Porém, é na Inglaterra que a expropriação da terra se apresenta em sua forma clássica. (MARX, 2013).

No século XV, a população da Inglaterra era formada majoritariamente por camponeses autônomos que, apesar de pagarem impostos e tributos, desfrutavam das terras comunais e eram proprietários dos lotes em que residiam. Entretanto, a expansão da manufatura e, conseqüentemente, o aumento dos preços da lã, requisitava a transformação das terras, – antes destinadas à agricultura –, em pastagens de ovelhas, resultando na expulsão violenta dos camponeses de suas terras.

O processo de expropriação, iniciado com a expulsão violenta dos camponeses no século XV, é agravado com a desapropriação dos bens da Igreja Católica pela Reforma Protestante, a apropriação das terras da Coroa e a expropriação da propriedade comunal pertencente à população, através da política de cercamentos, tendo o Parlamento como aliado.

A efetivação da Lei para o Cercamento da Terra Comunal³ foi utilizada para legitimar o saqueamento das terras do povo, reforçando as condições históricas para criar a disponibilidade de trabalhadores livres e, portanto, de força de trabalho, necessária às manufaturas urbanas e rurais.

Os capitalistas favoreceram a operação, entre outros motivos, para transformar o solo em artigo puramente comercial, ampliar a superfície da grande exploração agrícola, aumentar a oferta de trabalhadores provenientes do campo etc. (MARX, 2013). Essa expropriação determinou a formação de uma grande massa de trabalhadores livres, no sentido de estarem disponíveis a empregar sua força de trabalho na industrialização.

A partir desse suposto (a expropriação das terras e demais meios de produção) a exploração do trabalho pelo capital se dá a partir das relações de produção estabelecidas entre dois possuidores de mercadorias completamente distintas – os detentores dos meios de produção e os que detêm apenas a força de trabalho. Sua relação concretiza o processo de trabalho sob a lógica capitalista. Sua reprodução é viabilizada pelo desenvolvimento das forças produtivas que são integradas por três elementos fundamentais para a concretização do processo de trabalho, a saber: os meios de trabalho – instrumentos de trabalho utilizados pelo homem, a exemplo da terra; os objetos de trabalho – matérias-primas que necessitam ou não de alterações da sua forma de ser; e a força de trabalho – capacidade do homem em dispensar energia para operar os meios de produção. Esses elementos, com destaque para a força de trabalho, são considerados indispensáveis para a materialização da mercadoria idealizada previamente.

O processo de trabalho, como expusemos em seus momentos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso –, apropriação do elemento natural para a satisfação das necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana, e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 2013, p. 261).

É evidente que a absorção desses trabalhadores pela manufatura não ocorreu de forma imediata, sobretudo pela inadaptação destes ao novo modo de produção e trabalho que lhes foi imposto. Como afirma Marx (2013, p. 805), “[...] os que foram repentinamente arrancados de seu modo de vida costumeiro tampouco conseguiam se ajustar à disciplina da nova situação”. Como formas de resistência dos trabalhadores neste primeiro momento restou-lhes a

³“A forma parlamentar do roubo é a das *“Bills for Inclosures of Commons”* (leis para cercamento da terra comunal), decretos de expropriação do povo, isto é, decretos mediante os quais os proprietários fundiários presenteiam a si mesmos, como propriedade privada, com as terras do povo.”. (MARX, 2013, p. 796).

conversão em mendigos e/ou vagabundos. Em resposta a essa resistência, registram-se a promulgação de leis rigorosas instituídas para combater a vadiagem, a fim de punir dos delinquentes “voluntários”, que deveriam continuar trabalhando mesmo diante de condições que já não existiam mais. Quanto a isso

Na Inglaterra, essa legislação teve início no reinado de Henrique VII. Henrique VIII, 1530: mendigos velhos e incapacitados para o trabalho recebem uma licença para mendigar. Em contrapartida, açoitamento e encarceramento para os vagabundos mais vigorosos. Estes devem ser amarrados a um carro e açoitados até sangrarem; em seguida, devem prestar juramento de retornarem à sua terra natal ou ao lugar onde tenham residido durante os últimos três anos e de “se porem a trabalhar” (*to put himself to labour*). [...] Os vagabundos incorrigíveis e perigosos devem ser marcados a ferro no ombro esquerdo com a letra R⁴ e condenados a trabalho forçado, e se forem apanhados de novo mendigando devem ser executados sem perdão. (MARX, 2013, p. 806-808).

Cabe destacar a necessária articulação entre capitalistas e Estado na criação de aparatos jurídicos que regulamentassem o trabalho livre, determinando as condições objetivas necessárias à constituição da sociabilidade burguesa. Assim, o início da exploração do trabalhador é materializado também mediante a criação de leis que tinham como finalidade coibir quem se recusasse ao trabalho. Além das leis denominadas por Marx (2013) de “sanguinárias”, outras legislações foram criadas com a finalidade de intensificar a jornada de trabalho e rebaixar os salários, ocasionando na produção de mais-valia absoluta para a formação das bases pré-capitalistas.

Importante lembrar que nesse período histórico (século XV e XVI) a subordinação do trabalhador ao capital era apenas formal. Isso porque o modo de produção baseado na manufatura não constituía ainda uma natureza especificamente capitalista uma vez que nele o trabalhador utiliza sua força de trabalho para produzir bens, controlando o processo produtivo.

Todavia, com o advento da grande indústria e da crescente automação dos instrumentos técnicos se alteram as bases da produção; cabe ao trabalhador apenas, em alguns casos, o manuseio das máquinas. Nesse sentido, o “[...] processo inteiro, dividido e realizado no interior da manufatura numa dada sequência, é aqui realizado por uma máquina de trabalho que opera mediante a combinação de diferentes ferramentas.”. (MARX, 2013, p. 452).

Há que se considerar a importância do trabalho para a constituição do ser social. É por meio dessa atividade que existe a possibilidade de se fazer escolhas diante de alternativas concretas; essas escolhas perpassam por valorações, julgadas pelo próprio sujeito. Assim, o trabalho é o fundamento da liberdade, na medida em que esta é entendida como a capacidade

⁴ A letra R significa a inicial de “rogue”: vagabundo.

que o sujeito tem de realizar escolhas a partir de alternativas concretas, sempre socialmente determinadas; e a articulação entre trabalho, linguagem e sociabilidade caracteriza a constituição do ser social. (NETTO; BRAZ, 2012).

No entanto, o trabalho na sociedade burguesa é colocado como provedor de desprazer para os homens. Há um duplo processo contraditório: quanto mais o trabalhador cria objetivações através do trabalho, mais é expropriado de toda riqueza produzida. O trabalhador fica alheio em relação ao que produz; enxerga determinado produto como algo estranho a ele. De acordo com Duriguetto e Montañó (2011, p. 81) “[...] o trabalho, ontologicamente determinante do ser social e da liberdade, na sociedade comandada pelo capital promove a exploração e alienação do trabalhador – o trabalho assalariado, portanto, desumaniza o trabalhador.”.

Ao vender sua força de trabalho nada mais pertence ao trabalhador, haja vista que o mesmo concede (aliena) seu valor de uso, portanto o trabalho, para o comprador em troca do salário, como meio de satisfação de suas necessidades. Nesse sentido, “[...] o processo de trabalho não é mais do que o consumo da mercadoria por ele [capitalista] comprada, a força de trabalho, que, no entanto, ele só pode consumir desde que lhe acrescente os meios de produção.”. (MARX, 2013, p. 262).

Nas sociedades antecessoras à sociabilidade atual não havia o significativo desenvolvimento das forças produtivas que existe atualmente. Nesse período, a miséria que assolava a maioria da população justificava-se pela escassez de recursos que viabilizasse o atendimento das necessidades do homem. No entanto, a sociabilidade do capital dispõe de um alto grau de desenvolvimento da produção e, simultaneamente, de um crescente grau de pauperização (absoluta e relativa) e desemprego estrutural. Ou seja, quanto maior o desenvolvimento, maior acumulação de riqueza nas mãos de uma minoria e, nessa mesma proporção, maior a desigualdade para a grande parcela da população. Não faz parte da composição do modo de produção capitalista distribuir riqueza e promover a igualdade entre as classes, mas sim centralizar a riqueza socialmente produzida. Nessa linha,

[...] O modo de produção capitalista consome a ruptura do laço familiar original que unia a agricultura à manufatura e envolvia a forma infantilmente rudimentar de ambas. Ao mesmo tempo, porém, ele cria os pressupostos materiais de uma nova síntese superior, entre agricultura e indústria sobre a base de suas configurações antiteticamente desenvolvidas. (MARX, 2013, p. 572).

Considerando o exposto a questão agrária nos parece central para pensar o desenvolvimento do capitalismo. Sem a expropriação da terra e a concentração dos

instrumentos e meios de produção não haveria trabalhadores livres. Essa lógica, apesar de ter ocorrido historicamente de forma heterogênea nos diferentes países capitalistas se reproduz, de um modo geral, no interior das particularidades de muitas dessas formações sociais. Nesse sentido, dar-se-á seguimento a esse debate abordando como estes fundamentos da questão agrária se refletiram na realidade brasileira.

1.2 – A questão agrária e suas relações com a constituição do capitalismo no Brasil

Diferente da forma clássica, a gênese da questão agrária brasileira possui características específicas, determinadas pelo lugar que o Brasil ocupa na divisão internacional do trabalho. A invasão dos portugueses ao nosso território era parte das “grandes navegações” e tinha como principal objetivo proporcionar as bases de sustentação do capitalismo mercantilista nascente, à procura de novos nichos de mercado que atendessem as necessidades da metrópole Portuguesa. No caso brasileiro, como em outros tantos territórios colonizados durante esse período, foi primordial explorar os recursos naturais e, para isso, utilizaram da mão de obra indígena e escrava, a fim de viabilizar a acumulação primitiva do capitalismo nos países colonizadores. De acordo com Marx (2013, p. 821),

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravidão e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva.

Mello (1988) destaca a necessidade de atentarmos para as especificidades da economia colonial brasileira, demonstrando que apesar da junção entre produção mercantil e trabalho escravo o modo de produção feudal não existiu no Brasil.

[...] não é lícito identificar o modo de produção dominante nas formações sociais coloniais a partir, apenas, da forma que assumem as relações sociais básicas, como se a escravidão fosse igual a modo de produção escravista, e servidão, a feudalismo. Este procedimento exclui, pura e simplesmente, o nível e a organização das forças produtivas, sua articulação com as relações sociais de produção e, não menos importante, os processos históricos que constituíram e deram sentido a tais sociedades. (MELLO, 1988, p. 35).

Diante do exposto, ressalta-se a compreensão de que não existiu o feudalismo no Brasil, como alguns estudiosos defendem. É preciso ir além das aparências que se apresentam

e compreender que as formações pré-capitalistas já dominavam a economia colonial, apesar de ser utilizado mão-de-obra escrava naquela época.

A concretização da acumulação primitiva contou com a participação financeira efetiva do nascente capitalismo comercial europeu, adotando práticas de cooptação e repressão para manter a hegemonia dominante. “[...] E, assim, conseguiram dominar todo o território e submeter os povos que aqui viviam ao seu modo de produção, às suas leis e à sua cultura.”. (STÉDILE, 2011, p. 19).

O modelo colonial do Brasil se constituiu através de três elementos fundamentais, a saber: a grande propriedade fundiária, a monocultura agroexportadora e o trabalho escravo. É por meio desses componentes que se inicia a constituição e acumulação do capital, sob a égide do capitalismo mercantil: a expropriação e o saque de matérias-primas converteu todos os recursos obtidos em mercadorias a serem vendidas na Europa, destinando os lucros à Coroa Portuguesa. Cabe destacar, portanto, que o tipo de expropriação vivenciado no Brasil obedeceu a determinações mais amplas que respondiam ao movimento de consolidação do capitalismo em escala global, fundamentalmente de seu caráter desigual e combinado.

A terra, fonte de geração de lucro é tida como um negócio rentável para o capital e, considerando o lugar da economia brasileira na divisão internacional do trabalho capitalista, as grandes extensões de terras e a política de valorização internacional do café são dois outros elementos essenciais à consolidação do capitalismo nesta formação social. Para fazer funcionar esses elementos foi fundamental a lei de terras e a manutenção da apropriação privada deste meio essencial de produção, embora não exatamente conforme ocorreu no modo clássico de acumulação primitiva.

Ora, se por um lado no modo clássico de acumulação primitiva houve a expropriação dos camponeses de suas terras e dos meios de produção, ***no caso brasileiro a apropriação de grandes extensões territoriais determinou a monopolização capitalista da terra, priorizando os interesses do mercado externo, através do modelo agroexportador, em detrimento das necessidades dos camponeses.*** Assim, a questão agrária tem sua gênese no período colonial e permanece até os dias atuais, com a subordinação dos países periféricos aos ditames de grandes corporações transnacionais e do latifúndio, tido como elemento determinante para a histórica concentração de riquezas no Brasil.

A extração do pau-brasil não fora suficiente para os colonizadores. Era necessário ir além, uma vez que o território recém “descoberto” dispunha de terras férteis em abundância, o que o diferenciava eminentemente dos territórios Asiático e Africano. As grandes extensões de terras disponíveis foram um dos elementos que determinaram o tipo de exploração da terra

que se consolidou num segundo momento da colonização inserindo o Brasil no lugar que ainda hoje se reivindica como sua “vocação” na dinâmica do capitalismo internacional: a produção em larga escala de g  neros agrícolas para abastecer as necessidades do mercado externo. Para tanto, organizou-se o território em grandes extensões de terras divididas em quinze grandes parcelas, com a finalidade de ser entregue    pequena nobreza, burocratas e comerciantes ligados a Coroa.

[...] Essas pessoas foram denominadas donatários ou capitães e, por conta disso, as terras foram chamadas de capitanias hereditárias. No entanto, os donatários não eram proprietários da terra, mas sim possuidores, e por meio dessa posse detinham poder econômico e administrativo. (SILVA; ALVES; S  , 2014, p. 23).

A principal finalidade da “colonização” era converter mercadoria em capital para abastecer a metrópole Portuguesa. Conforme Stédile (2011), no século XIX o Brasil enquanto colônia exportava um percentual de mais de 80% dos produtos comercializados, tornando-se agroexportador, fundamentalmente pelo modelo de produção agrícola do *plantation*. Este modelo, com predomínio da monocultura, se baseia na plantação de um único produto em grandes áreas, utilizando-se de mão de obra escrava. Prado Júnior (2004, p. 19-20) aponta que

Com a grande propriedade monocultural instala-se no Brasil o trabalho escravo. Não somente Portugal não contava com população bastante para abastecer sua colônia de mão-de-obra suficiente, como também, já o vimos, o português, como qualquer outro colono europeu, não emigra para os trópicos, em princípio, para se engajar como simples trabalhador assalariado do campo. A escravidão torna-se assim uma necessidade: o problema e a solução foram idênticos em todas as col  nias tropicais e mesmo subtropicais da América.

Como fora mencionado acima, os primeiros indícios da constituição do latifúndio no país podem ser observados a partir da exploração de recursos naturais pelos países europeus, especialmente, pela Coroa de Portugal. Entretanto, a insurgência do capitalismo industrial nos países centrais, no século XIX, determina o declínio da economia colonial e sua progressiva extinção, visto que já não atendia mais as necessidades demandadas pelos países capitalistas. Registra-se, nesse período, a expans    o acelerada do comércio mundial, influenciando diretamente na economia dos países periféricos.

No caso brasileiro, a expans    o e a valorização da produção cafeeira possibilitou o impulso do fluxo comercial de importação-exportação, bem como favoreceu relações comerciais entre o Brasil e grandes potências mundiais da Europa e também com os Estados

Unidos, após sua independência. Impulso este viabilizado pelas condições objetivas dadas no momento, especificamente com o surgimento dos navios a vapor.

Nessa linha, compreender a função desempenhada pela economia cafeeira, considerando a mesma como parte da acumulação primitiva, é entender a importância desta como base de formação da classe dominante no Brasil, numa linha de continuidade com a classe dos grandes produtores de açúcar, algodão e outros produtos dos distintos “ciclos” de agroexportação nacionais. Sendo assim, essa mesma burguesia latifundiária está na origem da classe dominante cujos negócios provêm da indústria nascente nos principais centros urbanos do Brasil.

Silva (1985) aponta que o desenvolvimento da economia cafeeira e, conseqüentemente do capitalismo, não se restringe apenas ao gerenciamento das plantações de café e destaca que o capital cafeeiro assume diversas funções – o capital cafeeiro é a aglutinação do capital agrário, industrial e bancário –, porém sua essência é predominantemente comercial. Diante disso, a função desempenhada pela burguesia cafeeira enquanto financiadora de equipamentos tecnológicos e na construção de estradas de ferro foi de fundamental importância na viabilização dos altos índices de produção do café e das taxas de lucro, fornecendo infraestrutura necessária para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. É imperioso destacar que esse mesmo grupo estava à frente das empresas e do aparelho estatal, fato este observado nas estratégias adotadas pela burguesia cafeeira para estabilizar os preços das sacas do café diante da crise de superprodução deste.

Num primeiro momento, a medida adotada para superar a crise de superprodução de café foi um *funding-loan*⁵, proposto pelo governo brasileiro aos credores do capital estrangeiro. Conforme Silva (1985, p. 64) “[...] o *funding-loan* não é mais do que uma solução provisória, um meio de pôr um pouco de ordem nas finanças da nação. Mas, uma vez resolvido esse problema, falta resolver o essencial: o problema da superprodução.”.

O agravamento da crise de superprodução no início do século XX requisitou da grande burguesia uma nova política de valorização do café, a qual tinha como principais objetivos: compra da produção excedente pelo governo, a fim de equilibrar a oferta e demanda; financiamento dessas compras por meio da realização de empréstimos a bancos estrangeiros e estratégias que desestimulassem a expansão das plantações. Tais medidas reforçaram a apropriação do Estado pela burguesia cafeeira que, por estes meios, impunham seus interesses particulares como direção da política estatal e assim, não só asseguraram a continuidade da

⁵O *funding-loan* corresponde a uma medida econômica através da concessão de empréstimos com credores, com vistas a sanar a questão da dívida interna.

acumulação da economia cafeeira, mas principalmente permitiram o prosseguimento do desenvolvimento capitalista.

[...] A grande burguesia cafeeira mostrava assim ao governo central e ao conjunto das classes dirigentes, a sua rigidez quando se tratava de seus interesses fundamentais. Nesses casos, o governo central deveria segui-la. Ela afirmava assim, muito claramente o seu papel hegemônico no seio das classes dominantes. (SILVA, 1985, p. 67).

Para dar continuidade à acumulação capitalista, a burguesia cafeeira utilizou-se de inúmeros expedientes. As terras utilizadas para as plantações de café se constituíam em terras dois tipos: terras com proprietários juridicamente estabelecidos – denominadas de propriedades; terras que não possuíam proprietários – conhecidas como devolutas. Registra-se que um dos expedientes mais utilizados para expandir a produção no final do séc. XIX foi a apropriação das terras devolutas⁶, posteriormente regulamentada pelos fazendeiros, o que não demonstrava maiores empecilhos, uma vez que a burguesia cafeeira controlava diretamente o poder. Para tanto, a lei de Terras foi essencial legitimando a violenta expulsão dos ocupantes dessas terras (brasileiros de origem europeia, indígenas), associada até mesmo a métodos para disseminar doenças contagiosas, com vistas a “tornar o local disponível para o capital”, nos termos de Silva (1985, p. 71).

No tocante à economia cafeeira, embora avançasse a urbanização e a implantação de manufaturas nos centros urbanos, a expansão do café continuava a ser a principal base de produção de valor na economia brasileira. É fundamental entender, portanto, que se encontra no latifúndio da produção cafeeira a base da formação da indústria. “[...] Como não poderia deixar de ser, a burguesia cafeeira foi a matriz social da burguesia industrial.”. (MELLO, 1988, p. 100). Para além disso, é imperioso ressaltar que o modelo produtivo baseado no latifúndio através da agroexportação, permanece até hoje como um dos principais pilares de sustentação da economia brasileira.

Considerando o acima disposto, fica claro como diferentemente dos demais países capitalistas centrais, onde houve rupturas com a classe dominante anterior, na formação social brasileira sequer houve a realização de transformações econômicas, sociais e de poder que rompessem com as classes sociais oligárquicas, cujas origens remetem ao período colonial; pelo contrário, estruturas arcaicas e modernas foram fundidas, favorecendo a classe

⁶ Terras devolutas dizem respeito às terras que não são obrigatoriamente ocupadas ou não apropriadas, isto é, seus ocupantes não possuem títulos de proprietários. Nesse sentido, Silva (1985, p. 71, *itálicos do autor*) explica “[...] Uma terra que não tinha proprietário reconhecido juridicamente era considerada como uma terra que não *pertencia* a ninguém.”.

dominante de base agrária. Nesse viés, Fernandes (1979) aponta que a não realização de alterações na estrutura agrária contribuiu para a acomodação e submissão dos países da América Latina ao imperialismo sob “dependência permanente”, tornando o país subalterno e retardatário.

Sobre a industrialização brasileira, além de entendermos a procedência de seu capital na relação com a manutenção dos latifúndios, é também essencial demarcar que a mesma se inicia no momento em que o capitalismo monopolista se torna dominante em escala mundial. Esse atraso justifica-se pelas barreiras ao desenvolvimento capitalista, especificamente pela inexistência de forças produtivas endógenas e, que, portanto, colocam o país numa posição histórica de subordinação em relação aos países capitalistas centrais. Silva (1985, p. 26) afirma que o “[...] desenvolvimento desigual é uma característica fundamental do modo de produção capitalista que se manifesta de uma maneira particularmente aguda quando ele se torna dominante ao nível internacional.”.

Por não possuir forças produtivas autônomas para que a industrialização fosse concretizada, a América Latina tem sua industrialização denominada como retardatária.

Não basta, no entanto, admitir que a industrialização capitalista latino-americana é capitalista. É necessário, também convir que a industrialização capitalista na América Latina é **específica** e que sua especificidade está duplamente determinada: **por seu ponto de partida**, as economias exportadoras capitalistas nacionais, **e por seu momento**, o momento em que o capitalismo monopolista se torna dominante em escala mundial, isto é, em que a economia capitalista já está constituída. É a esta industrialização capitalista que chamamos de retardatária. (MELLO, 1988, p. 98, grifos do autor).

Sob o ângulo de constituição das classes trabalhadoras é importante destacar que a manutenção do trabalho escravo representou um obstáculo para o desenvolvimento capitalista, tanto de bases agrárias (economia cafeeira) quanto industriais, uma vez que “[...] a passagem ao trabalho assalariado requer a abolição da escravidão”. (SILVA, 1985, p. 46).

Inicia-se então, o processo de criação das bases materiais do capitalismo, em nível internacional, estimulando a constituição de forças produtivas e, também, o desenvolvimento das relações sociais capitalistas – o que explica de um lado, a independência do Brasil e, de outro, a pressão pelo fim do trabalho escravo. Após a proibição do tráfico negreiro e sucessivas medidas de libertação parcial de escravos (lei do ventre livre, dos sexagenários...) promulga-se a Lei de Terras, para impedir que os recém-libertos se apossassem das terras, normatizando a propriedade privada da terra. A Lei nº 601, de 1850

[...] proporciona fundamento jurídico à transformação da terra – que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política – em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a ter preço. A lei normatizou, então, a propriedade privada da terra. (STÉDILE, 2011, p. 22-23).

A promulgação da Lei de Terras significava que para se tornar proprietário de terras havia uma condição: pagar um determinado valor à Coroa. Além disso, a referida Lei é regulamentada para impedir que os recém-libertos pudessem se transformar em camponeses, pequenos donos de terras, a fim de assegurar mão-de-obra necessária à produção de café e, principalmente, manter inalterada a estrutura agrária. Legalizada a posse da terra, a especulação fundiária assume função relevante na restrição do acesso à terra pelo camponês, assegurando a força de trabalho que tanto o capitalismo necessitava. Dessa forma, para Silva (1985, p. 73), “[...] não basta a disponibilidade de terras *em geral*, mas a disponibilidade de terras *em particular* para o capital, o que implica a não disponibilidade para os trabalhadores.”. Segundo Stédile (2011, p. 23), “A Lei nº 601, de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil.”.

Apesar da abolição da escravidão no Brasil, o tráfico ilegal de escravos permaneceu existindo nas plantações de café, visto que as possibilidades de encontrar força de trabalho eram bastante reduzidas. Nos locais onde a produção não matinha o trabalho escravo, predominava o modelo de produção que retinha o trabalhador à terra, o que poderíamos denominar gênese do camponês brasileiro. Nesses locais a produção baseava-se na autossustentabilidade, onde o camponês trabalhava nas terras concedidas pelo latifundiário, e, em contrapartida, deveria trabalhar para o latifúndio, recebendo uma parca contribuição da colheita *in natura*. Para Silva (1985, p. 42), “[...] apesar do fato que esses ‘camponeses’ não eram proprietários e de que viviam bastante pobremente, eles permaneciam ligados ao latifúndio, porque ele assegurava sua subsistência.”. Entretanto, essa força de trabalho não constituía, de fato, um verdadeiro mercado de trabalho propício para as lavouras de café o que trouxe preocupação para os fazendeiros e comerciantes da época.

A “solução” desta questão foi encontrada na política de incentivo à imigração, cujas primeiras iniciativas datam de 1850, mas não lograram êxito, tendo em vista que as condições de trabalho proporcionadas aos imigrantes eram semelhantes às do modelo utilizado nas relações pré-capitalistas: submetiam o trabalhador a uma realidade praticamente de

escravidão. Esses métodos acabavam desestimulando o incentivo à imigração. (SILVA, 1985).

A expansão das lavouras de café requiritava cada vez mais de trabalhadores. Considerando que a população escrava local só decrescia devido às péssimas condições de vida e trabalho, cabia aos fazendeiros, juntamente com o Estado o financiamento da política de imigração massiva de trabalhadores. É somente em 1870, – com ofertas de condições de trabalho baseado em contratos salariais –, que houve a imigração massiva, na qual durante uma década foram “depositados”, nos centros urbanos, imigrantes Italianos⁷ disponíveis para o núcleo produtivo, como também um excedente de força de trabalho.

Portanto, assim, como ocorreu no capitalismo clássico, a existência de trabalhadores livres à disposição do capital industrial foi um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento capitalista brasileiro. Isso explica, como dito anteriormente, porque foi conveniente ao capital abolir o trabalho escravo, uma vez que este não mais lhe proporcionava rentabilidade, substituindo-o pelo regime de assalariamento.

Nota-se que nesta formação social a apropriação das terras pelo capital está inteiramente relacionada com a disponibilidade de força de trabalho, uma vez que não basta a existência de terras em abundância: é necessário expropriar os trabalhadores de todos os meios necessários para prover sua subsistência, não restando-lhes nada além do que vender a própria força de trabalho. Para Silva (1985, p. 73, grifos do autor) “[...] nas fases iniciais do capitalismo não basta a disponibilidade de terras *em geral*, mas a disponibilidade de terras *em particular* para o capital, o que implica a não disponibilidade para os trabalhadores.”.

Assim, a constituição do mercado de terras determinou a constituição do mercado de trabalho livre, o que reproduziu o quadro de expropriação dos camponeses no Brasil. Porém, é importante ressaltar que diferente do modelo clássico de acumulação vivenciado pela Europa, a concentração da propriedade fundiária antecede a constituição do mercado de trabalho. Sem a concentração das terras, através dos grandes latifúndios, o capital não teria disponível a mão-de-obra que tanto precisava para seu desenvolvimento.

Ao finalizar o percurso deste capítulo, nos parece claro, portanto, que pensar a questão agrária no Brasil perpassa pela necessidade de alteração da estrutura fundiária que impõe inúmeras e estruturais dificuldades na relação com a economia e a política neste país. Isto

⁷[...] os braços necessários ao desenvolvimento do café foram encontrados na Europa, mais precisamente na Itália. O povo italiano, sobretudo o povo do sul da Itália passava por dias particularmente difíceis após a Unificação Nacional. Os trabalhadores italianos [...] vieram, então, por dezenas de milhares em cada ano, povoar as terras de São Paulo. (SILVA, 1985, p. 44).

significa alterar a estrutura político-econômica e de poder rompendo com o modelo arcaico do latifúndio e possibilitando o acesso à terra, como meio de produção, aos trabalhadores.

Importante destacar a atualidade dessa análise. Basta ver a função desempenhada pelo setor ruralista no que se refere à manipulação ideológica em todas as esferas, tornando inúmeros os obstáculos à realização da reforma agrária. A articulação da Bancada Ruralista⁸ na defesa do agronegócio se dá de diferentes formas, tanto pela institucionalização parlamentar quanto pelas informações distorcidas através dos meios de comunicação. A aliança entre congressistas e empresários mantém a hegemonia do setor ruralista utilizando-se do *status* inquestionável da Lei para defender seus interesses.

A explicação disso deve ser, portanto, tributada ao caráter conservador do Brasil desde o período de colonização, tendo a monocultura de exportação como principal atividade econômica sem realizar mudanças estruturais na nossa formação social. Desse modo, o latifúndio surge e se mantém visando atender as necessidades do modelo agroexportador e, conseqüentemente, da burguesia brasileira, que até o presente tem fortes componentes relacionados à sua fração agrária hegemonizando o Estado.

Dando prosseguimento ao trabalho, no segundo capítulo apresentaremos as condições históricas que requisitaram a criação do Serviço Social enquanto profissão liberal, reconhecida e legitimada pelo Estado brasileiro e suas intersecções com a questão agrária. Em seguida, situaremos o cenário da produção do conhecimento no âmbito da profissão, dando ênfase para a importância do exercício da atitude investigativa no interior acadêmico e também na prática profissional, além de elencarmos os resultados preliminares oriundos da análise acerca das produções científicas publicadas no último decênio do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS).

⁸“A Bancada Ruralista é um dos grupos mais antigos e organizados do Congresso Nacional, e vem alcançando grande sucesso em sua atuação em prol dos interesses do agronegócio. Seu surgimento é fruto do debate travado nos anos de 1980 pelo patronato rural brasileiro, em uma ofensiva ao *velho e atrasado* mundo agrário. A modernização agrícola, com a instituição de novos padrões de produção no campo e a introdução de avanços tecnológicos, em decorrência do casamento entre a agricultura e a indústria, foi a base sobre a qual se edificou este pensamento.”. (SIMIONATTO; COSTA, 2012, p. 219-220, grifos de autor).

CAPÍTULO II

SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA

As dificuldades de acesso a terra pelos trabalhadores rurais no país se insere num processo complexo, que se expande e perpetua desde o período da acumulação primitiva de capitais – condições imprescindíveis para constituição do modo de produção capitalista –, determinando a permanência dos latifúndios e da desigualdade social presente na cena contemporânea. Como evidenciado e debatido no capítulo I, a urgência do trabalho livre e, conseqüentemente assalariado, só foi possível na medida em que os trabalhadores foram usurpados de todos os meios de produção necessários para sobreviver, nada mais o restando, com exceção para sua força de trabalho.

Entender esse movimento é indispensável quando se pretende compreender a emergência do Serviço Social como profissão, haja vista o agravamento do pauperismo e a necessidade de apaziguar os conflitos provenientes da luta de classes durante expansão e consolidação do capitalismo dos monopólios.

Objetivando dar conta de um dos três objetivos específicos elencados, trataremos, neste capítulo, sobre as determinações históricas que demandaram a emergência do Serviço Social, as transformações ocorridas no âmbito da profissão que influenciaram na maturidade teórica e política e incidiram na consolidação de uma massa crítica de profissionais, contribuindo de maneira significativa para a demarcação do Serviço Social na grande área das Ciências Sociais. Com esse percurso, abordaremos a produção de conhecimento sobre a questão agrária, entendendo-a como parte das demandas que atravessa o mercado de trabalho do assistente social e, que por isso, se caracteriza como espaço interventivo e investigativo. Por fim, nos propusemos evidenciar a análise das produções científicas sobre a questão agrária publicadas nos anais do ENPESS, nas edições de 2004-2014.

2.1 – As determinações sócio-históricas da emergência da profissão de Serviço Social e seu redimensionamento na perspectiva da produção do conhecimento

A análise da origem da profissão de Serviço Social requer compreender as particularidades da sociabilidade burguesa, especialmente os processos de industrialização e urbanização dos séculos XIX e XX, determinantes do crescente pauperismo e miséria entre os trabalhadores, os quais são agravados na consolidação do capitalismo monopolista. Com base

nisto, a profissão de Serviço Social estabelece estreita vinculação com esses e outros fatores, conhecidos na literatura profissional como expressões da "questão social". Porém, é fundamental entender que a emergência da profissão é indivorciável da ordem societária monopolista, uma vez que “ela cria e funda a profissionalidade do Serviço Social”, conforme Netto (2011a, p. 74). A gênese histórico-social da profissão é demarcada pelo estágio monopolista que instaura um período de profundas transformações no ordenamento político, econômico, social e cultural do capitalismo.

[...] a idade do monopólio altera significativamente a dinâmica inteira da sociedade burguesa: ao mesmo tempo em que potência as contradições fundamentais do capitalismo já explicitadas no estágio concorrencial e as combina com novas contradições e antagonismos, deflagra complexos que jogam no sentido de contrarrestar a ponderação dos vetores negativos e críticos que detona. (NETTO, 2011a, p. 19-20).

Obviamente, o novo perfil do capitalismo monopolista não suprime as antigas contradições do capitalismo concorrencial. Pelo contrário, na “idade dos monopólios”, nos temos de Netto, a livre concorrência é substituída pela disputa entre os grupos monopolistas na busca incessante de setores ainda não monopolizados. Trata-se agora de um capitalismo imperialista, que se utiliza da emergência da indústria bélica para manter-se hegemônico à procura de acréscimo nas taxas lucro e, conseqüentemente, de acumulação de capitais, mantendo-se através do controle dos mercados e dominação de todos os territórios possíveis.

Diferente dos estágios que antecederam o capitalismo monopolista, a função desempenhada pelo Estado burguês na “idade dos monopólios” não ocorre sob o prisma de um intervencionismo pontual ou emergencial. Nessa nova fase de maturidade e consolidação do capitalismo, o Estado passa a intervir na organização e na dinâmica da produção de modo incisivo e contínuo. “[...] Mais exatamente, no capitalismo monopolista, as funções *políticas* do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções *econômicas*.”. (NETTO, 2011a, p. 25, grifos do autor). Diante disso, crescem as possibilidades do superlucro na sociedade burguesa, uma vez que a intervenção do Estado – com seu poder político e econômico, operando como administrador das crises cíclicas – é parte essencial dos fatores que asseguraram a acumulação e valorização do capital monopolista.

Ora, se o Estado é tido como instância política e econômica a serviço dos interesses do capitalismo, entende-se, por outro lado, a necessidade de estabelecer alguns consensos com os trabalhadores, mediante a garantia de direitos civis e políticos, bem como na intervenção direta junto às demandas por eles exigidas propiciando, assim, ampliação de suas bases de

sustentação e legitimidade. Todavia, é importante evidenciar que “[...] respostas positivas a demandas das classes subalternas podem ser oferecidas na medida exata que elas mesmas podem ser refuncionalizadas para o interesse direto e/ou indireto da maximização dos lucros.”. (NETTO, 2011a, p. 29). É somente nestas condições que há possibilidade de intervenção contínua estatal na “questão social”. Ao dar respostas aos problemas sociais, o Estado, através a política social⁹, busca administrar as expressões da “questão social”, porém por meio destes mesmos mecanismos, atende também as demandas do capitalismo monopolista.

Considerando as políticas sociais como contraditórias, haja vista que atendem aos interesses de classes antagônicas, é necessário compreendê-las como decorrentes dos processos de organização e luta da classe trabalhadora, que passam a pressionar intervenção do Estado, a fim de atenuar as desigualdades sociais. É no âmbito das contradições, dos confrontos e conflitos entre as classes sociais que a “questão social” se expressa. Se por um lado, a “questão social” é entendida como resultante da relação contraditória entre capital/trabalho que se materializa nas desigualdades decorrentes da expropriação de mais-valia absoluta e relativa daqueles que somente possuem a força de trabalho para vender; por outro, se manifesta também no cenário político, com o despertar de consciência política por parte da classe trabalhadora que, ao se reconhecer enquanto classe para si, passa a reivindicar a intervenção do Estado na realidade social por meio de políticas públicas (NETTO, 2001). Assim, o Estado passa a reconhecer a “questão social” como “caso de política”, – embora não tenha deixado de lado seus aparatos coercitivos –, atuando na prestação de serviços sociais e na coesão como “solução” dos conflitos entre as classes.

Nesta perspectiva, além de intervir direta e/ou indiretamente na economia, impulsionando o consumo, a política social adquire outra funcionalidade peculiar no capitalismo monopolista: preservar e controlar a força de trabalho. Importante salientar que tais políticas na sociedade burguesa não têm como objetivo cessar as desigualdades, mas amenizá-las; se tivessem esta finalidade, as políticas sociais colocariam em xeque a sociabilidade burguesa. Conforme Netto (2011a, p. 31)

Sincronizadas em maior ou menor medida à orientação econômica-social macroscópica do Estado burguês no capitalismo monopolista, o peso destas políticas sociais é evidente, no sentido de assegurar as condições adequadas ao desenvolvimento monopolista. E, no nível estritamente político, elas operam como um vigoroso suporte na ordem sócio-política: oferecem um mínimo de respaldo

⁹É primordial destacar que é somente no estágio do capitalismo monopolista que existe a possibilidade de pensar em política social pública.

efetivo à imagem do Estado como “social”, como mediador de interesses conflitantes.

Cabe destacar ainda que a emergência do Serviço Social como profissão não ocorreu de forma desvinculada dos processos econômicos, sócio-políticos e culturais engendrados pela transição ao capitalismo monopolista. “É somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social.”. (NETTO, 2011a, p. 73).

Montaño (2009) indica que no debate da gênese do Serviço Social existem duas concepções que não são antagônicas, mas claramente opostas, sobre a natureza da profissão. A perspectiva endogenista sustenta a posição de que a profissão é resultado de um processo de evolução, organização e institucionalização das ações pautadas na ajuda, na caridade e na filantropia, que se encontram vinculadas à “questão social”. Sintetizando, esses autores consideram que as bases da profissão estão atreladas às primeiras formas de ajuda e encontram seus fundamentos nas obras de Tomás de Aquino e Vicente de Paula. Trata-se de uma tese debatida e defendida por um conjunto de teóricos¹⁰ que apresentam distinções substantivas em seu interior, tendo em vista a existência de autores oriundos do Serviço Social tradicional junto com participantes do movimento de “intenção de ruptura”.

Por outro lado, em oposição à tese defendida pelos teóricos citados acima, a perspectiva histórico-crítica se caracteriza como uma segunda tese de interpretação sobre a gênese da profissão, compreendendo esta como fruto de projetos político-econômicos em constante disputa na ordem societária do capitalismo monopolista, onde o Estado reconhece e formula respostas à “questão social”. Sua representação é composta por Marilda Villela Iamamoto, Raul de Carvalho, Manuel Manrique Castro, José Paulo Netto, Vicente de Paula Faleiros, Maria Lúcia Martinelli, entre outros. Desse modo, compreendem o assistente social “[...] como um profissional que desempenha um papel claramente político, tendo uma função que não se explica por si mesma, mas pela posição que o profissional ocupa na divisão sóciotécnica do trabalho.”. (MONTAÑO, 2009, p. 30).

Dado o caráter antagônico e desigual inerente à sociedade burguesa que permeia as relações sociais e atinge a totalidade da vida cotidiana, as contradições manifestadas nas instituições – familiares, no lazer, na escola – se expressam também no âmbito da profissão. Dentro desse panorama, inserido na divisão social e técnica do trabalho, o assistente social é

¹⁰Os principais defensores dessa tese são Herman Kruse, Ezequiel Ander-Egg, Ana Augusta de Almeida, Boris Alexis Lima, José Lucena Dantas, Balbina Ottoni Vieira etc.

requisitado pelo Estado – vendendo sua força de trabalho e, portanto, assumindo predominantemente a condição de trabalhador assalariado – a intervir nos problemas oriundos da relação antagônica entre capital *versus* trabalho, através da formulação e execução das políticas sociais. Sua atuação é polarizada pelos interesses de tais classes, respondendo tanto as diretrizes da classe dirigente e dominante, quanto às necessidades demandadas pela classe trabalhadora. Iamamoto e Carvalho (2012, p. 88), apontam que “[...] o Estado vê-se obrigado, pelo poder de pressão das classes subalternas, a incorporar, ainda que subordinadamente, alguns de seus interesses, desde que não afetem aqueles da classe capitalista como um todo, dentro de um ‘pacto de dominação’.”.

Registra-se que as respostas direcionadas à “questão social” sofrem modificações a partir do contexto de crise econômica e de hegemonia do poder. É sabido que historicamente o tratamento da “questão social” esteve imbricado com a esfera da moral, donde a Igreja –, em parceria com o Estado e burguesia –, assume a responsabilidade de atenuar os problemas sociais e manter a ordem social vigente. Nesta direção, a princípio, o Serviço Social Brasileiro se apresenta vinculado às iniciativas da Igreja, tendo um caráter missionário pautado em ações que propagavam o apostolado cristão, frente a uma sociedade ameaçada pela polarização do liberalismo e avanço das ideias comunistas. No entanto, ao vislumbrar um meio de preservar e controlar a força de trabalho, Estado e empresariado passam a absorver esses profissionais mediante o incentivo à qualificação técnica, bem como ampliam o seu campo de trabalho, como estratégia de enfrentamento das sequelas oriundas da “questão social”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012).

A institucionalização do Serviço Social está vinculada ao surgimento de instituições estatais de grande porte, especificamente na década de 1940, alcançando o reconhecimento enquanto profissão na divisão social do trabalho. A primeira instituição de cunho nacional encarregada de exercer a prática assistencial foi a Legião Brasileira da Assistência (LBA), criada em 1942, que juntamente com outras instituições – Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Social da Indústria (SESI) e Serviço Social da Aprendizagem Industrial (SENAI) – ampliaram o mercado de trabalho do assistente social. Nesse contexto, o assistente social passa a atuar realizando ações educativas de caráter normativo de ajustamento psicossocial da força de trabalho, destinadas ao atendimento das novas necessidades relacionadas à integração da população ao mercado de trabalho, pela mediação das políticas sociais.

[...] molda-se o perfil do assistente social como profissional requisitado para o

exercício das funções, pedagógica e intelectual, voltadas para a formação de um conformismo mecanicista, imposto pelas necessidades do padrão fordista/taylorista de produção e de trabalho, em que funções coercitivas são disfarçadas em formas de ações persuasivas sob a aparência humanitária de “servir ao homem”. (ABREU, 2002, p. 91-92, grifos da autora).

A conjuntura econômico-social do país no final da década de 1950, – período de expansão da industrialização pesada –, propunha transformações estruturais no ordenamento capitalista e a partir dos impactos que isso provocou nas expressões da “questão social” apresentaram-se exigências de renovação das matrizes teóricas e metodológicas da profissão. No caso brasileiro, a discussão sobre a renovação do Serviço Social inicia-se ainda na década de 1950, quando o mercado de trabalho para assistentes sociais se expandia em larga proporção. Essa expansão justifica-se pela inserção de profissionais não apenas em instituições estatais, mas também pela requisição de profissionais da área no setor privado, colocando para o Serviço Social “[...] um *novo padrão de exigências* para o seu desempenho profissional – quer nas agências estatais, quer nos espaços privados recém-abertos.”. (NETTO, 2011b, p. 123, grifos do autor).

Embora o período autocrático burguês apresentasse elementos de validação e reafirmação do Serviço Social tradicional, contraditoriamente é moldado um cenário que aponta para mudanças em torno da prática e formação profissional, influenciado pela reorganização do Estado e pelas transformações que atingiram a sociedade nessa conjuntura. Observa-se que não havia cenário mais adequado para provocar a contestação de práticas profissionais de cunho tradicional como as do Serviço Social, uma vez que

[...] *instaurando condições para uma renovação do Serviço Social de acordo com suas necessidades e interesses, a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava.* (NETTO, 2011b, p. 129, grifos do autor).

Em se tratando das condições endógenas da profissão, merecem destaque alguns elementos que incidiram no processo que resultou no Movimento de Reconceitualização do Serviço Social¹¹, que se expandiu pelos países da América Latina no lastro dos anos sessenta do século XX. Uma forte crítica às práticas empiristas, burocráticas, paliativas, orientadas por uma ética funcionalista e mecanicista, demarcam as discussões no interior da profissão na maioria dos países em que o Serviço Social já havia se institucionalizado. Trata-se de um movimento heterogêneo e contraditório que emergiu em 1965 e “constitui um marco

¹¹Para um estudo mais detalhado acerca do tema, sugerimos conferir Netto (2011b).

inarredável e incontornável da história do Serviço Social latino-americano”. (NETTO, 2005, p. 6).

O Movimento de Reconceituação “[...] tal como se processou em sua tônica dominante na América Latina, representou um *marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social* no continente.” (IAMAMOTO, 2000, p. 207, grifos da autora). É por meio desse movimento e da necessidade de revisão crítica das bases teóricas da profissão, que o marxismo nela se introduz. Segundo Netto (2011b, p. 148, grifos do autor), “[...] pela primeira vez de forma aberta, a elaboração do Serviço Social vai socorrer-se da tradição marxista – e o fato central é que, *depois da reconceptualização, o pensamento de raiz marxiana deixou de ser estranho ao universo profissional dos assistentes sociais*.”.

Todavia, não há dúvidas que a Reconceituação obedeceu a determinações não apenas endógenas, mas sobretudo, se inscreveu num processo mais amplo, de caráter internacional. O exaurimento do padrão de desenvolvimento capitalista no pós II Guerra Mundial e o tensionamento das estruturas sociais do capitalismo, forneceram um quadro favorável para a mobilização das classes sociais que defendiam desde demandas de ordem econômica até mesmo demandas sociais e culturais, protagonizadas por negros, jovens e mulheres. (NETTO, 2005).

Trata-se de um movimento que demarca a culminância da erosão das bases tradicionais da profissão em nível internacional. Apesar das particularidades do Serviço Social latino-americano, a Reconceituação resgatava a necessidade de ruptura com o tradicionalismo da profissão, inserindo a discussão num processo mais amplo, no qual a contestação das contradições da sociedade capitalista se fazia essencial para a superação das desigualdades sociais. Entretanto, num curto prazo de tempo o referido movimento se espraiou de formas diferenciadas. Este espraiamento deveu-se, sobretudo, pela via ditatorial patrocinada pela burguesia como perspectiva de modernização, apostando em posições antidemocráticas e repressivas que “abortaram” o processo democrático e revolucionário no início de 1960. Conforme Netto (2005, p. 10)

[...] as ditaduras patrocinadas pelos Estados Unidos e a serviço das oligarquias derrotaram todas as alternativas democráticas, reformistas e revolucionárias. Em meados dos anos 1970, a renovação profissional materializada na Reconceituação viu-se congelada: seu processo não decorreu por mais de uma década. E seu ocaso não se deveu a qualquer esgotamento ou exaurimento imane; antes, foi produto da brutal repressão que se abateu sobre o pensamento crítico latino-americano – não por acaso, muitos dos protagonistas da Reconceituação experimentaram o cárcere, a tortura, a clandestinidade, o exílio e alguns engrossaram as listas dos “desaparecidos” nas ditaduras.

Num primeiro momento no Brasil e, em seguida nos países latino-americanos, as ditaduras não permitiram que as propostas de transformação substantiva lograssem êxito, implicando na divisão do movimento em dois grandes segmentos: o primeiro grupo defendia a modernização da profissão, de modo a adequá-las às exigências da época; o outro segmento apontava para a ruptura com o tradicionalismo da profissão, indicando a necessidade de ultrapassar os projetos que visavam à exploração e dominação dos setores mais pauperizados da sociedade. Vale destacar o quão heterogêneo era o conjunto de profissionais que propunham a erosão das bases de sustentação das formas tradicionais da profissão. Apesar da diversidade de profissionais que compunha o movimento, essa grande união marcou os primeiros passos da Reconceituação e contribuiu para o adensamento das discussões sobre os rumos do Serviço Social latino-americano.

Observa-se então que a implantação das ditaduras burguesas interrompeu o movimento de Reconceituação e impediu seu desenvolvimento, tornando-o inconcluso nos países da América Latina. No caso específico do Brasil os impactos da Reconceituação foram peculiares. Com exceção da experiência do Método Belo Horizonte, a renovação foi traduzida como modernização profissional. Isto significa dizer que a profissão foi hegemonicamente moldada naquele momento para atender as requisições exigidas pela autocracia burguesa. Dessa forma, “[...] o deslocamento do 'Serviço Social tradicional' por este viés desenvolvimentista-modernizante tornou compatível a renovação do Serviço Social com as exigências próprias do projeto ditatorial e permitiu a consolidação de um perfil profissional bastante diverso do tradicionalismo.” (NETTO, 2005, p. 16). Porém, é incontestável deixar claro que a Reconceituação gestou a possibilidade de erosão do Serviço Social tradicional, indicando a ruptura em seus aportes teórico-metodológico e ético-político, especificamente nos principais países da renovação onde os golpes ditatoriais tardaram a acontecer e que, portanto, detinham de condições objetivas favoráveis para renovar a profissão, como é o caso do Chile, Argentina e Uruguai.

Com a crise da ditadura militar brasileira os movimentos sociais populares retomam o cenário de lutas, no final dos anos de 1970, empenhados no processo de redemocratização do país. É somente nestas condições sócio-históricas que as discussões sobre o processo de renovação no interior profissão têm a possibilidade de avançar e espalhar-se – desta vez com predomínio da vertente denominada por Netto de “intenção de ruptura¹²” que apontava a

¹²No processo de renovação do Serviço Social Brasileiro, Netto (2001b) indica a existência de pelo menos três direções principais, a saber, perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. Em linhas gerais, a primeira tinha o propósito de adequar o Serviço Social às exigências que o contexto histórico do golpe de 1964 conclamava e possui um cariz reformista; a segunda direção indicava a retomada do

ruptura radical com o tradicionalismo da profissão.

A vertente que defendia a ruptura com o tradicionalismo e suas implicações teórico-metodológicas e prático-profissionais, emergiu no cenário das universidades, em 1975, influenciado por uma vanguarda de jovens profissionais vinculados à Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, onde elaboraram o Método de Belo Horizonte. A emergência do projeto de ruptura em Belo Horizonte não ocorreu acidentalmente. A capital mineira foi cenário de importantes movimentos sindicais, explosões de lutas operárias¹³, além da existência de um forte movimento estudantil, impulsionado por ideias revolucionárias e socialistas. O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), mais conhecido como o “congresso da virada”, realizado em 1979, é outro marco da ruptura com o conservadorismo e da necessidade de renovar seu arcabouço teórico e metodológico, na direção de afirmar a relevância da dimensão ético-política da profissão.

O cenário marcado pela autocracia burguesa promoveu a interlocução crítica com as ciências sociais, culminando na aproximação com a tradição marxista; contribuiu para a explicitação da dimensão política que, até o momento, era subsumida pelo tradicionalismo profissional e possibilitou a abertura do pluralismo profissional. Porém, indica-se que a principal conquista da Reconceituação corresponde à recusa do profissional de Serviço Social em constituir-se somente como um agente técnico e executivo. Nesse sentido, “[...] a Reconceituação assentou as bases para a requalificação profissional, rechaçando a subalternidade expressa até então na vigente aceitação da divisão consagrada de trabalho entre cientistas sociais (os 'teóricos') e assistentes sociais (os profissionais 'da prática')”. (NETTO, 2005, p. 12). Há que se considerar também que o processo de renovação comportou equívocos e descontinuidades, manifestados no ativismo político que, por sua vez, culminou na confusão entre a profissão e o militância, resultando nas ações messiânicas, entre outros fatores.

Sabe-se que essa tendência renovadora se notabiliza pela aproximação do Serviço Social com o marxismo, mas sabe-se também que isso ocorre por meio de fontes secundárias, com grande invasão neopositivista e deformações das verdadeiras formulações de Marx.

Não se trata, como se vê, de um ingresso muito feliz da tradição marxista em nosso terreno profissional; entretanto – e não há que perder de vista este aspecto –, o

tradicionalismo, sob nova roupagem, uma vez que resgatava o Serviço Social tradicional com suporte teórico inspirando na fenomenologia; por outro lado, a intenção de ruptura propunha a necessidade de romper, radicalmente, com o tradicionalismo e conservadorismo e recorria à tradição marxista para compreender a profissão na sociedade capitalista.

¹³A título de exemplo é importante destacar as lutas dos trabalhadores do Quadrilátero Ferrífero, em 1968, no auge do período autocrático burguês, que resultaram nas greves de Contagem no parque industrial de Belo Horizonte.

principal é que, a partir de então, criaram-se as bases, *antes inexistentes*, para pensar-se a profissão sob a lente de correntes marxistas; a partir daí a interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista inscreveu-se como um dado da modernidade profissional. (NETTO, 2011b, p. 149, grifos do autor).

A superação da infeliz aproximação com a teoria social de Marx tornou-se viável a partir da expansão dos cursos de Serviço Social e, conseqüentemente, da realização de estudos e pesquisas no âmbito da pós-graduação, dados que indicam um processo de amadurecimento teórico da categoria. Ainda na década de 1980, Marilda Villela Iamamoto, se debruça nas publicações de Marx e publica a primeira produção no âmbito da profissão com fundamentos mais consistentes em termos da crítica da economia política marxiana. Esta produção possibilitou compreender a profissão sob o prisma do marxismo, evidenciando o trabalho como fundante do ser social, as contradições das relações sociais na sociedade burguesa e as implicações para a profissão. Para Netto (2001b, p. 291, grifos do autor)

A base da interpretação de Iamamoto é a sua concepção acerca da produção (que é produção e reprodução) das relações sociais, que ela fundamenta e desenvolve ao longo do primeiro capítulo do seu ensaio. Calcada numa reflexão que se desdobra colada aos textos marxianos fundamentais – em especial *O capital*, inclusive apelando ao inédito capítulo VI, mas recorrendo ainda aos *Grundrisse* –, a argumentação de Iamamoto prima pelo rigor teórico e pela congruência crítica: ela recupera, a partir da rica categoria de *produção social*, a *especificidade histórica* da ordem burguesa, com a *processualidade* das relações sociais sendo resgatada pelo desvelamento dos mecanismos da *reificação*.

O Serviço Social, a partir dos anos de 1980, vai basear-se em Marx e outros marxistas como Gramsci e Lukács, cujo respaldo teórico e metodológico foram fundamentais para rever o modo como boa parcela da categoria profissional analisa e intervém sob a desigualdade social reproduzida no capitalismo.

Toda essa movimentação que inclui a formulação de uma alternativa crítica ao conservadorismo deu origem ao que ficou conhecido na categoria a partir dos anos 1990 como “projeto ético-político profissional”. Apesar de o novo projeto profissional possuir hegemonia desde então, isso não significa dizer que seja homogêneo entre os profissionais. (NETTO, 2011b). A hegemonia deste projeto apresenta constante resistência no cotidiano do exercício profissional apesar das adversidades, com o avanço de ideais ultraconservadores,

É precisamente este “Serviço Social crítico” que vem redimensionando radicalmente a imagem social da profissão e hoje é reconhecido no plano acadêmico como área de produção de conhecimento, interagindo paritariamente com as ciências sociais e intervindo ativamente no plano da formulação de políticas públicas. (NETTO, 2005, p. 18).

O respaldo teórico obtido com o amadurecimento da compreensão do pensamento de Marx para análise da sociedade capitalista e da “questão social” propiciou a constituição do Serviço Social crítico e o reconhecimento da profissão enquanto resultado das necessidades criadas pelas relações entre Estado e sociedade civil, inserida na divisão social e técnica do trabalho e, portanto, parte da classe trabalhadora. Essa maturidade trouxe um salto significativo em várias esferas que repercutiu positivamente na qualidade da formação acadêmica, organização da categoria, como também na realização de pesquisas e produção de conhecimento.

Embora não tendo atingindo o patamar de “ciência”, o Serviço Social conseguiu se constituir como uma área de produção de conhecimentos, inserida na grande área das Ciências Sociais Aplicadas (assim é identificada nas agências de fomento como CNPq, Capes e Fapergs), isto é, constrói conhecimento científico. (FRAGA, 2010, p. 43).

Com isso, o Serviço Social alcança seu espaço no campo das ciências sociais, legitimando-se como profissão que produz conhecimento e intervém na realidade com criticidade.

No que tange à importância do Movimento de Reconceituação, Netto afirma que (2005, p. 15), “[...] durante mais de dez anos, na sequência da década de 1970, a parte mais significativa do espírito renovador da Reconceituação, processado criticamente, alimentou o que houve de mais avançado no processo profissional latino-americano.”. O legado desta movimentação se expressa em diversos ângulos da análise sobre o Serviço Social no Brasil a partir dos anos 1980:

Lançando um olhar retrospectivo para a última década, vê-se que no campo da formação profissional consolida-se o ensino pós-graduado, cresce qualitativa e quantitativamente a produção científica que adensa e alimenta o mercado editorial. A atividade de pesquisa afirma-se nessa área profissional com o seu consequente reconhecimento por parte das entidades oficiais de fomento. [...] É um período em que na prática profissional verificam-se saltos de qualidades, caminhando na direção de uma ruptura com o tradicionalismo profissional. (IAMAMOTO, 2007, p. 91).

No âmbito da formação acadêmica têm-se a consolidação da pós-graduação (mestrado e doutorado), com grande fomento e investimento na pesquisa, contribuindo para a produção de conhecimento, bem como para a revisão do então “currículo mínimo” do Serviço Social. Cabe salientar que é através da aproximação com a perspectiva crítica que a profissão ganha novos direcionamentos, tendo embasamento teórico-crítico suficiente para a construção e implementação do projeto ético-político profissional, o qual reconhece e explicita em suas

regulamentações o compromisso com a classe trabalhadora. Esses são os principais elementos herdados da Reconceituação e que integram os avanços significativos decorrentes deste movimento.

[...] por isto é adequado caracterizar o desenvolvimento deste 'Serviço Social crítico' no Brasil como herdeiro do *espírito* da Reconceituação: comprometido com os interesses da massa da população, preocupado com a qualificação acadêmica e com a interlocução com as ciências sociais e investindo fortemente na pesquisa. (NETTO, 2005, p. 18, grifos do autor).

O amadurecimento intelectual viabilizado por aquela conjuntura sócio-histórica oportunizou à categoria diversos avanços forjados nas décadas de 1980/1990 e que vem sendo construídos/constituídos cotidianamente. Destacam-se a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993; o Código de Ética Profissional também de 1993; as Diretrizes Curriculares de 1996, além das resoluções instituídas pela categoria. Esses documentos legais contemplam um conjunto de valores e diretrizes que indica a formação de um determinado perfil profissional.

Desse modo, a partir da adoção do referencial materialista histórico dialético o Serviço Social entende a necessidade de buscar mediações, a fim de superar as ações tecnicistas e imediatistas da profissão. Uma das principais mediações é a compreensão da atitude investigativa como fundamental para entender os fenômenos sociais que se apresentam no cotidiano em sua essência para intervir de maneira qualificada e crítica. A mediação entre a pesquisa e o fazer profissional promove articulação indissociável entre teoria e a prática. Para Guerra (2010, p. 1)

A pesquisa assume, assim, um papel decisivo na conquista de um estatuto acadêmico que possibilita aliar formação com capacitação, condições indispensáveis tanto a uma intervenção profissional qualificada, quanto à ampliação do patrimônio intelectual e bibliográfico da profissão, que vem sendo produzido especialmente, mas não exclusivamente, no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*.

Vimos afirmando no decorrer do trabalho que o movimento histórico de Reconceituação do Serviço Social contribuiu para a erosão das práticas profissionais tradicionais e também gestou a possibilidade de discutir as bases teóricas que sustentaram a profissão em determinado período, donde a conjuntura histórica forneceu as condições concretas para aproximação com a tradição marxista em sua essência, superando a incorporação do marxismo vulgar¹⁴. Com isso, a categoria de assistentes sociais alcança sua maturidade intelectual, adensando a formação e o exercício profissional a partir de uma

¹⁴ A título de exemplo do marxismo vulgar, destacamos autores como Althusser e Mao Tsé-Tung.

compreensão mais consistente da realidade que envolve a profissão e seus distintos espaços sócio-ocupacionais. Tendo esses elementos como pressupostos, no próximo item abordaremos a questão agrária como campo de intervenção e investigação do Serviço Social, objetivando discutir o quadro da produção de conhecimento que permeia a temática referida, como também os possíveis desdobramentos da perspectiva crítica que incidiram nesta produção.

2.2 – Serviço Social e questão agrária: a importância da atitude investigativa na atuação profissional

O processo de institucionalização e legitimação do Serviço Social está vinculado ao surgimento de grandes corporações empresariais ligadas ao setor da indústria e comércio, que visavam à elevação do nível cultural dos trabalhadores, a fim de adequá-los às exigências apresentadas pelo capitalismo em expansão. A criação do SESI, por exemplo, se enquadra na articulação entre empresariado e Estado, no qual se busca o reordenamento de uma série de questões relacionadas ao cenário político-econômico internacional do pós-guerra. “[...] Procura-se definir alternativas e uma programação a longo prazo para, com subsídio estatal, reorientar o aprofundamento capitalista dentro da conjuntura nacional e internacional que se delineia.”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 285).

Nesse sentido, nas primeiras décadas do século XX, o enfrentamento da “questão social” esteve associado com o prosseguimento da industrialização, superação do “atraso” e “racionalização” da agricultura, com vistas a viabilizar o fortalecimento do mercado interno. A preocupação central desse fortalecimento girava em torno da necessária integração entre urbano e rural a fim de compor este mercado e, para alcançar tal objetivo, coube ao Estado a adoção de algumas iniciativas: extensão rural da educação; barateamento dos produtos agrícolas, por meio da “racionalização” da agricultura e ampliação da previdência social, que possibilitaria o aumento do nível de renda da população.

[...] Dessa forma, será possível integrar as amplas camadas da população aos frutos do desenvolvimento econômico, conquistar sua adesão para esse processo de mudança e eliminar as causas que possibilitam a perigosa expansão de *ideologias dissolventes* dentro de seu meio. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 286-287, grifos dos autores).

A proposta de superação do subdesenvolvimento forneceu as condições concretas para o engendramento da ideologia desenvolvimentista¹⁵. Segundo Iamamoto e Carvalho (2012, p.

¹⁵A ideologia desenvolvimentista consolidada com o acordo firmado entre EUA e os países subdesenvolvidos,

359), “a ideologia desenvolvimentista, em seu aspecto mais aparente e geral envolve a proposta do crescimento econômico acelerado, continuado e autossustentado.”. Para superar o estágio de atraso e o subdesenvolvimento, não importava a discussão sobre a introdução do capital estrangeiro no país; pelo contrário, o auxílio internacional era considerado imprescindível para expansão econômica, a qual traria prosperidade e possibilitaria a eliminação da pobreza.

Implementado pela Organização das Nações Unidas (ONU) com apoio da Organização dos Estados Americanos (OEA), após a II Guerra Mundial, o Desenvolvimento de Comunidade (DC)¹⁶ “[...] é postulado num momento histórico em que as grandes potências – Estados Unidos e Rússia – deflagram a ‘guerra fria’ pela conquista do primado econômico, político e ideológico de um mundo supostamente bipolarizado.”. (AMMANN, 2003, p. 29). Nesta direção, a compreensão das origens do DC supõe mediações mais amplas que correspondem à conjuntura histórica internacional. Os interesses das grandes potências tinham como foco principalmente o desenvolvimento da agricultura para o progresso do país e a superação do analfabetismo que dominava o meio rural no Brasil. Sendo assim, a educação dos adultos,

[...] passara a ser considerada como um requisito indispensável a uma melhor organização e reorganização social com sentido democrático e como recurso social da maior importância para desenvolver entre as populações adultas “marginalizadas” o sentido do ajustamento social. (AMMANN, 2003, p. 38).

A consolidação do bloco socialista e seu avanço nos países orientais alertava para o perigo do mesmo atingir os países em desenvolvimento. Sob o argumento de que nas regiões pobres a propaganda comunista alcança uma maior receptividade, o Estado norte-americano instituiu uma série de recomendações ao Estado brasileiro, objetivando conter o suposto avanço comunista no país. Tais recomendações foram materializadas mediante a implementação de programas de assistência técnica destinados aos países pobres, principalmente aqueles localizados na América Latina. (AMMANN, 2003).

Considerando também que na década de 1950 a predominância do analfabetismo

(em especial os países da América Latina), se fundamenta no desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos através de financiamentos concedidos por países de grande potência econômica. No caso brasileiro, o Desenvolvimento de Comunidade (DC) aparece entre a parceria dos Estados Unidos e o governo brasileiro por meio de convênios de gêneros alimentícios e créditos rurais. (AMMANN, 2003).

¹⁶O DC define-se como um “processo através do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais, com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, integrar essas comunidades na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país” Cf. (AMMANN, 2003, p. 32). É essa concepção de caráter funcionalista que fundamentou a política desenvolvimentista no Brasil.

apresentava-se como obstáculo para o progresso nacional, o incremento da educação nas áreas rurais representava a minimização dos problemas sociais do campo, haja vista que nessas regiões se concentrava um maior contingente de analfabetos.

Observa-se que a divulgação/fomento dos programas do DC, aliado à aproximação da ONU com a profissão, possibilitou a abertura de um novo espaço ocupacional ao Serviço Social frente às demandas provenientes do campo. Entre os anos de 1945 e 1961 ocorrem, no Brasil, congressos e seminários que reuniram os principais representantes das entidades do Serviço Social, com vistas a discutir desafios da formação e legitimação da profissão no âmbito do DC. Surgem também nesse período a Comissão Brasileira-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e o Serviço Social Rural (SSR). É neste contexto que “[...] o Serviço Social se interioriza, acompanhando o caminho das grandes instituições, a modernização das administrações municipais, e o surgimento de novos programas voltados para as populações rurais.”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 363).

A Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e a Campanha Nacional de Adolescentes e Adultos (CNAA)¹⁷, são casos concretos da busca pela superação do analfabetismo, articulada como estratégia para o “desenvolvimento econômico” dos países subdesenvolvidos. Segundo Ammann (2003), equipes interdisciplinares, compostas por médico, assistente social, agrônomo, agente de economia doméstica, percorriam os interiores do Brasil, a fim de iniciar as ações pedagógicas dirigidas aos setores populares do campo.

A autora ressalta ainda que o DC tinha como proposta a integração entre governo e instituições para a elevação do padrão de vida da classe trabalhadora, sob a perspectiva da ajuda mútua e, obviamente, assegurariam o compromisso com o progresso modernizador do país. Compreendia-se que o homem rural era “atrasado” e que a manutenção desta cultura traria limitações para a modernização do campo devendo, portanto, ser superada. Nesse sentido, a função desempenhada pelos profissionais e técnicos nessa época fundamenta-se nos ideários da modernização conservadora, mediante o incentivo à participação, disseminado pelos programas do DC.

A intervenção do Serviço Social nesse período histórico pautava-se na aliança entre

¹⁷A Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e a Campanha Nacional de Adolescentes e Adultos (CEAA) foram criadas ainda nos anos de 1940, incentivando a educação de adultos e de adolescentes no meio rural com a justificativa de ser um entrave para o país, baseado na ação solidária e de aparatos teóricos e técnicos para a dignidade humana. As campanhas se davam por meio da Igreja Católica e do Serviço Social através das Missões Rurais de Educação e da constituição de Centros Sociais de Comunidade pelo Brasil, baseado no modelo mexicano. (AMMANN, 2003).

educação e assistencialismo, por meio da execução dos projetos de educação de base no campo, vinculados à ideologia desenvolvimentista. Ao adotar a perspectiva modernizante, o assistente social deveria atuar no sentido de contribuir para o desenvolvimento do espírito solidário e cooperativo do homem rural e, de maneira simultânea, mantinha a hegemonia desenvolvimentista e impulsionava o crescimento agrícola. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012).

Todavia, as manifestações que eclodiram no final de 1950 e início dos anos de 1960, traziam questões fundamentais, isso porque clamavam por reformas estruturais e, sobretudo questionavam o projeto societário vigente no país. Dentre essas questões, destacam-se: a luta pela reforma urbana e agrária, pela participação da população nos processos decisórios da sociedade, distribuição da riqueza socialmente produzida etc. Conforme Ammann (2003, p. 57), “os anos 1960-63 representam, em particular, um período de gestação da consciência nacional-popular e de engajamento de amplas camadas sociais [operários, estudantes, camponeses, professores] na luta pelas reformas de estrutura.”. Santos (2012, p. 85), destaca que

Outras medidas incluídas nas reformas de base eram a regulação das remessas de lucro para o exterior e a extensão do monopólio do petróleo. [...] muito embora ficasse fácil de identificar que tais medidas não visavam a implantação do socialismo – como o acusaram as forças que o interromperam para instalar a ditadura militar em 1964 – o simples fato de pretenderem mexer na estrutura distributiva de renda para atenuar as desigualdades, impediram sua concretização. Ademais, o período é marcado por uma intensificação das lutas sociais que já vinham de períodos anteriores, comandadas por estudantes, movimentos católicos de esquerda e pelas ligas camponesas.

Além das ligas camponesas e dos Sindicatos Rurais, proliferam-se outros movimentos da cidade e do campo, a saber: Movimento de Educação de Base (MEB), Movimento de Cultura Popular, Ação Popular, Centros Populares, entre outros. Registra-se também a criação do MEB, instituído pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Mobilização Nacional contra o Analfabetismo (MNCA) e a sanção da Lei de Diretrizes e Bases da educação, considerados fundamentais para a política de redemocratização do sistema educacional.

É evidente que essas transformações políticas contribuíram para uma nova abordagem do Desenvolvimento de Comunidade, uma vez que o vínculo estabelecido com o Serviço Social possibilitou que as influências do posicionamento do movimento progressista da igreja católica incidissem sobre as práticas do DC. Nesse contexto, assistentes sociais se inserem

no processo de mobilização e desenvolvem ações voltadas para a alfabetização¹⁸, pautadas também na reflexão crítica em parceria com o MEB. A Educação Popular, na perspectiva de Paulo Freire (2014), é caracterizada como um processo educativo de “conscientização e libertação do oprimido”, por meio da participação e construção de saberes que possibilitem a transformação do sujeito e da sociedade¹⁹. Porém, as manifestações ocorridas nesse período foram duramente reprimidas após a instauração do Golpe Militar, em 1964. (ABREU, 2002).

Como já se disse (Cf. Item 2.1) como reação à onda de mobilizações da primeira metade dos anos 1960, a América Latina foi alvo de sucessivos golpes ditatoriais, pelos quais se assegurava o projeto de expansão do capitalismo monopolista e sua retomada está também determinada conjuntamente pelo enfraquecimento das ditaduras.

Com esse pequeno intercurso histórico, queremos fazer notar a questão agrária como parte das demandas que atravessa o mercado de trabalho do assistente social e, na medida em que se constitui como campo interventivo, tornou-se objeto de pesquisa para o Serviço Social. Isso decorre da necessária articulação entre intervenção e investigação, uma vez que ao agir na realidade concreta o assistente social deve estabelecer mediações para conhecê-la e compreendê-la. Nesse sentido, a pesquisa constitui-se como elemento estruturante e transversal tanto na formação, quanto no exercício profissional, pois permite a mediação entre universalidade e singularidade para desvendar a particularidade dos fenômenos sociais, de modo a alcançar a sua essência. Segundo Pontes (2000, p. 43, grifos do autor), o Serviço Social

[...] é uma das profissões inscritas na divisão sóciotécnica do trabalho na ordem social capitalista madura e caracteriza-se por ser uma *profissão interventiva*. Por isso necessita, além de *conhecer a realidade* na sua complexidade, criar meios para *transformá-la* na direção de determinado projeto socioprofissional. Essa dupla dimensão que caracteriza o Serviço Social desafia os profissionais a enfrentá-la cotidianamente no complexo tecido das organizações sociais em que atuam.

Segundo Guerra (2010, p. 4), ao invés de ser um problema, “a necessidade de atuarmos sobre a realidade é o que nos conduz ao conhecimento. [...] para intervir, é preciso conhecer, para o que há que se ter procedimentos adequados.”. Consideramos, portanto, a pesquisa enquanto mediação entre conhecimento e realidade que proporciona, ou deve

¹⁸De acordo com Ammann (2003), envolvem-se em atividade de animação popular e sindicalização dos trabalhadores rurais. A outra parcela dos profissionais integra-se aos trabalhos de cultura popular elaborado por Paulo Freire, ainda que marcado por um ecletismo singular.

¹⁹Paulo Freire, não obstante a sua enorme contribuição, foi muito criticado por essa visão carregada de certa dose de idealismo, ingenuidade, politicismo. Acreditava que bastava trabalhar as consciências para transformar os sujeitos e a realidade.

proporcionar, a busca pelo conhecimento da realidade, com vistas a identificar as demandas e compreender as particularidades dos usuários, de modo a qualificar e subsidiar os objetivos das ações desenvolvidas nos mais variados espaços ocupacionais onde os assistentes sociais estão inseridos.

Durante determinado período a formação do Serviço Social, em virtude de seu caráter interventivo, priorizou substantivamente a dimensão técnica-operativa, em detrimento da discussão sobre os aportes teórico-metodológicos e/ou ético-políticos. Nota-se que a compreensão sobre a necessidade de discutir os elementos constitutivos da intervenção profissional ocorre no momento em que as bases teóricas e metodológicas que lhes davam sustentação já não eram condizentes com as demandas do contexto histórico. Com isso, o recurso à teoria social de Marx é determinante no sentido de contribuir para alteração do caráter puramente de agente técnico que permeou a profissão (Cf. Item 2.1), indicando uma nova perspectiva na qual o assistente social coloca-se como protagonista voltado para o reconhecimento do papel sócio-político e profissional que passa a abarcar exigências teóricas mais rigorosas.

Isso significou o rompimento com a postura positivista que dissociava o pensar e o agir e que durante décadas foi hegemônica no Serviço Social. Dessa forma, “[...] laicizado e diferenciado, o Serviço Social que atravessa os anos oitenta – com mais fidelidade que em qualquer outro momento da história no Brasil – expressa a complexidade e a diferenciação pertinentes à contemporaneidade da sociedade brasileira.”. (NETTO, 2011b, p. 307).

O giro dado pela profissão na década de 1980 propiciou um grande investimento e incentivo na pesquisa, tendo como intuito o seu reconhecimento na área das ciências sociais, além da compreensão da pesquisa como partícipe da formação e do exercício profissional.

Nesse sentido, a produção do conhecimento na área do Serviço Social inicia-se em 1970, com a expansão dos cursos de graduação e a criação dos primeiros cursos de pós-graduação em plena vigência da ditadura militar. Esse período histórico foi marcado pela implementação da Reforma do Ensino Superior proposta pelos militares que visava formar profissionais, com vistas a atender as exigências do novo modelo econômico da “modernização conservadora”. Gradativamente, têm-se o crescimento da oferta dos cursos de graduação em todo país, ao mesmo tempo em que emergem os cursos de pós-graduação. Assim, “os cursos de pós-graduação constituem-se em espaços privilegiados para produção de conhecimentos e suas atividades estão intrinsecamente ligadas à produção e reprodução da comunidade científica e técnica.”. (KAMEYANA, 1998, p. 3).

Partindo da premissa de que a pós-graduação constitui-se enquanto espaço

privilegiado na produção de conhecimento, haja vista que o contínuo ato de pesquisar permite o desvelamento dos fenômenos sociais apresentados na sociedade burguesa, como também uma melhor compreensão e qualificação da intervenção profissional, faz-se necessário destacar a importância da produção do conhecimento para o Serviço Social.

A Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 explicita que no cumprimento das suas atribuições e competências “[...] exige[-se que] o assistente social [torne] a pesquisa um elemento constitutivo de seu trabalho profissional, como condição do exercício profissional competente e qualificado.” (GUERRA, 2010, p. 3). É sabido que o Serviço Social se caracteriza por conter uma dimensão interventiva e esta é que, num determinado direcionamento demanda, ao mesmo tempo, que se afirme a dimensão investigativa.

Ao interferir na realidade social, o assistente social precisa conhecê-la em sua totalidade, com vistas atuar com competência e qualidade. Para isso, é preciso dispor de um arcabouço teórico e metodológico crítico que direcione as ações profissionais desempenhadas cotidianamente. É nesse escopo que a produção de conhecimento, seja na área da pós-graduação e/ou até mesmo nas pesquisas realizadas no exercício profissional, é tida como possibilidade concreta de qualificar a intervenção profissional, contribuindo para a viabilização de direitos e emancipação dos sujeitos. (GUERRA, 2010). O duplo caráter da profissão é apontado por Mota (2013, p. 18) quando reconhece a possibilidade de tratar o Serviço Social a partir de duas dimensões que são constitutivas e inerentes: como profissão e área de conhecimento.

Todas essas observações levaram-me a trabalhar a hipótese de que o Serviço Social brasileiro, ao se constituir numa área do conhecimento, adensa a sua intervenção na realidade através da construção de uma cultura intelectual, de cariz teórico-metodológico crítico, redefinindo a sua representação intelectual e social até então caracterizada, prioritariamente, pelo exercício profissional, no qual a dimensão interventiva tinha primazia sobre o estatuto intelectual e teórico da profissão.

Assim, compreende-se a atitude investigativa e a pesquisa como parte integrante do exercício profissional do assistente social. É através dessa postura que o assistente social consegue compreender a dinâmica da realidade social, superando a superficialidade dos fenômenos. Ao adquirir a postura investigativa, o profissional de Serviço Social passa a ter clareza dos desafios, limites e possibilidades de sua atuação, identificando com criticidade as transformações ocorridas no mundo do trabalho e os rebatimentos para o exercício profissional. No entanto,

Faz-se necessário não apenas coordenar e executar políticas sociais, projetos e

programas, mas também avaliá-los, coordenar pesquisas, realizar vistorias, perícias e laudos, parecer técnico, formar assistentes sociais. Aqui se reconhece e se enfatiza a natureza investigativa das competências profissionais. Mais do que uma postura, o caráter investigativo é constitutivo de grande parte das competências/atribuições profissionais. (GUERRA, 2010, p. 3).

Nesta toada, a questão agrária constitui-se como uma das áreas de intervenção e investigação do Serviço Social, como dito anteriormente, donde o profissional busca dar resolutividade às demandas apresentadas através da formulação e implementação de programas e projetos sociais que devem partir do conhecimento concreto da realidade.

2.3 – Características gerais da produção científica sobre questão agrária publicadas no ENPESS no último decênio

Para analisar a produção de conhecimento sobre a questão agrária, utilizou-se como referência de coleta de dados as produções sobre a temática publicadas nas últimas cinco edições (2004; 2006; 2008; 2010; 2012; 2014), do Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS)²⁰. O material de pesquisa refere-se ao IX, X, XI, XII, XIII e XIV ENPESS, os quais foram realizados em Porto Alegre, Recife, São Luís, Rio de Janeiro, Juiz de Fora e Natal, respectivamente.

Quando comparamos o número de artigos publicados no ENPESS de 2004 e no ENPESS de 2014 verifica-se que no período em questão houve um significativo crescimento quantitativo no que diz respeito à produção de conhecimento do Serviço Social nas mais variadas temáticas. Na edição de 2014, têm-se um quantitativo de artigos aprovados (1.907) aproximadamente quatro vezes maior do que em 2004 (546). O gráfico a seguir demonstra o crescimento da produção apresentada no ENPESS.

²⁰O ENPESS é realizado a cada dois anos. Tornou-se espaço privilegiado que permite a articulação política, bem como capacitação, debates e socialização de pesquisas desenvolvidas no âmbito da categoria.

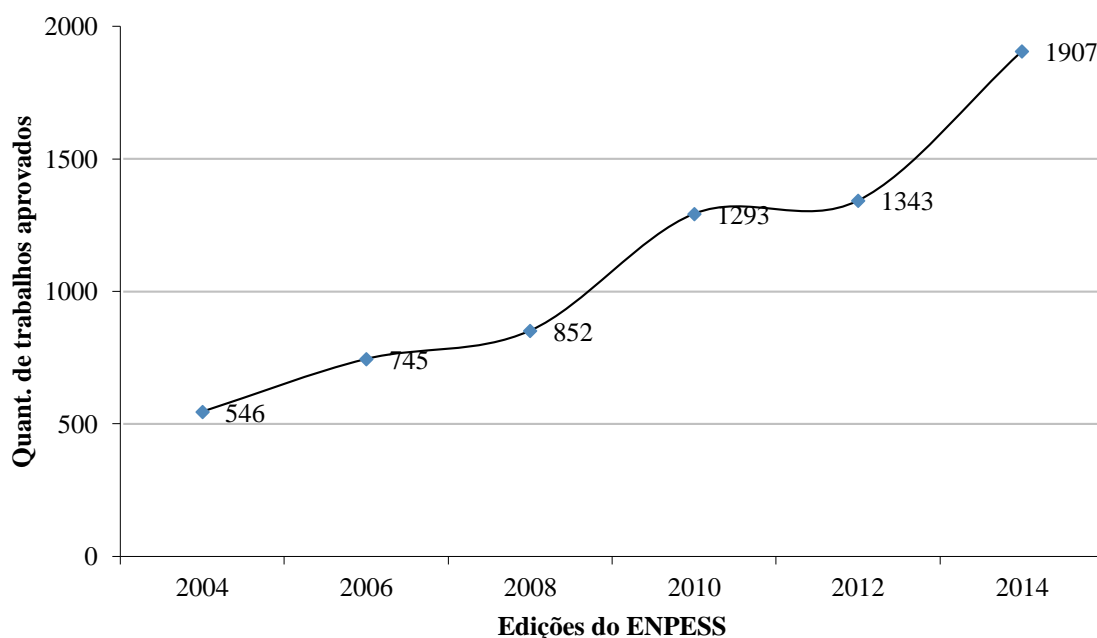


Gráfico 1 – Trabalhos aprovados nas cinco últimas edições do ENPESS. Fonte: Anais dos ENPESS. Elaboração própria, 2016.

Ao realizar a soma desses dados observamos que totalizam 6.686 trabalhos publicados, cabendo destacar nesse universo que apenas 77²¹ foram apresentados no eixo da questão agrária, o que demonstra que a necessidade de ampliação da produção de conhecimento sobre essa temática no Serviço Social. Conforme Lusa (2011, p. 1), “o debate sobre a questão rural e sua relação com o Serviço Social configura-se como um desafio objetivo se considerados os temas mais correntes no âmbito das investigações e do exercício profissional na contemporaneidade.”.

Apesar disso, esse eixo acompanhou, com algumas particularidades, a tendência geral de crescimento da quantidade de trabalhos aprovados. Isso porque ocorreu um movimento de oscilação em que aumenta e diminui a quantidade de trabalhos apresentados no último decênio. A título de exemplo, a edição de 2014 teve um decréscimo de aproximadamente 63% quando comparado com o quantitativo de trabalhos, referentes à temática, aceitos na edição de 2012.

²¹Importante destacar sobre a necessidade de retirar dois artigos científicos do quadro de análise referentes à edição do ENPESS de 2006, uma vez que nos anais não constavam a publicação na íntegra destes trabalhos.

Produções encontradas no eixo "Questão Agrária"

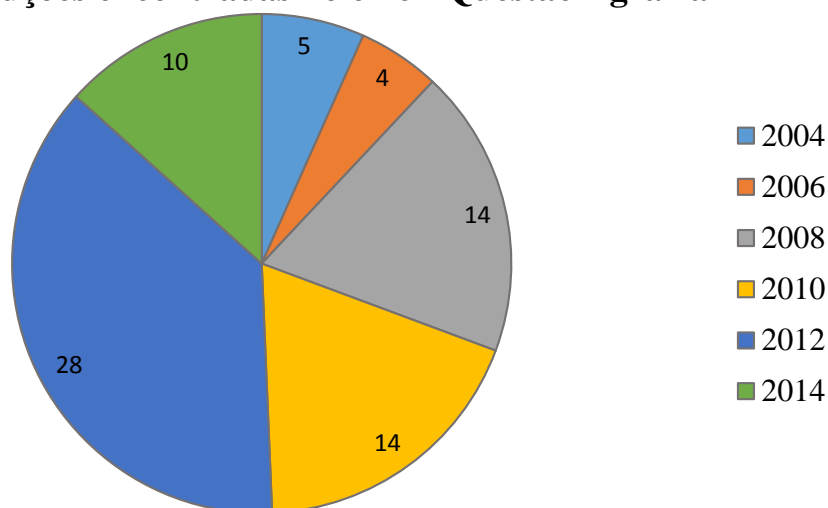


Gráfico 2 – Produções encontradas no eixo “Questão Agrária”. Elaboração própria com base nos Anais dos ENPESS, 2016.

Para ampliar a capacidade de situar estes dados, incluiu-se nesta pesquisa um levantamento dos grupos de pesquisa sobre a questão agrária. Utilizou-se como critério de pesquisa a consulta no Diretório dos Grupos de Pesquisa da Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), estabelecendo a palavra-chave “questão agrária” como termo de busca. Tal verificação constatou a existência de 76 grupos que discutem a referida temática na grande área do conhecimento (ciências sociais aplicadas). No caso específico do Serviço Social, 279 grupos em sua totalidade tratam dos variados temas que abarcam a profissão, sendo que 14 grupos de pesquisa debatem sobre a questão agrária no Serviço Social.

Quanto à região de maior concentração dos grupos de pesquisa que contemplam a temática da questão agrária, destacam-se as regiões nordeste e sudeste, concentrando um quantitativo expressivo de grupos de pesquisas – seis (06) em cada região – do total dos 14 grupos. Na região sul dois grupos vinculados ao Serviço Social discutem sobre questão agrária. Por outro lado, a pesquisa constatou que nas regiões norte e centro-oeste inexistem grupos de pesquisa que tratem sobre a temática.

A respeito do expressivo número de grupos de pesquisa localizados no nordeste, infere-se que a predominância das discussões acerca da questão agrária advém da histórica estrutura fundiária que predomina na região e que ainda não foi superada. Cabe destacar que a região nordeste se caracteriza por possuir significativa concentração de terras, acarretando nas disparidades de renda apresentada pela população nordestina, sobretudo residente no campo.

Ressalta-se ainda as precárias condições de acesso à terra e de emprego, escassez relativa de alimentos, bem como o excedente de mão-de-obra submetido à trabalhos temporários e precários nos grandes latifúndios. Esses elementos, aliados aos longos períodos de seca, contribuem para a desigualdade regional e determinam a posição ocupada pela região como um dos menores IDH²² do país.

Além disso, nota-se que o nordeste, apesar de contribuir substantivamente para o abastecimento do mercado interno de gêneros alimentícios, não registra a elevação do padrão de vida dos seus trabalhadores rurais. É notório que o direcionamento de investimentos oriundos do capital internacional é destinado ao setor do agronegócio predominante em outras regiões, a exemplo do centro-oeste e sudeste. Diante disso, acredita-se que as questões relacionadas às desigualdades presentes no nordeste e suas relações com a questão agrária, contribuem para o número expressivo de grupos de pesquisa sobre o tema na região.

Por outro lado, é imperioso destacar que o sudeste concentra, em geral, grande parcela dos grupos de pesquisa no país em função da concentração histórica de grandes centros universitários, especialmente no âmbito da pós-graduação e pesquisa, estarem localizados nesta região. Logo, percebe-se que o expressivo número de grupos de pesquisa que discutem questão agrária localizados nesta região também é proporcional a esta concentração.

Após a apresentação geral do universo da pesquisa apresentam-se, a seguir, os dados referentes ao objetivo específico *“Identificar os objetos de estudo que tem permeado as produções científicas e, especificamente, se são produções ligadas ao exercício profissional do Serviço Social e/ou se são decorrentes de produções de profissionais inseridos no meio acadêmico”*. Esta categorização possibilita quantificar as produções relacionadas a experiências do exercício profissional e também aquelas decorrentes de pesquisas desenvolvidas no meio acadêmico conforme dispostas na tabela abaixo:

²²O Índice de Desenvolvimento Humana (IDH) é uma medida comparativa utilizada para classificar o grau de desenvolvimento dos países.

Edições do ENPESS	Número de produções vinculadas ao exercício profissional	Número de produções oriundas do meio acadêmico	TOTAL
IX ENPESS – 2004	---	05	05
X ENPESS – 2006	01	03	04
XI ENPESS – 2008	---	14	14
XII ENPESS – 2010	---	14	14
XIII ENPESS – 2012	01	27	28
IX ENPESS – 2014	01	09	10
06 edições	03	72	75

Tabela 1 – Quantificação de produções vinculadas ao exercício profissional e provenientes do meio acadêmico nos ENPESS de 2004, 2006, 2008, 2010, 2012 e 2014. Elaboração própria com base nos Anais dos ENPESS, 2016.

Quanto à coleta destes dados sobre a vinculação das produções, merece destaque a dificuldade para categorizá-los, uma vez que nem todos os trabalhos publicados nos anais das edições do evento apresentam a identificação institucional do/s autor/autores – dado considerado relevante para identificar a origem da produção. Além disso, avalia-se que mesmo nos casos em que estão disponíveis os dados de vínculo institucional, não se poderia trabalhar somente com isso para identificar a origem dos artigos, tendo em vista a possibilidade de existirem profissionais inseridos de maneira simultânea em experiências de trabalho com a questão agrária e na pós-graduação, por exemplo. A partir disso, decidiu-se utilizar a análise do conteúdo desses trabalhos como parâmetro de identificação.

Nota-se que em sua grande maioria, as produções sobre questão agrária no Serviço Social decorrem da experiência acadêmica e, em algumas destas, possuem vinculação com atividades interventivas nas áreas rurais. Identifica-se nesse conjunto, a presença de pesquisas de cunho teórico e empírico; pesquisas de mestrado em andamento e/ou finalizadas; reflexões oriundas de disciplinas; relatos e discussões provenientes de experiências de estágio.

Levanta-se algumas possíveis hipóteses para entender o quadro da incipiente produção vinculada diretamente ao exercício profissional. A primeira corresponde à natureza em si do evento, pois o ENPESS é um evento de *pesquisadores*. Atualmente é caracterizado como um dos mais importantes eventos científicos da categoria, constituindo-se espaço privilegiado que visa contribuir para o debate político-acadêmico e, sobretudo, de comunicação dos resultados de pesquisas e produções desenvolvidas no ambiente acadêmico. Há que se considerar ainda a consolidação dos grupos de pesquisa sobre a questão agrária, conforme já destacado.

Ainda em relação ao tipo de evento e sua organização é importante ter em vista que

podem existir reflexões sobre a atuação profissional relacionada à questão agrária publicadas em outros eixos temáticos, a exemplo do eixo específico das políticas sociais, movimentos sociais etc, e não necessariamente no eixo que discute a questão agrária. Supondo que existam estas situações, as mesmas não puderam ser identificadas na presente pesquisa, uma vez que metodologicamente seu propósito deteve-se na análise sobre o eixo da questão agrária. Desta forma, pretende-se chamar atenção para o fato de que o número de trabalhos publicados em torno de experiências de exercício profissional com a questão agrária nas edições de ENPESS analisadas pode ser maior do que o encontrado na presente pesquisa, considerando-se a possibilidade de compreender a questão agrária como parte de um tema tratado por várias políticas sociais e, portanto, destas reflexões estarem publicadas a partir da centralidade das políticas sociais e não da questão agrária como eixo.

A própria organização dos eixos temáticos se alterou significativamente ao longo das diferentes edições, alterando-se também a forma como a questão agrária pode ser localizada na estrutura dos anais. Em 2004, os artigos que discutem a temática foram alocados no eixo intitulado “Articulação entre Formação e Exercício Profissional”, desdobrando-se no sub-eixo da “Questão rural-urbana”. Nas edições de 2006 e 2008, os artigos foram situados no sub eixo “Questão agrária, questão urbana e sócio-ambiental”, como parte do eixo mais amplo denominado “Questão social e Trabalho”.

A partir de 2010, a nomenclatura dos eixos recebe nova estruturação decorrente do debate realizado no interior da Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Serviço Social (ABPESS) instituindo-se os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs). A partir dessa orientação, o eixo foi denominado como: “Questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social” sendo que nas edições posteriores (2012 e 2014), permanece com essa nomenclatura, além de terem sido instituídas “ênfases” vinculadas ao grande eixo temático segundo seus subtemas – quais sejam, “questão agrária”, “urbana” e “ambiental”.

Considerando a emergência da profissão no bojo do capitalismo monopolista (Cf. item 2.1), infere-se que grande parte das preocupações expressas nas produções científicas e no exercício profissional decorra de características dessa trajetória, a qual historicamente esteve vinculado às manifestações da “questão social” presentes no contexto urbano. Sobre este aspecto, em entrevista Garcia (2012, p. 453-454) destaca que

Há determinações históricas relacionadas à própria gênese da profissão e seu processo de institucionalização/legitimação ocorrido no quadro do desenvolvimento capitalista industrial e da expansão urbana. O que demarca a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial, atribuindo visibilidade à “questão social”, enquanto processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso

no cenário político, exigindo, a partir de suas lutas, o seu reconhecimento como classe por parte do Estado e do empresariado. Há, também, outros condicionantes (complementares) que explicam, em parte, o quase estranhamento do Serviço Social, e/ou de boa parte de seus profissionais, à realidade agrária brasileira, apesar dos grandes avanços que o processo de formação profissional vem imprimindo, a partir dos anos 1980 e, particularmente, nas últimas duas décadas, Marilda Iamamoto e seus trabalhos faz uma crítica à tendência de considerar a sociedade brasileira numa ótica meramente urbana. Os traços fortes de reprodução no presente, dessa herança histórica, se manifesta, entre outros componentes da profissão, no processo de formação profissional, pela quase ausência do tema em suas diversas expressões concretas mais atuais e visíveis [...] Um outro traço marcante, não apenas no Serviço Social, mas que o atinge, mesmo em sua perspectiva crítica, é a fragmentação do conhecimento, que reproduz uma visão dicotômica entre o urbano e o rural, com distorções para a apreensão da realidade social, particularmente no tocante ao universo do trabalho, na sua totalidade, particularidades e singularidades.

Ainda ponderando sobre a dificuldade de identificação de trabalhos relacionados à intervenção profissional sob questão agrária deve-se considerar a invisibilidade do rural no tratamento assumido pelo Serviço Social. A permanência disso causa uma certa estranheza quando se pensa no crescimento do mercado de trabalho em municípios de pequeno porte em função do processo de descentralização das políticas e programas sociais. Apesar de sua localização e características essencialmente rurais/interiorizadas, o enfoque que tende a atravessar especificamente o campo das políticas sociais parece não considerar esta particularidade contribuindo para a invisibilidade da questão agrária e a identificação de experiências profissionais com o eixo das “políticas sociais”, conforme assinalado acima.

Segundo os dados do IBGE, no século XX o Brasil atingiu rapidamente elevado índice urbano e, em menos de um século, alterou radicalmente o *status* de um país predominantemente rural para urbano, reflexo do processo de urbanização/industrialização/modernização agrícola que intensificou a migração da população residente no campo. Entretanto, Veiga (2013, p. 268), aponta para a análise equivocada sobre o processo de urbanização no Brasil, ao afirmar que

De um total de 5.507 sedes de município existentes em 2000, havia 1.176 com menos de 2 mil habitantes, 3.887 com menos de 10 mil e 4.642 com menos de 20 mil, todas com estatuto legal de cidade idêntico ao que é atribuído aos inconfundíveis núcleos que formam as regiões metropolitanas, ou que constituem evidentes centros urbanos regionais. E todas as pessoas que residem em sedes, inclusive em ínfimas sedes distritais, são oficialmente contadas como urbanas, alimentando esse desatino segundo o qual o grau de urbanização do Brasil teria atingido 81,2% em 2000.

Em decorrência desta “distorção” dos dados entre rural e urbano, é importante mencionar que as políticas não têm sido elaboradas em conformidade com realidade de grande parte dos municípios brasileiros onde a população usuária é predominantemente rural.

O fato que merece ser destacado aqui é a prevalência do padrão das políticas sociais pensado a partir da lógica urbana, mas que é aplicado também no espaço rural, desconsiderando o quão heterogêneo é o modo de vida do camponês e suas necessidades.

É preciso ressaltar que a crítica aqui proferida não se destina a culpabilizar os profissionais por isso que se chamou de “invisibilidade da questão agrária no exercício profissional”, mas, pelo contrário, se destina a atentar para as nuances que envolvem o exercício da profissão, o qual muitas vezes é permeado de demandas imediatistas e superficiais, pautadas pela organização institucional. Essas são apresentadas por meio de fenômenos aparentes e respostas igualmente aparentes que necessitam de mediações a fim de possibilitar a superação do plano da imediatez à percepção da sua essência. Assim, para intervir na realidade é necessário conhecê-la, utilizando os procedimentos adequados, além de compreender as particularidades da totalidade concreta.

Nesse sentido, o Serviço Social deve conhecer a realidade para intervir, de modo a contribuir para a emancipação dos sujeitos através da construção, reconhecimento e valorização da própria identidade dos trabalhadores rurais, por exemplo. Não é possível compreender esse processo sem levar em consideração as relações que se constroem no interior do espaço rural – relações de cooperação e solidariedade – que interferem para além do econômico, construindo a forma de organização das comunidades, bem como as relações políticas, sociais e culturais. Esses laços seriam alguns dos elementos a serem analisados no processo de apreensão acerca das características do campesinato, desde suas relações de trabalho a suas formas de relacionamento social. Isto torna o campo um espaço heterogêneo em seu interior, sendo impossível descrevê-lo com um único conceito e observá-lo a partir de uma única ótica. (LUSA, 2011). Trata-se de mediações da realidade social que, na maioria das vezes, não se tornam possíveis de serem conhecidas dadas as condições de trabalho e vínculos empregatícios precários aos quais estão submetidos os profissionais reduzindo seu tempo de permanência nos municípios em função de possuírem mais de um vínculo de trabalho. Isso, por sua vez afeta diretamente as competências profissionais e a direção social estratégica da profissão, referendada pelo projeto ético-político profissional. Diante disso, infere-se que tais condições podem ter refletido no pequeno número de trabalhos oriundos do exercício profissional.

Os dados demonstram que a discussão sobre a questão agrária se apresenta como incipiente diante dos temas de investigação mais recorrentes no âmbito da profissão. A respeito disso, Iamamoto (2007, p.161) aponta que os temas relacionados à questão agrária correspondem somente a 3,75% das pesquisas na área de Serviço Social, sendo considerado o

eixo temático que tem despertado menor interesse. Partindo do pressuposto de que nas últimas décadas a pós-graduação de Serviço Social conquistou sua posição na grande área do conhecimento das ciências sociais, em termos proporcionais, ainda há um parco quantitativo de grupos de pesquisas que discutem a questão agrária e os temas transversais, o que implica na necessidade de aprofundamentos e pesquisas sobre a área.

Kameyana (1998), demonstra a importância da pós-graduação e sua contribuição para a constituição de arsenal teórico crítico no âmbito da profissão. Conforme a autora, entre os anos de 1975 e 1997, as áreas de maior concentração e centralidade das investigações no âmbito da pós-graduação foram: prática profissional, política social, teoria e método em Serviço Social, movimentos sociais, gênero e família. A pesquisa revela ainda que as discussões sobre prática profissional, teoria-método e história do Serviço Social correspondem há aproximadamente 40% das dissertações e teses publicadas nos programas de pós-graduação existentes no país.

Ressalta-se que a concentração das discussões sobre tais áreas (teoria e método e história do Serviço Social) justifica-se pelas transformações sócio-históricas ocorridas no país e, que consequentemente, incidiram no modo de intervenção e nas investigações mais recorrentes no campo da profissão. Como dito anteriormente, a década de 1970 é marcada pela crise do regime ditatorial brasileiro, como também pela ruptura das bases tradicionais do Serviço Social, o que pode ter repercutido no interesse de desenvolver pesquisas sobre a história e concepção da profissão, bem como seus aportes teórico-metodológicos. Desse modo,

As reflexões referenciadas no estudo sobre a pós-graduação e a pesquisa no Brasil permitem afirmar que a profissão e o conhecimento que a fundamenta só podem ser compreendidos no movimento histórico de mudanças socioeconômicas e políticas na sociedade brasileira e na inserção, construção e reconstrução da profissão nesse âmbito, mediante um movimento que não é homogêneo nem linear. (SILVA; CARVALHO, 2005, p. 11).

É importante destacar que pesquisas relacionadas à terceira idade, cidadania, democracia e direitos sociais, questão urbana, violência, questão agrária e meio ambiente constituem o campo das discussões menos presentes no período em análise.

Faz-necessário, portanto, pesquisar sobre a questão agrária no âmbito da formação profissional, compreendendo-a enquanto uma particularidade da “questão social” para assim apreendermos as nuances existentes neste espaço e contribuir com essas mediações para qualificar o exercício profissional e as demandas a ele inerentes. No capítulo que se segue

serão expostas outras nuances dos dados levantados a partir de uma análise de seu conteúdo conforme os demais objetivos da pesquisa.

CAPÍTULO III

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS ÚLTIMOS DEZ ANOS SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE DE ALGUMAS TENDÊNCIAS

Ao analisar o eixo sobre questão agrária conforme proposto nesta pesquisa, identificamos algumas tendências que estão vinculadas à temática. No universo de 75 artigos publicados durante as cinco edições analisadas, foi possível identificar um quadro de discussões diversificadas que agrupamos em nove tendências, dentre as quais destacamos sete: *questão agrária em sua indissociabilidade com a “questão social”*; *questão agrária e sua interface com a política social*; *análises sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*; *atuação do Serviço Social na questão agrária*; *conceito de modernização da agricultura*; *questão agrária e sua intersecção com a questão de gênero*; *a reforma agrária no contexto neoliberal dando centralidade ao conceito de reforma agrária de mercado*. Verificamos ainda a presença de discussões associadas à *questão agrária e sua relação com a questão ambiental* e também o debate sobre a *questão agrária e sindicatos rurais*.

O gráfico a seguir apresenta as tendências localizadas durante a análise, conforme as últimas cinco edições do ENPESS.

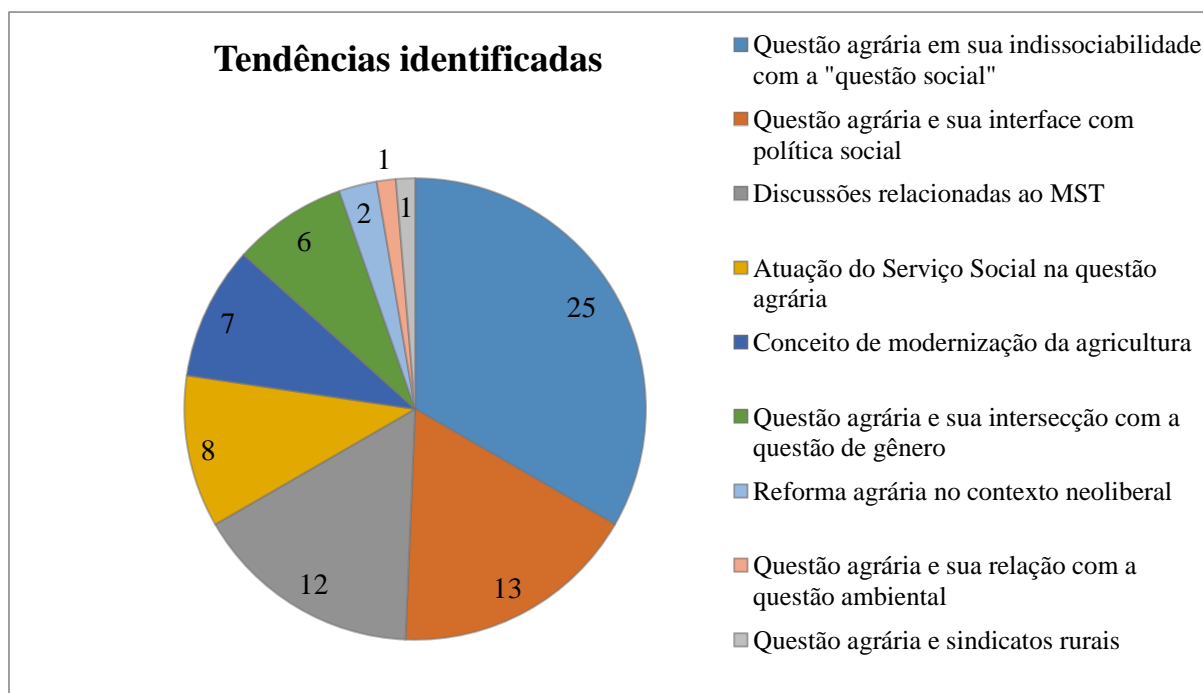


Gráfico 3 – Tendências identificadas no eixo “Questão Agrária”. Elaboração própria com base nos Anais dos ENPESS, 2016.

É fundamental explicar aqui que o critério adotado para a realização da categorização dos artigos publicados ocorreu, a priori, a partir da análise do título e identificação do objeto presente no resumo, além das palavras-chave apresentadas no texto. Ou seja, estes temas de maior incidência foram assim considerados por serem o tema central dos artigos analisados, o que não significa que ao longo destes, não apareçam outros temas relacionados.

Entre estas tendências identificou-se, como mais significativa do ponto de vista quantitativo, a presença de **25 trabalhos** que discutem a *questão agrária em sua indissociabilidade com a “questão social”*, na maior parte das vezes mediada pela questão do trabalho, conforme demonstram as citações abaixo:

O acirramento dos conflitos e contradições sociais, expressando as particularidades que compõem a **questão social** em nossa sociedade do início do século XXI, melhor observável no palco urbano, **não pode desconsiderar, em suas análises, a questão agrária, uma vez que o processo de concentração de riquezas encontra-se fortemente vinculado às relações sociais no campo**. O desenvolvimento do processo de industrialização precisa ser compreendido considerando-se também as questões da terra. (CORRÊA NETTO; SANT'ANA, 2004, p. 5).

As **condições de trabalho** em uma carvoaria estão **vinculadas à questão social** que está presente na sociedade contemporânea. [...] As condições **sócio-econômicas globalizadas desencadeiam a massificação dos trabalhadores**. É neste contexto que as possibilidades para as **relações de super-exploração do trabalho nas carvoarias** e outras atividades laborais são mantidas e fortalecidas. (KAMIMURA et al, 2010, n.p).

É no marco dessas relações que os **migrantes se constituem como “operários de temporada” ou “trabalhadores nômades”**, condensando em suas vidas a **vivência de processos de expropriação de suas terras, de exploração do trabalho e opressão de diferentes matizes**, que também impulsionam **revoltas e resistências** em defesa da vida. [...] a **“questão social”** aí se expressa **não apenas como desigualdade, mas também como resistência e iniciativas de organização** de um conjunto de forças da sociedade e do Estado **na defesa dos direitos e contra a opressão**, num tenso descompasso entre desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais em tempos e **ritmos desiguais de desenvolvimento**, típicos das condições em que se processou a revolução burguesa no Brasil (FERNANDES, 1975b). [...] O processo de **crescente concentração e centralização de capitais** acompanhado dos **elevados índices de concentração fundiária** verificados no país, já não mais permitem a **esses trabalhadores sobreviverem exclusivamente nem como produtores familiares pauperizados ou assalariados nos locais de origem, nem como operários no Sudeste**. Estão **sujeitos a trabalhos eventuais nos centros urbanos mais desenvolvidos**, cuja remuneração não é suficiente para assegurar a manutenção da família. (IAMAMOTO et al, 2012, n.p).

O movimento de **concentração e centralização do capital** mostra-se cada vez mais forte demandando uma intensa socialização do trabalho junto à **apropriação privada da riqueza produzida**, aprofundando o “fenômeno do **pauperismo**, responsável pelo **surgimento da pobreza como questão social**” (MOTA, 2008, p.25). Esta, nesse caso, teria a **expressão da “questão agrária”** caracterizada especialmente pela **concentração e mercantilização da terra e dos demais meios de produção**, aprofundando o “**pauperismo**” no campo e nas cidades e

acirrando conflitos sociais que repercutem sob as formas de resistência e organização das classes. (PEREIRA, 2010, n.p).

A apreensão da **questão agrária** como **particularidade da questão social** pressupõe a percepção do **trabalho como eixo fundante da sociabilidade**. O rural possui suas especificidades e envolve sujeitos cuja lógica não pode ser reduzida à relação capital/trabalho como é o caso dos camponeses, índios e de outras comunidades tradicionais. (SANT'ANA, 2010, n.p).

Refletir sobre a **questão agrária como uma das expressões da questão social remete-nos a pensar como ela se configura na particularidade da formação sócio-histórica brasileira**. Esta particularidade incide sobre consensos, controvérsias e correlações de forças no âmbito das ideias e das relações entre Estado e Sociedade. (SCHAPPO, 2010, n.p).

Entendemos aqui a relevância de trazer para centro do debate o acúmulo da profissão em torno da “questão social”, compreendendo-a como manifestações de desigualdades oriundas da relação antagônica entre capital e trabalho advinda da apropriação privada e monopolizada da riqueza socialmente produzida por uma pequena parcela da sociedade. Simultaneamente, sabe-se que a “questão social” revela-se no cenário ido-político na medida em que a classe trabalhadora apresenta resistência e inconformismo. (IAMAMOTO, 2007).

Assim sendo, a totalidade da “questão social” é composta por três dimensões fundamentais e intrínsecas à sociedade vigente. O processo de acumulação capitalista, que é por natureza desigual e excludente, está relacionado com a luta pela apropriação da riqueza socialmente produzida que se concretiza mediante a organização política dos trabalhadores na defesa por um Estado interventor das políticas públicas. Desse modo, a “questão social”

[...] não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, cotidiano da vida social, da condição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 84).

Considerando que “o Serviço Social tem na ‘questão social’ a base de sua fundação enquanto especialização do trabalho”, conforme Iamamoto (2007, p. 16), a atuação do profissional do Serviço Social, mediada pelas políticas sociais, interfere nas mais variadas expressões da “questão social” vivenciadas pelos sujeitos individuais seja no trabalho, na luta pela terra e moradia digna, no acesso à seguridade social etc.

Nessa perspectiva, é preciso dizer que, no âmbito do Serviço Social nem sempre o entendimento acerca da “questão social” foi analisado sob a ótica da criticidade, historicidade e totalidade. Isso porque ao longo da profissão a abordagem e o debate destinado à “questão

social” teve estreita vinculação com o cariz do conservadorismo cristão, o qual demarcou as protorfomas do Serviço Social e influenciou durante um longo período o enfiamento da “questão social” sob a égide da moral e da solidariedade. Quanto a esse aspecto, Santos (2008, p. 28) indica que nesse período

[...] o elenco dos fenômenos denominado como “questão social” apresenta-se “des-historicizado” e “des-economizado”, denotando as características próprias da “apologia indireta” (LUKÁCS, 1959). A separação dos fenômenos sociais em relação aos seus fundamentos econômicos e históricos (NETTO (org.), 1992b) obscurece as potencialidades da razão na direção da totalidade, o que acaba sendo funcional para a pretensa “naturalização” e aparente positividade do capitalismo.

A apropriação dos fundamentos da “questão social” de maneira crítica no interior do Serviço Social é algo recente. O marco que estabelece a ruptura do lastro conservador na esfera da “questão social” se dá a partir da publicação da obra marxiana “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil” elaborada por Iamamoto, a qual contribuiu de maneira significativa para a compreensão dos fundamentos da profissão e da “questão social” como mediações centrais da intervenção, possibilitando a ressignificar a “questão social” no universo teórico-prático dos Assistentes Sociais.

É importante mencionar que apesar da ampliação do debate acerca da história da profissão nas décadas de 1980 e 1990, nessa época não havia o devido destaque no que diz respeito às discussões relacionadas à “questão social” em sua relação com a profissão, com exceção de alguns autores, a exemplo de Iamamoto, Netto e Martinelli. Destaca-se ainda a pertinência da perspectiva endogenista na compreensão da historicidade profissional, embora já houvesse revisões críticas decorrentes do Movimento de Reconceituação. (SANTOS, 2008).

Diante disso, o debate acerca da “questão social” no Serviço Social dará um salto importante após a aprovação das Diretrizes Curriculares, tendo em vista a reafirmação da centralidade do trabalho e da “questão social” como elementos fundantes e transversais à profissão. Todavia, no início do século XXI há um descompasso em termos de produções bibliográficas sobre trabalho e “questão social”. Numa palavra: enquanto o debate no interior do Serviço Social alcançava seu auge, a chamada crise de paradigmas e a vertente pós-moderna contribuíam para o redirecionamento de tais discussões no âmbito das ciências sociais.

De um lado a “mal” chamada “crise de paradigmas” e as correntes pós-modernas afirmavam que a sociedade contemporânea prescindia da categoria “trabalho” para

ser compreendida; de outro, a crise do capitalismo e seus impactos no mundo do trabalho levam à produção bibliográfica de autores europeus “descobrimo” a existência de uma “nova questão social”. (SANTOS, 2008, 30-31).

A própria autora aponta ainda que o debate acerca da “questão social” nos últimos anos teve avanços pouco expressivos, apontando para a necessidade do adensamento do debate em torno da formação social brasileira para pensar as particularidades da “questão social” no Brasil.

A tarefa que se coloca nesse momento é inequívoca: *desvendar as novas determinações e expressões da “questão social” na sociedade contemporânea e, assim o fazendo, enfrentar o debate teórico colocado por uma parte da literatura europeia das ciências sociais que enxerga nesse quadro uma “nova questão social”*. (SANTOS, 2008, p. 37, grifos da autora).

Isso significa dizer que nas últimas décadas o debate acerca da “questão social” não ultrapassou o discurso genérico ao nível conceitual, desconsiderando a necessidade de mediatizá-lo com as particularidades da formação sócio-histórica brasileira.

Dizendo de outro modo: para explicar a “questão social” no Brasil não basta identificar as categorias centrais ao modo de produção capitalista, que compõem o nível da universalidade; há que acrescentar a esse nível a singularidade dos componentes desta sociedade enquanto formação social concreta, para que se tenha condições de dimensionar suas particularidades enquanto mediações centrais das expressões da “questão social”. (SANTOS, 2008, p. 45).

Em concordância, Iamamoto (2007, p. 17) destaca sobre a urgência de

[...] decifrar as novas mediações através das quais se expressa a “questão social” na cena contemporânea [como sendo] de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla perspectiva: para que se possa apreender as várias expressões que as desigualdades sociais assumem na atualidade e os processos de sua produção e reprodução ampliada; e para projetar e forjar formas de resistência e de defesa da vida. Formas de resistência já presentes, por vezes de forma parcialmente oculta, no cotidiano dos segmentos majoritários da população que dependem do trabalho para a sua sobrevivência. Assim, apreender a “questão social” é também captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e de re-invenção da vida, construídas no cotidiano.

A ausência de aprofundamentos substantivos no debate da “questão social” talvez explique a interpretação atribuída à questão agrária como expressão da “questão social”, ilustrados nos trechos dos artigos de análise dessa pesquisa. Infere-se que o quantitativo expressivo de artigos que tratam da “questão social”, constituindo a maior tendência, advém da associação feita pela categoria da questão agrária como particularidade da “questão social”.

Esse aspecto justifica-se pelo fato da questão agrária possuir uma expressão materializada através da relação contraditória capital/trabalho, como também perpassa pela existência concreta de sujeitos políticos que adentram na luta de classes, o que facilita a análise da questão agrária a partir dos parâmetros teóricos construídos que fundamentam a “questão social”.

Essa associação é, sem dúvida, uma forma de contribuir para a tarefa de particularizar os elementos da “questão social” no Brasil. Ela demonstra que a categoria tem se voltado para a reflexão das desigualdades presentes no campo o que pode contribuir para a qualificação da intervenção profissional. No entanto, insta registrar que essa recorrente associação desconsidera que anteriormente ao surgimento da “questão social”, já havia ocorrido o processo de expulsão e expropriação dos camponeses destinados à formação de acumulação primitiva, componente essencial para a compreensão da questão agrária. Nesse sentido, ao compreendermos o movimento da gênese da acumulação capitalista, consideramos que a constituição da questão agrária antecede historicamente à “questão social” e, portanto, não é resultante desta última, mas introdutória e determinante para o surgimento da chamada “questão social”. Essa, entretanto, não é a direção hegemônica no interior deste debate já que é significativa a associação da questão agrária como expressão da “questão social”.

Na perspectiva de ir além do plano meramente conceitual e apreender as nuances que envolvem as desigualdades presentes no campo, percebemos que os trabalhos do eixo da “questão agrária” nas últimas edições do ENPESS têm realizado intersecções, por exemplo, com as expressões da cidade e de um modo geral com as particularidades da formação sócio-histórica brasileira. Foram identificados, nesse sentido, **19 artigos** que abordam os *fundamentos teóricos e históricos da questão agrária no Brasil*. Apesar de não ser uma tendência de discussão central, essas intersecções podem ser ilustrados nos seguintes trechos:

[...] a relação com a terra, a questão do uso e da propriedade, vai sendo modificada a partir de um conjunto de fatos históricos, tendo como centro, a necessidade da sociedade burguesa de separar o homem da terra, como condição de deixá-lo sem possibilidades de suprir sua sobrevivência material, transformando-o em mercadoria, tendo como única alternativa de sobrevivência a venda da sua força de trabalho. (TAVEIRA, 2012, n.p).

A superação de um modelo econômico e social [escravocrata] não significou a superação da estrutura agrária, pois **permaneceu a concentração de terras** e o **excedente de trabalhadores rurais aumentou**. Em verdade, essa “nova” estrutura fundiária exerce ação contraditória, pois ao passo que **liberta o camponês da grande propriedade, o subjugua a ela**. Segundo Martins, a **origem da questão agrária comporta a impossibilidade de acesso à terra, bem como o trabalho para os fazendeiros-proprietários como única possibilidade de vida**. [...] **A questão agrária, analisada sob o prisma da modernização da agricultura e da fusão de interesses entre oligarcas e industriais, é nomeada como modernização dolorosa**

ou, nas palavras de Martins, modernização patológica, que “subsidiada pelo Estado, se dá mais rapidamente do que a capacidade da sociedade, no seu conjunto, criar alternativas de trabalho e de adaptação para os trabalhadores que esse modelo de desenvolvimento descarta e exclui” (Martins, 2003, p.171). (COSTA; PORTELA, 2014, p. 6-7, destaques nossos).

A questão agrária no Brasil [...] se dá pela grande concentração de terra, se dá ainda pela nossa origem de colônia, pelo processo de ocupação de nossas terras, pelo processo como foram libertos os nossos escravos e, atualmente, pela degradação causada pelo agronegócio: a poluição do solo e das águas, o desequilíbrio entre as espécies e a super exploração do trabalhador e trabalhadora rural. Tudo isso tem se traduzido não só em precariedade nas vidas das famílias rurais, mas tem contribuído para que **o rural deixe de ser um lugar de moradia e trabalho**, para ser um **lugar de impossibilidades**, o que contribui para uma visão em que nos países periféricos o rural tem sido historicamente um local de precariedade social. (SANTOS, 2010, n.p).

[...] **a questão agrária e urbana no país foi agravada**, tendo em vista que o acentuado êxodo rural provocou **inchamento das cidades e áreas metropolitanas**, o que acarretou **a formação de contingentes crescentes de trabalhadores** vivendo em **condições igualmente precárias**. Nesse ínterim, o capital se fortalecia e se articulava com o desenvolvimento de uma agricultura moderna e a instalação de complexos agroindustriais. (GUERRA; SILVA; AGUIAR, 2010, n.p).

[...] a **“questão agrária”** no país é decisiva para a compreensão das **formas históricas assumidas pelo Estado** “mediante os interesses de classes vinculados à propriedade territorial na composição política do poder interferindo nas grandes transformações operadas na vida da nação” (IAMAMOTO, 2007). Assim, **compreender as configurações da “questão social” no Brasil demanda conhecer as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e de sua formação social e cultural, atravessadas pela “questão agrária”,** o que demanda problematizar o modelo de desenvolvimento agrário, centrado em alguns traços primordiais: **propriedade da terra, concentração da estrutura fundiária; processos de expropriação e exploração dos trabalhadores rurais; trajetória da luta pela reforma agrária; violência e criminalização dos trabalhadores; políticas agrícolas mercadológicas.** Por tudo isso, a “questão agrária” compreende múltiplas dimensões (econômica, social e política). (PEREIRA, 2010, n.p).

Diante dos aspectos trazidos por esses artigos, observou-se a centralidade da perspectiva histórica crítica, a qual é utilizada para fundamentar os objetos analisados. Quanto a isso, ressalta-se a importância do método materialista histórico dialético, tendo em vista a indicação de que esta corrente filosófica compreende uma perspectiva crítica, histórica e ontológica da sociedade. Destaca-se a originalidade do método formulado por Karl Marx em comparação com as demais linhas filosóficas, uma vez que ao inverter a dialética de Hegel permitiu entender que a história dos homens é resultado de suas próprias ações. Conforme Lukács (1978, p. 2), “a ontologia marxiana afasta daquela de Hegel todo elemento lógico-dedutivo e, no plano da evolução histórica, todo elemento teleológico.”. Lessa (2012, p. 12, grifos do autor) adverte:

Não nos esqueçamos de que este raciocínio, que pode parecer óbvio e simplório muitas vezes, é uma conquista recente na história da humanidade. Apenas no século XIX, com Marx, a tese de que a história humana é resultado *exclusivo* das ações do homem em sociedade é afirmada e demonstrada.

A teoria social de Marx inaugura a possibilidade de o homem questionar seu destino, o qual era predeterminado por potências divinas antes do século XIX. Explico-me: diante do baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas e, conseqüentemente, da escassez de gêneros alimentícios que permeava as sociedades primitivas, o homem dependia dos fenômenos naturais para sobreviver. A busca por alimentos dependia do que a natureza ofertasse cotidianamente, indicando a existência de um poder incontrolável atribuído a entidades divinas e, portanto estimulante das posturas de aceitação e agradecimento daquilo dos homens para com tais divindades. Essa concepção tangenciava a centralidade da histórica e inviabilizava o reconhecimento do papel ativo dos homens enquanto protagonistas das transformações societárias. (LESSA, 2012).

É somente com o desenvolvimento das forças produtivas, viabilizado pelas condições dadas a partir da Revolução Industrial (1776-1830), que há a possibilidade de domínio da natureza pelo homem, superando a relação de submissão presente em contextos históricos precedentes. Há que se considerar que a Revolução Francesa (1789-1815) demonstrou a ultrapassagem da relação submissa entre o homem e a natureza, quando classes sociais de forma organizada questionaram o regime feudal, o derrubaram e implantaram uma nova sociabilidade. (LESSA, 2012).

Compreendendo o trabalho enquanto categoria fundante do ser social, Marx demonstrou por quais mediações os homens fazem a totalidade da sua história. Assim, “[...] demonstrou de forma cabal que nada há na história que não seja resultado do agir dos homens em sociedade – e, nesta demonstração, peça fundamental é sua descoberta de o trabalho ser a categoria fundante do mundo dos homens.”. (LESSA, 2012, p. 27).

É através do trabalho, fundante da humanidade, que o ser social transforma a natureza – e a si próprio – em produtos que tenham a finalidade de atender suas necessidades biológicas. Desvela ainda a distinção entre o homem dos demais seres vivos sem perder sua organicidade.

A essência do trabalho consiste precisamente em ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente. O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica: o produto, diz Marx, é resultado que no início do processo

existia “já na representação do trabalhador”, isto é, de modo ideal. (LUKÁCS, 1978, p. 4).

Sublinhamos esses elementos para evidenciar que a pertinência da perspectiva histórico-crítica ilustrados nas citações acima demonstra que a produção do conhecimento sobre a questão agrária tem-se remetido aos fundamentos históricos e teóricos em coerência com a análise marxista.

Nota-se, assim, a forte presença do referencial teórico adotado pela direção social da profissão e das possibilidades criadas por ele para desvendar as contradições da realidade, alcançando a essência dos fenômenos que se apresentam na superficialidade. Esse quadro revela os avanços obtidos pelo movimento de renovação do Serviço Social brasileiro²³.

Foi possível identificar também a discussão acerca da *questão agrária e sua interface com a política social*, a qual se expressa no quantitativo de **13 artigos**, com destaque para algumas citações apresentadas abaixo:

Nas **duas últimas décadas** assiste-se no Brasil a **consolidação** de um dos pilares do **projeto neoliberal**, a “**focalização**” de ações públicas governamentais, via **políticas sociais de corte assistencialistas**, destinadas aos segmentos sociais pobres, quando o Estado direciona gastos sociais à implementação dos chamados **programas de “transferência de renda”**. (LUSTOSA, 2008, n.p).

Nas **últimas décadas**, o **foco da atuação governamental** para os assentamentos resultantes da política de Reforma Agrária, **deixa de ser voltada**, estritamente, à **desapropriação de terras e assentamento imediato de trabalhadores rurais** e passa a envolver a **preocupação com a sua viabilidade econômica, social e ambiental**, isto é, o **desenvolvimento desses assentamentos**. Tais mudanças, por sua vez, resultam de uma conjuntura marcada, ao mesmo tempo, pela efervescência social e política quanto pelas determinações econômicas. A partir de então, são **construídas e implementadas propostas governamentais que objetivam a consolidação e emancipação dos assentamentos**. Nesse sentido, é criado no **INCRA**, com base nos pressupostos do II Plano Nacional de Reforma Agrária-PNRA, o serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – **ATES**. (CARVALHO, 2010, n.p).

O **sindicato** tornou-se a “**porta de entrada**” para o acesso a **aposentadoria**. Estar **filiado ao sindicato**, mesmo que por pouco tempo e pagando as “taxas” exigidas por esta instituição, **garante a posse de uma declaração** que atesta frente à **burocracia do INSS** a sua **condição de trabalhador rural**. [...] O **acesso à aposentadoria** em sua maioria é visto pelos idosos da comunidade como uma “**benção**” e **não como um direito**. (JORGE, 2012, n.p).

Com o **movimento de expulsão promovido pela mecanização** e consequente **precarização do trabalho na agroindústria canavieira**, sobretudo nos **municípios e regiões** nas quais esse se constitui o **principal setor da economia**, muitos trabalhadores veem-se **desprovidos da possibilidade de garantia de sua reprodução social por meio das relações de trabalho**, passando a ter nas **políticas públicas**, principalmente as **de seguridade social** (saúde, previdência e assistência

²³ Conferir cap. 2.

social – com maior enfoque a esta última) **a busca pelas condições mínimas necessárias a sua sobrevivência.** (SANT'ANA, 2012, n.p).

Como **forma de redução das desigualdades**, por conseguinte **da pobreza**, materializa-se **ações por meio da intervenção dos projetos e/ou programas especiais**, na tentativa de que as **políticas públicas possam incluir progressivamente as populações dos seus processos sociais excludentes.** [...] Por consequência, **várias intervenções**, de caráter especial, **são implementadas no Brasil e no Nordeste**, a exemplo do Programa de Desenvolvimento da Região Nordeste (Projeto Nordeste) e do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), criados nos anos de 1980 e praticamente até o início dos anos de 1990, que dão origem a partir de 1995, **aos projetos de combate à pobreza rural**, denominados de **PCPR**, que tem como **características centrais: a participação dos usuários através de suas entidades representativas**, especialmente as associações comunitárias e a descentralização da decisão e ações, **por meio dos conselhos municipais, estratégia adotada**, a partir dos **anos 90** do século XX, **pelo Estado brasileiro na concepção e operacionalização das políticas sociais.** (MAGALY; MACEDO, 2014, p. 4).

Esses trechos demonstram a pertinência da necessária articulação entre questão agrária e política social. Considerada como resultado das relações complexas estabelecidas entre Estado e sociedade, forjadas no interior das lutas de classes, as primeiras iniciativas caracterizadas como políticas sociais surgiram na ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial. Todavia, sua generalização está situada na passagem do capitalismo concorrencial para a idade dos monopólios, especialmente após a Segunda Guerra Mundial (1945).

As iniciativas que antecederam a constituição da política social eram denominadas de protoformas de políticas sociais. Estas, apresentavam em suas legislações características que estavam longe de proteger os trabalhadores; ao contrário tinham como caráter a punição e repressão. A proteção social nessa época tinha como finalidade obrigar o exercício ao trabalho a todos os indivíduos que tivessem condições de trabalhar, donde as ações assistenciais (alimentação, casas de trabalho) serviam para persuadir o trabalhador que recusasse a oferta para assim, mantê-los em seus postos de trabalho. Porém, nem todos conseguiam acessar tais benefícios, haja vista os critérios seletivos e restritivos.

Essas legislações estabeleciam distinção entre pobres “merecedores” (aqueles comprovadamente incapazes de trabalhar e alguns adultos capazes considerados pela moral da época como pobres merecedores, em geral nobres empobrecidos) e pobres “não merecedores” (todos que possuíam capacidade, ainda que mínima, para desenvolver qualquer tipo de atividade laborativa). Aos primeiros, “merecedores” de “auxílio”, era assegurado algum tipo de assistência, minimalista e restritiva, sustentada em um pretenso dever moral e cristão de ajuda, ou seja, não se sustentavam na perspectiva do direito. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 49).

O acelerado ritmo do processo de industrialização/urbanização provocou a intensificação do pauperismo, culminando no agravamento da “questão social”. É nesse

ínterim que são forjadas as lutas pelas novas regulamentações das relações de trabalho pelo Estado, contando com a inserção de sujeitos políticos no cenário de lutas para reivindicar a intervenção estatal nos problemas sociais.

Na concepção de Behring e Boschetti (2011, p. 51), as políticas sociais “são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho.”. Assim, verifica-se que a atuação do Estado por meio da política estatal deve ser compreendida a partir das lutas antagônicas “multissecular[es] entre capitalista e trabalhador”, nos termos de Behring e Boschetti, organizadas e dirigidas pela classe trabalhadora.

[...] a generalização dos direitos políticos é resultado da luta da classe trabalhadora e, se não conseguiu instituir uma nova ordem social, contribuiu significativamente para ampliar os direitos sociais, para tencionar e mudar o papel do Estado no âmbito do capitalismo a partir do final do século XIX e início do século XX. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 64).

É imperioso destacar que ao passo em que a política social é utilizada para amenizar as desigualdades sociais oriundas do modo de produção, a mesma assume também uma dupla função nesta sociabilidade: manter a ordem social e a atender as exigências do mercado. Isto significa que sua funcionalidade é atender os interesses de ambas as classes sociais e, portanto, não tem como propósito cessar as contradições decorrentes da relação capital/trabalho.

Com esse percurso queremos evidenciar que a atuação do Serviço Social se dá num campo extremamente tensionado por projetos societários em disputa, requisitando uma intervenção crítica, criativa e qualificada por parte dos profissionais. Essa compreensão pode facilitar na construção de estratégias no decorrer da prática profissional, bem como contribuir para mediações necessárias no campo contraditório em que se formulam e implementam as políticas sociais. Cabe ressaltar que a ausência dessa análise pode implicar na recusa da unidade entre teoria e prática, além de reclamações acerca do distanciamento entre projeto profissional e realidade, rebatendo em práticas mecanicistas, burocráticas e rotineiras.

Infer-se que a expressividade dessa tendência, observada nas produções analisadas, significa que o reconhecimento das limitações inerentes às políticas sociais no bojo das contradições do modo de produção vigente, como uma das mediações necessárias para pensar a questão agrária em uma profissão de natureza interventiva (Cf. Cap.2). Destaca-se ainda a pertinência do debate acerca da participação de sujeitos políticos no âmbito do controle social,

o que demonstra a necessidade do estabelecimento de pactos entre Estado e sociedade, como ressaltado anteriormente.

Até em decorrência disso que se disse anteriormente, em torno da presença dos sujeitos políticos na constituição da política social, outro aspecto a ser destacado como tendência dos conteúdos encontrados diz respeito às *discussões relacionadas ao MST* identificadas em *12 trabalhos*. Ou seja, os estudos em torno da questão agrária no Serviço Social contemplam não só a política social como mediação, mas também o conhecimento sobre sujeitos coletivos importantes na sua materialização na realidade concreta da formação social brasileira. Nesta tendência encontramos conteúdos com diversos enfoques passando pelas práticas coletivas do movimento; sua importância na formação da consciência política-organizativa dos sujeitos do campo, por meio da parceria com as Instituições de Ensino Superior (IES), como também do projeto alternativo da agroecologia pautado pelo movimento. Essa tendência é demonstrada pelas citações abaixo:

Além das ações diretas, há uma **preocupação no movimento com a permanente formação de seus militantes nas diversas áreas do conhecimento, a formação política e a difusão de valores e princípios** que devem reger uma organização, noutras palavras, o MST além de realizar, ocupações de latifúndios, bloqueios de rodovias, ações diretas em empresas multinacionais – o que é considerado de grande relevância para as conquistas desejadas pelo movimento – imprime uma preocupação com a disseminação de determinados valores, observa o aspecto da subjetividade dos trabalhadores rurais, **constrói um complexo cultural que deve nortear militantes, assentados e acampados, bem como busca “dar vida” aos princípios defendidos pela organização para uma nova sociabilidade**. Simultaneamente, num processo dialético, procura dar perenidade ao movimento social, transformando-o em organização política na medida em que ele não termina quando há a conquista da terra, mas continua consistente, por **defender um projeto de sociedade** que não é alcançado com a terra por si só. (BANDEIRA, 2008, n.p).

Em meio a este refluxo dos movimentos sociais, o **MST tornou-se um movimento de resistência aos ideais neoliberais**, unindo forças para se contrapor ao desenvolvimento capitalista, visando uma nova forma de utilização da produção rural através da **distribuição igualitária das terras nacionais aos produtores rurais**, com o objetivo de produção familiar e nacional, garantia de direitos sociais e políticos e com a certeza de que somente será possível esta transformação com a realização da reforma agrária no Brasil. [...] **O MST tornou-se um movimento de massa e autônomo**, que articula os trabalhadores para a luta pela reforma agrária e para um novo projeto de governo diferente do modelo capitalista, segundo percorrido por Prado (2.005). (LEANDRO; SANT’ANA, 2008, n.p).

[...] desde sua instituição existe a **preocupação do MST em se legitimar como autônomo politicamente**, sem desconsiderar a necessidade de efetivação de parcerias. Considera-se nestas ações do Movimento, a **compreensão do papel da religiosidade na formação sociocultural do povo brasileiro e o potencial da mesma na produção de significados**, justificando apropriação destas características e a **junção do binômio fé e política** de modo que os integrantes pudessem compreender as motivações e a pertinência da luta em que estavam envolvidos, estimulando-os a crerem em seus projetos [...] Reconhecendo esta potencialidade de formação da consciência, o **MST incorpora a mística** ressignificando-a

gradativamente **a partir da perspectiva classista**, mantendo muitas de suas características, mas ponderando o caráter de transcendentalidade existente em seu sentido original **sem**, porém, **eliminar seu caráter de animação, reflexão e significação do organizar-se**. (BATISTA, 2012, n.p).

A **fundamentação teórico-metodológica dos centros/ escolas de formação** se baseia nos princípios filosóficos e pedagógicos da educação e da pedagogia construídos pelo MST a partir de três **principais fontes**: a **Pedagogia Socialista, a Educação Popular e o materialismo histórico dialético**. O MST vem construindo, a partir de sua luta, **processos pedagógicos orientados pelo projeto de Educação do Campo**, que se manifesta “na ação prática da relação entre ciência, cultura e trabalho como princípio educativo, dimensões básicas da educação omnilateral” (FRIGOTTO, 2012, p.271). [...] O **desenvolvimento da agroecologia** torna-se essencial para a construção e defesa de **uma reforma agrária de novo tipo** (popular), feita pelo MST em articulação com outros setores das classes trabalhadoras do campo e da cidade, que **contemple a afirmação de outra matriz produtiva e política, em contraposição ao agronegócio**. No entanto, persiste o desafio de **fortalecer sua organização produtiva, educativa, formativa e política não só para o combate aos transgênicos e agrotóxicos**, mas também para a **materialização da agroecologia**. Podemos afirmar que a **superação do atual modelo** produtivo capitalista na **agricultura** está articulada, visceralmente, com a **luta anticapitalista**. (BEZERRA; RODRIGUES, 2014, p. 10-11).

Para início de conversa é preciso destacar que a aproximação política do Serviço Social com interesses dos setores populares se deu de forma tardia, dado o surgimento da profissão atrelado aos preceitos da Doutrina Social da Igreja Católica e, posteriormente, em virtude da introdução na profissão da tendência empiricista e mecanicista sob o respaldo do conservadorismo presente nas Ciências Sociais, em 1950. É somente na década de 1960, com o Movimento de Reconceituação latino-americano, que o Serviço Social estabelece aproximação com os segmentos da classe trabalhadora²⁴. (DAL MORO; MARQUES, 2011).

As manifestações incidentes na década de 1960 e retomadas no período da crise da autocracia burguesa contribuíram de maneira significativa para a apropriação da temática dos movimentos sociais pelo Serviço Social. Trata-se de um contexto sócio-histórico profícuo para o surgimento das organizações sindicalistas e dos movimentos sociais populares, além do avanço de organização nos locais de trabalho, através da criação das comissões de fábrica.

Contudo, o neoliberalismo introduzido na década de 1990, tem rebatido nas ações de mobilização e organização dos movimentos sociais, dificultando-as e causando o refluxo destes. Importante destacar que esse refluxo tem incidido também no recuo do debate acerca da temática no interior do Serviço Social. Conforme Iamamoto (2007, p. 461), “a área temática de menor investimento na pesquisa refere-se aos ‘conflitos movimentos sociais, processos organizativos e mobilização popular’ – o que é motivo de preocupações.”.

²⁴ Conferir cap. 2.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), atualmente considerado o movimento de maior expressão na realidade do Brasil e um dos mais relevantes existentes na América Latina, surge na década de 1980, com forte presença da ala progressista da Igreja Católica. Suas ações de resistência contribuem para a publicizar e politizar o tema acerca da questão agrária brasileira, uma vez que diferentemente de alguns países o Brasil não realizou mudanças estruturais, ampliando a concentração de terras inalterada. Esse aspecto determina o lugar ocupado pelo país, sendo o segundo maior em concentração de terras, atrás somente do Paraguai. Conforme Duriguetto e Montañó (2011, p. 278-279),

O MST é a referência central dos principais órgãos internacionais que congregam organizações camponesas, tais como a *Via Campesina* – organização internacional que realiza campanha global pela reforma agrária e articula diversos momentos do campo que lutam por soberania alimentar e políticas agrícolas adequadas à pequena produção – e a CLOC (Coordenação Latino-Americana de Organizações Camponesas).

A trajetória histórica do MST é constituída por muitos acontecimentos de disputa e ocupação de terras. Seu surgimento está atrelado à intensificação do modelo de desenvolvimento capitalista introduzido no campo desde o regime autocrático burguês, o qual tinha como intuito promover a modernização do campo mediante o estímulo do grande capital na agricultura e a concentração da propriedade da terra.

Cabe destacar que esse modelo de desenvolvimento tem provocado desemprego e migração dos camponeses para as cidades, uma vez que não há, por parte do Estado, o compromisso de implantar políticas públicas que viabilizem a permanência e reprodução social dos trabalhadores rurais. No entanto, existem trabalhadores que resistem no campo e visualizam o movimento como estratégia de luta e enfrentamento das contradições engendradas pela sociabilidade burguesa, evidenciados nas citações acima.

Outro aspecto a ser destacado sobre o MST diz respeito às atividades e cursos de formação dos militantes e da base do MST em parceria com universidades. Há que se considerar também a instalação de Centros Nacionais de Formação como o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária e o Instituto de Educação Josué de Castro, situado em Veranópolis no estado do Rio Grande do Sul, e a Escola Nacional Florestan Fernandes na cidade de Guararema, em São Paulo.

Nesse sentido, destacamos a pertinência desse enfoque identificado nos trechos expostos acima, os quais demonstram a importância da formação política-organizativa dos sujeitos do campo pautada pelo MST na medida em que possibilita o questionamento da

ordem societária, não se limitando apenas à realização da reforma agrária nos marcos do sistema capitalista. “É inegável o potencial de confronto do Movimento com o capitalismo, por apresentar propostas de desenvolvimento e práticas de atuação e de organização questionadoras do modelo vigente.”. (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011, p. 279).

Nessa direção, discutir sobre questão agrária é reconhecer o protagonismo dos sujeitos políticos inseridos na luta travada pelo MST pelo acesso à terra e direitos sociais. É nesse processo que os Assistentes Sociais se inserem, com o desafio de identificar as possibilidades para avançar na perspectiva emancipatória, no sentido de contribuir para a construção de uma nova sociabilidade através de ações educativas que possibilitem uma análise crítica da realidade. Duriguetto e Baldi (2012, p. 197), indicam que

[...] as práticas de mobilização social e de organização são expressões das práticas educativas desenvolvidas pelas classes sociais na busca da ampliação de consensos em torno de seus projetos societários, na disputa pela hegemonia. O Serviço Social participa destes processos, recriando-os através do movimento da prática profissional. Portanto, as práticas de mobilização social e organização são realizadas, fundamentalmente, pelas classes sociais. Não são práticas exclusivas do assistente social, mas constitutivas da profissão e perpassam todo o corpo teórico-prático da mesma, corpo este tensionado pelos distintos projetos das classes.

Em concordância com o projeto societário defendido pelo MST está o projeto ético-político profissional do Serviço Social, o qual orienta para a importância de uma intervenção pautada na perspectiva de fortalecimento dos interesses da classe trabalhadora e formativa de sujeitos coletivos. Assim, considera-se que os movimentos sociais são parte integrante do exercício profissional.

No Código de Ética de 1993 (CE), percebe-se a relevância da vinculação entre profissão e os movimentos sociais ao explicitar o seguinte princípio: “articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as.”. Além disso, dentre as competências do Assistente Social que dispõe a Lei de Regulamentação da Profissão, destaca-se: “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticas e sociais da coletividade.”.

Nesta direção, nota-se que o debate acerca da questão agrária apresenta transversalidade com os movimentos sociais, sobretudo pela natureza deste movimento, o qual tem como objetivo a luta pela democratização do acesso a terra e a construção de uma sociedade sem exploração e desigualdade.

Identificou-se ainda a existência de *oito artigos* que tratam da *atuação do Serviço Social na questão agrária*, como ilustram os trechos a seguir.

[...] o pesquisador da área de serviço social inserido no meio acadêmico e o profissional inserido em organizações empresariais típicas da cadeia da cana-de-açúcar cabe discutir os diferentes aspectos presentes na vivência cotidiana destes trabalhadores. Faz-se necessário entender as especificidades desta questão e seus desdobramentos na atualidade, reconhecendo (na prática) os direitos destes trabalhadores [...] Discutir a atuação do Serviço Social neste espaço é questionar o direcionamento que se dá as diversas atuações profissionais. **A atuação profissional deve estar comprometida com a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbitrarismo e autoritarismo**, e principalmente com o **compromisso de construção de uma nova ordem societária**, sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero. (SOUZA; FREITAS, 2008, n.p).

[sobre] a **necessidade de perceber o rural também como um espaço** onde as **relações de dominação capitalista** estão presentes, sendo necessário desmitificá-lo, indo além do que se apresenta no aparente e **compreendendo como os assistentes sociais percebem e lidam com as demandas advindas das contradições presentes na questão agrária brasileira**. [...] Isso **requer compreender** conforme Iamamoto (2003) o momento ao qual estamos passando com **processo de reconfiguração do capital** que se por um lado causa **processo de modernização tecnológica** em inúmeros setores, dentre esses o agrícola, por outro lado **causa uma barbárie na reprodução das condições de vida da classe trabalhadora**, com a qual nos **defrontamos cotidianamente em nosso exercício profissional** (Iamamoto, 2003, p.174). (RAMALHO, 2012, n.p).

Em relação a realidade dos assentamentos agrários, **o assistente social** deve em seu cotidiano de exercício profissional **posicionar-se em consonância com o projeto ético político profissional**, buscando **para além de assegurar direitos**, colocar-se como **partícipe nas construções coletivas de luta pela posse e uso da terra e os rebatimentos inerentes a esse processo**. [...] O assistente social precisa ter presente que a **defesa de direitos é bem mais que garantir acesso**, mas junto aos sujeitos encontrar possibilidades e desenvolver estratégias que concretamente assegurem condições para a ampliação e consolidação da cidadania o que constitui-se um desafio cujas dimensões estão para além do imediatismo do real. (SANTOS, 2012, n.p).

[...] considera-se que **pensar o Serviço Social** na sua **relação** com a **questão agrária** é imprescindível, e, no entanto percebe-se que, apesar de a profissão incluir as expressões da questão social como seu campo de atuação, **a questão agrária**, uma das **expressões centrais e fundante da questão social no Brasil** na atualidade **não recebe devida atenção, no debate na profissão**. (SILVA, 2014, p. 2).

Conforme já dito (C.f Item 2.2), verifica-se que a atuação do Serviço Social na questão agrária, *a priori*, esteve vinculada ao projeto da ideologia desenvolvimentista introduzida no país na década de 1950, engendrado e financiado pelos EUA, sob o discurso da necessidade de superação do “atraso” dos países periféricos, especificamente para os países situados na América Latina. Para tanto, foi implementado o programa de Desenvolvimento de Comunidade (DC), com ações destinadas à população camponesa, a fim de concretizar a eliminação do analfabetismo que atingia esses sujeitos, uma vez que em nível mundial estava

ocorrendo à disseminação dos ideários comunistas, o que comprometeria o avanço dos projetos do grande capital. (AMMANN, 2003).

Sem mais delongas, a pretensão é destacar que a partir da década de 1960, as demandas da área rural são redirecionadas a partir das modificações ocorridas na abordagem das ações do DC, alterando substantivamente o direcionamento político do Serviço Social.

Uma das preocupações identificadas nas citações destacadas acima se refere ao direcionamento adotado pelos profissionais neste campo de intervenção e a lacuna existente no âmbito da profissão sobre o referido debate. Quanto ao primeiro aspecto, é fundamental explicitar que ao alcançar sua maturidade intelectual foi construído e consolidado no âmbito do Serviço Social o projeto ético-político, pautado na luta pela viabilização dos direitos dos usuários e para além disso, preza pela defesa imanente de valores libertários e emancipatórios.

No que tange a lacuna existente, sublinhamos, novamente, a importância da articulação entre intervenção e investigação, haja vista que o ato de investigar possibilita realizar mediações necessárias para a compreensão da realidade em sua essência e, conseqüentemente, contribui para o desvelamento das particularidades presentes nas demandas apresentadas cotidianamente, além de proporcionar a construção de mecanismos de intervenção e reinventando os que já existem.

Em *sete artigos* de cunho teórico são apresentadas discussões acerca do *conceito de modernização da agricultura*. Cabe destacar, conforme já explicitado, que embora essa categoria apareça em um número maior de ensaios, não se apresenta em todos de modo preponderante. Isso ocorre especialmente na relação com os trabalhos que categorizamos na temática dos fundamentos teóricos e históricos da questão agrária no Brasil. No caso da tendência que agrupa estes sete artigos a modernização conservadora é o tema central, como ilustram as citações a seguir.

[...] A convencionalmente denominada “**modernização conservadora**”, projeto que se instituiu no período do **governo militar** criou as condições para que a **agricultura assumisse um papel central na economia**, principalmente no fornecimento de alimentos para o mercado interno, matéria prima para a **indústria e produtos para a exportação**. [...] O que estava contido nesses **encaminhamentos dos governos militares era o compromisso de garantir o desenvolvimento econômico** que se efetivaria através da **expansão da empresa capitalista no campo**, estimulado por uma ampla política de incentivos fiscais e de isenções tributárias à atividade agropecuária e, para isso, era necessário que se impedisse e dificultasse o desdobramento político da luta pela terra. (DAL MORO, 2008, n.p).

Diferentemente do apregoado pela elite conservadora brasileira, a **modernização não solucionou a questão agrária**, mediante o acréscimo de tecnologia ao processo produtivo. Estamos lidando com uma **questão que “é estrutural**, e não pode ser resolvida apenas com medidas de política agrícola ou social, já que seus efeitos, fatalmente, serão destruídos pela estrutura fundiária” (MENDONÇA, 2006, p. 79).

[...] os **frutos da modernização** não poderiam ser outros senão aqueles **vinculados ao estreitamento das relações entre as diversas frações do capital – agrário, industrial, financeiro** – os quais ingeririam novas formas de organização e gestão do trabalho, com a **permanência das tradicionais estruturas e de mecanismo de dominação/expropriação do campo**. (GUERRA; SILVA; AGUIAR, 2010, n.p).

A **modernização da agricultura** pelo progresso técnico **ocasionou**, entre outras coisas, **mudanças no âmbito do trabalho**. No meio rural brasileiro, esses sujeitos que **têm sua força de trabalho transformada em mercadoria** constituíram-se historicamente, sendo definida a emergência do trabalhador assalariado rural como o resultado do processo de modernização no campo, com a intensificação do uso do capital e da terra, além de um processo acelerado de proletarização das relações de trabalho na agricultura. De fato, **os proletários rurais são fruto da privatização da terra**, com posterior expropriação dos pequenos produtores e um elevado grau de empobrecimento no campo, **onde o trabalhador rural não tem outro meio de sobrevivência que não vender sua força de trabalho** [...] (CRUZ, 2014, p. 3-4).

A partir da **década de 60** que ganha um novo alento em função do processo de luta dos diversos protagonistas no campo e da **necessidade de dinamizar a produção agrícola para abastecer o mercado interno e garantir a exportação**. Entretanto, o problema da irracionalidade do monopólio da terra foi resolvido com a **modernização da agricultura implementadas pelo regime militar**. [...] O setor industrial apostou na modernização da agricultura **sem que fosse preciso alterar a estrutura fundiária do país**. Sendo assim, a ditadura de 1964 fez uma aliança com o grande capital estrangeiro. Foram então criadas todas **as condições para que esta “modernização conservadora” se efetivasse e foi um golpe mortal na possibilidade de realização da reforma agrária**. De acordo com Martins (1982) **a irracionalidade da terra no Brasil**, diferente dos países de capitalismo clássico, **foi resolvida sem que houvesse a necessidade de se democratizar o acesso a terra**. A **modernização**, fortemente **patrocinada pelo Estado** através de recursos fortemente subsidiados à grande propriedade, **resolveu o problema da produção sem a necessidade de realização da reforma agrária**. (DAL MORO et al, 2008, mp)

No Brasil, porém, a partir da década de 1960, o que se **denominou de processo de modernização da agricultura**, na realidade, foi o **predomínio da grande agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa**; sem precisar desconcentrar terra, o Estado viabilizou a **aliança entre latifundiários e capitalistas** de forma a proporcionar desenvolvimento técnico sem com isto promover **desenvolvimento social**, aliás, pelo contrário: o grande êxodo rural fez com que neste período houvesse uma mudança na configuração das cidades com a vinda de 30 milhões de trabalhadores rurais para os grandes centros em especial, as áreas metropolitanas. (SANT’ANA, 2010, n.p).

Antes de adentrarmos na discussão sobre a modernização da agricultura, faz-se necessário esclarecer que apesar de considerarmos a referida temática como um desdobramento dos fundamentos teóricos e históricos da questão agrária no Brasil, optou-se por enfatizá-la e discuti-la em razão de sua importância na compreensão da questão agrária na atualidade.

As diretrizes do modelo de desenvolvimento econômico-social adotado pela autocracia burguesa (na expressão de Netto) demonstra a predominância da reatualização do passado como sinônimo de mudança. Refiro-me aqui às reformas econômicas, políticas e sociais realizadas no pós-1964 pelos militares, com vistas a assegurar o conservadorismo e

autoritarismo que deitam suas raízes na formação social brasileira, abortando qualquer possibilidade de construção de projetos condizentes com os interesses e as necessidades dos trabalhadores. A configuração dessas reformas revelou-se através da chamada “modernização conservadora”, conceito formulado por Barrington Moore Junior (1975).

É importante não perder de vista que a “modernização conservadora” da agricultura correspondeu a um processo no qual as classes dominantes e o Estado buscavam dar respostas aos problemas da política agrícola do país, além de atenuar os desafios da industrialização e urbanização. Graziano da Silva (1981, p. 11) destaca que

No início dos anos sessenta, que corresponde ao final da fase de industrialização pesada no Brasil, instalam-se no país as fábricas de máquinas e insumos agrícolas. Assim, por exemplo, são implantadas indústrias de tratores e equipamentos agrícolas (arados, grades, etc.), fertilizantes químicos, rações e medicamentos veterinários, etc. Evidentemente que a indústria de fertilizantes e defensivos químicos só poderia se instalar depois de constituída a indústria petroquímica; a indústria de tratores e equipamentos agrícolas, depois de implantada a siderurgia; e assim por diante.

Inicia-se, então, um novo padrão técnico-produtivo com a inserção de equipamentos agrícolas modernos que sucumbe o modelo tradicional sustentado na base de produção familiar de alimentos, gerando acentuadas desigualdades no campo. Assim, a modernização da agricultura, “[...] teve como uma de suas precondições a derrota de qualquer proposta de uma efetiva reforma agrária, optando-se por um desenvolvimento capitalista no campo com a manutenção de uma estrutura fundiária pretérita.” (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012, p. 227). Renovam-se os elementos que, de um lado, contribuíram para a resolução da questão agrícola, mas que por outro lado, intensificam a questão agrária brasileira.

Dessa forma, entende-se que a “modernização conservadora” corresponde à modernização econômica do país mediante a aliança entre burguesia brasileira, internacional e elites agrárias, determinando a posição ocupada pelo Brasil na divisão internacional do trabalho. Essa posição decorre da persistência do modelo produtivo calcado na monocultura extensiva voltada à exportação e, em razão disso, é subordinado aos ditames do capital internacional. Isso acaba incidindo na reprodução do discurso do país da “vocação agrária” arraigado na nossa história.

Além da alta concentração da propriedade de terras nas mãos de um grupo minoritário, Diruguetto e Montañó (2011) indicam que um dos impactos ocasionados pela modernização da agricultura diz respeito ao acelerado processo de migrações para os grandes centros urbanos, provocados pela mecanização do trabalho agrícola e pela criação da agroindústria. Nesse sentido, a política de modernização da agricultura não agravou somente

as desigualdades sociais do campo, mas também nas cidades, tendo em vista o grande contingente de trabalhadores do campo desapropriados que se instalaram nas cidades e a população desprovida dos direitos sociais mínimos existentes nos grandes centros urbanos.

Sobre a política de modernização da agricultura, Mendonça (2010, p. 73) ressalta que

[...] para além de colonizar as fronteiras em favor do grande capital – nacional e estrangeiro –, abrindo brechas para a expansão do latifúndio improdutivo em maior escala que os projetos agropecuários de colonização, a política de “modernização” da agricultura brasileira, penetrada pelos governos militares a partir dos anos de 1960, pautar-se-ia por mais uma diretriz: a farta concessão estatal de créditos e subsídios seletivamente direcionados para a agricultura patronal, tendo em vista disseminar tecnologia e privilegiar os produtos de exportação ou vinculados a programas energéticos (Proálcool, por exemplo).

Outro ponto a ser destacado diz respeito à conveniência da burguesia nacional e internacional em manter inalterada a questão agrária brasileira. Há que se considerar o duplo movimento que perpassa a modernização da agricultura brasileira. Em outros termos: ao passo em que promove a tecnificação do campo, disponibiliza a mão de obra dos trabalhadores para o mercado de trabalho capitalista e, conseqüentemente, mantém a circulação da produção agropecuária, sem maiores necessidades de terras agriculturáveis. Assim, a abundância de terras e de força de trabalho não atrapalha o desenvolvimento do capitalismo, pelo contrário, alavancam seus interesses. Portanto, não há compromisso por parte do Estado em alterar a estrutura fundiária no Brasil.

Antes de 1964, a reforma agrária constituía um dos pilares do projeto *desenvolvimentista*. Considerava-se a distribuição de terras um pré-requisito necessário ao desenvolvimento econômico do país. Mas a ditadura militar se encarregou de mostrar o contrário. Logo ficou evidente que o desenvolvimento capitalista podia prescindir de distribuição de terras. E o equívoco do referido projeto foi imediatamente apontado por vários economistas. Por um lado, as inelasticidades da oferta agrícola não eram tão significativas quanto imaginavam os estruturalistas. Por outro, a distribuição de riqueza que resultaria da reforma agrária não era uma condição necessária para a retomada do crescimento. (VEIGA, 2013, p. 82).

Importante evidenciar que a modernização da agricultura não se resume apenas à introdução de equipamentos tecnológicos no campo e, nem mesmo às alterações referentes à organização das relações de trabalho, sobretudo porque a modernização da agricultura corresponde a relações mais amplas, para além da esfera produtiva, a saber: intensificação dos conflitos na luta pela terra; agravamento da concentração de terras; expropriação dos camponeses etc.

Compreender essas particularidades é fundamental para entender o papel assumido pelo Estado no âmbito da questão agrária através de políticas agrícolas e medidas legislativas que intensificam a concentração fundiária e, de maneira simultânea, impulsionam o mercado produtivo. Esses elementos serão abordados na última tendência identificada, qual seja: *reforma agrária no contexto neoliberal*.

Destaca-se a presença de *seis artigos* que tratam da *questão agrária e sua intersecção com a questão de gênero*

[...] Os que já se casaram disseram que conseguem dividir as tarefas domésticas, que participam das decisões que afetam a vida da família. No entanto nesses assentamentos, embora haja auxílio de alguns homens nas tarefas domésticas, eles ainda consideram que essas tarefas são atribuições das mulheres e para Saffioti (2007), não se podem conceber as relações de gênero em que uma pessoa se sobreponha à outra, não há como suportar o patriarcado e nem mesmo o matriarcado. Dessa forma, **estabelecer relações equânimes entre homens e mulheres requer a constituição de novas relações, nas quais um seja parceiro do outro com respeito, solidariedade, fraternidade**, em outras palavras, que ambos os sexos aprendam, a viverem com a percepção do outro e do bem-estar voltados à felicidade compartilhada por ambiente e natureza bioéticos, com respeito aos direitos humanos. Dessa forma, **pode-se gerar uma sociedade sem exclusão, sem pressões, sem discriminações e sem violências**, articulando os interesses de mulheres e homens do campo e da cidade. (SERRIA, 2008, n.p).

Conjugada com o tema do trabalho, a questão de gênero aparece como **eixo estruturante do modelo de trabalho feminino** que se estabelece no campo brasileiro, sobretudo nas regiões de assentamentos de reforma agrária. Segundo Rossini (2002), **“toda sociedade humana conhecida tem uma divisão sexual do trabalho e uma consequente diferenciação dos papéis masculino e feminino”**. Isso significa dizer que toda relação entre homem e mulher supõe uma relação de poder. [...] Nas análises de Cope (2002) **é possível compreender que há uma valorização do trabalho masculino em detrimento do feminino na sociedade**. A atividade produtiva realizada pela mulher é considerada como menos importante. **Destina-se para mulher a opressão e ao homem o privilégio**. (BARRETO, 2010, n.p)

No caso das **mulheres rurais**, a **presença da divisão sexual do trabalho encontra-se nos mais diversos espaços**, sejam nas atividades elaboradas na roça, nos de geração de trabalho e renda e nas atividades realizadas no lar, nas responsabilidades da propriedade e na posse de terra. No que concerne à mulher rural, na roça, ela é encontrada em fases como o plantio e a colheita e na criação de aves e de suínos. Além disso, **a mulher interliga seu trabalho na roça para retornar as atividades do lar**. [...] O que se pode perceber é que essas mulheres executam atividades cotidianas, marcadas por serem **rotineiras, repetitivas e exaustivas**, indicando uma **acentuada hierarquia em relação ao gênero**, em que as mulheres subsumem-se em relação ao homem. (NUNES, 2010, n.p).

Para compreender a relação entre questão agrária e gênero é preciso não perder de vista o patriarcado como elemento estruturante da sociabilidade capitalista. Retomar este aspecto é fundamental para pensar as desigualdades de gênero que, por sua vez, se fazem

presentes em todos os espaços das relações sociais. Desse modo, o campo não está isento da existência de expressões decorrentes da questão de gênero.

Os avanços obtidos pelo movimento feminista nas últimas décadas têm demonstrado a acentuada inserção das mulheres no mercado de trabalho, muito embora haja a persistência de desigualdade quanto à remuneração e jornada de trabalho quando comparado com o trabalho masculino.

O movimento feminista, desde as suas primeiras expressões como sujeito político, empreendeu lutas de enfrentamento aos elementos estruturantes do sistema patriarcal-capitalista, como a propriedade privada, bem como confrontou “com o papel ideológico-normativo de instituições como Estado, família e igreja na elaboração e reprodução dos valores, preconceitos e comportamentos baseados na diferença biológica entre os sexos”. (CISNE; GURGEL, 2008 apud DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011, p. 284-285).

Diante disso, consideramos importante que tenha comparecido esta tendência entre os trabalhos analisados, uma vez que o debate de gênero é atual e pertinente, devendo se estender em todas as esferas da vida social.

Por fim, percebeu-se que *dois trabalhos* apresentam a discussão sobre a *reforma agrária no contexto neoliberal* dando centralidade ao conceito de *reforma agrária de mercado*

[...] A **reforma agrária de mercado** traduz, segundo Martins (1999), o **caráter neoliberal da proposta do governo FHC**. No processo de **compra da terra, abandona o governo federal a mediação**, haja vista que a desapropriação por interesse social para fins de **reforma agrária ficaria excluída das ações governamentais**, o que promoveria, ainda, a desmobilização da luta dos movimentos, em especial a do MST. Essa forma de o governo tratar a questão agrária foi recebida como provocação pelos movimentos sociais do campo que, historicamente, luta(ram) pela democratização da terra. Com efeito, consistiu ela, na prática, na **implementação de políticas com o objetivo de “impedir a luta pela terra, diminuindo o crescimento das ocupações”** (FERNANDES, 2001, p. 22). (COSTA, 2012, n.p).

Neste programa de **reforma agrária de mercado é retirado do Estado sua função de agente mediador no processo de mudança da estrutura fundiária e transferida essa responsabilidade para a sociedade civil**. Assim, trabalhadores rurais sem terra e/ou pequenos proprietários interessados em obter seu pedaço de chão ou aumentar sua área passariam a se organizar em associações voltadas à compra de terra. **Estas obteriam empréstimos de uma agência financeira determinada pelo governo federal e a comprariam diretamente de seu proprietário**. Nessa proposta, a associação assumiria a dívida do crédito fundiário no valor estabelecido pela transação financeira realizada pelo banco. [...] A **reforma agrária de mercado, nada se assemelha a reforma agrária redistributiva, desenvolvida pelo INCRA e com metas previstas no Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, com responsabilidade do Estado**. (BARROS, 2012).

Nota-se que a década de 1990 é marcada pela introdução do projeto neoliberal nos países periféricos, conduzidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), como parte das diretrizes de ajustamento da economia. Essas medidas correspondem ao processo de mundialização e financeirização do capital, o qual passa a adotar medidas de ajustamento que traz sérias implicações para o campo das políticas sociais, no caso específico, a política agrária. Para Boschetti (2007, p. 93),

[...] O dilúvio neoliberal, que varreu a América Latina e o Caribe nas décadas de 1980/1990, provocou a realização de contra-reformas que remodelaram os sistemas de seguridade social, com esforço da lógica estrita do seguro e, em alguns casos, de privatização dos sistemas predominantes até a década de 1990, agravando esse quadro de iniquidades.

No âmbito agricultura, Sauer (2010) salienta que desde 1996 no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), há um processo de intensificação de empréstimos contraídos pelo país, com vistas a financiar programas de compra e venda de terras. Destaca-se ainda a criação do Programa Nacional de Crédito Fundiário, o qual amplia as linhas de crédito mediante o respaldo do Estado. Nesse sentido, entendemos que o debate acerca da reforma agrária de mercado reatualiza a política de modernização da agricultura instaurada na década de 1960.

Conforme Sauer, um dos argumentos do acesso à terra via mercado se dava pela falta de recursos públicos. “[...] Não havendo recursos orçamentários suficientes para executar programas sociais caros como a reforma agrária, o país precisava de dinheiro e o Banco Mundial estava oferecendo recursos, criando uma nova fonte de financiamento de acesso à terra.”. (SAUER, 2010, p. 101).

Ao tratar a reforma agrária sob a égide do mercado, o Estado se exime da responsabilidade de mediador da política de desapropriação da terra, transferindo essa função para a sociedade civil. Essa questão pode implicar no não reconhecimento dos sujeitos enquanto portadores de direitos, além de contribuir para a desmobilização dos movimentos, conforme os trechos apresentados acima.

Cabe destacar que o programa de reforma agrária de mercado é o oposto da reforma agrária redistributiva que, por sua vez, consiste na ação do Estado em desapropriar e redistribuir terras que são apropriadas e concentradas por uma pequena classe formada por grandes proprietários. Nessa perspectiva, “o objetivo é democratizar a estrutura agrária e

promover o desenvolvimento nacional, transformando as relações de poder econômico e político, responsáveis pela reprodução da concentração da terra.”. (SAUER, 2010, p. 122).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta assumida pela pesquisa em tela, a qual teve como objetivo – *analisar a produção científica sobre a questão agrária no Serviço Social brasileiro no período de 2004 a 2014* –, permitiu adentrar numa temática complexa e de múltiplas determinações. Foram elencadas algumas considerações acerca da configuração da questão agrária em seu modelo clássico e as particularidades que abarca a questão agrária na formação social brasileira (Cf. capítulo I). Esse processo possibilitou entender a questão agrária como conjunto de contradições oriundas da expropriação de camponeses e apropriação da terra para fornecer as bases da chamada acumulação primitiva capitalista que, concentra renda e riqueza, ocasionando o agravamento das desigualdades sociais e a intensificação da miséria no campo e nas cidades. Considerando essas análises, considera-se que alcançamos o objetivo de *contextualizar os fundamentos sócio-históricos da questão agrária*.

No outro pólo da investigação, qual seja, o do Serviço Social, recuperamos as condições sócio-históricas que requisitaram a emergência da profissão e seu redimensionamento, especialmente no campo da produção do conhecimento, com a hegemonia da teoria social de Marx em seu interior. Como parte dessa contextualização, retomou-se um breve percurso histórico sobre a atuação profissional no âmbito da questão agrária, com vistas a demonstrar que a partir da reconfiguração da produção do conhecimento no interior do Serviço Social a mesma, assim como outras temáticas que transversalizam o exercício profissional, assume dupla dimensão, pois, ao ser objeto de intervenção, torna-se necessário tomá-lo também em sua dimensão investigativa.

Tendo esses resultados teóricos por suposto, é necessário destacar que embora se tenha alcançado os objetivos propostos ao longo da pesquisa, foram encontradas algumas dificuldades concernentes à totalização do volume de trabalhos sobre a questão agrária publicados no último decênio, o que se apresentou como um desafio diante do limite de tempo de execução do projeto. Essas dificuldades estão relacionadas à diversidade de temáticas abordadas nos artigos que, por sua vez, demandaram leituras minuciosas para categorizar as principais tendências manifestadas.

Após o processo de mapeamento das produções científicas sobre a questão agrária foi possível identificar um crescimento significativo do número de publicações vinculadas à temática no período em análise. No entanto, apesar disso, o total de artigos encontrados nas cinco edições tem um significado pouco expressivo diante do universo geral de publicações do ENPESS. Corroborando com o pensamento de Lusa (2011), esse quantitativo demonstra a

real necessidade de aprofundar o debate no âmbito das investigações e do exercício profissional.

Foi possível identificar ainda que a maioria das produções sobre questão agrária no Serviço Social decorre da experiência acadêmica e, em algumas destas, possuem vinculação com atividades interventivas nas áreas rurais. Cabe destacar a dificuldade para categorizá-los, uma vez que nem todos os trabalhos publicados nos anais das edições do evento apresentam a identificação institucional do/s autor/autores – dado considerado relevante para identificar a origem da produção. Nesse sentido, decidiu-se utilizar o parâmetro de identificação por meio do conteúdo desses trabalhos. Em decorrência destas análises, avalia-se que foi atingido o objetivo de *identificar os objetos de estudo que tem permeado as produções científicas e, especificamente, se são produções ligadas ao exercício profissional do Serviço Social e/ou se são decorrentes de produções de profissionais inseridos no meio acadêmico.*

Partimos da hipótese de que a produção científica sobre a questão agrária no âmbito do Serviço Social é decorrente da atuação dos profissionais que desempenham atividades junto aos movimentos sociais, assessorando-os, como também dos profissionais que intervêm na formulação de programas e projetos destinados às expressões da questão agrária e que estão inseridos ao mesmo tempo em programas de pós-graduação. Entretanto, em virtude da inexistência de informações referente à identificação institucional do/s autor/autores em praticamente todas as edições do evento, como ressaltado acima, não podemos afirmar com exatidão que tais produções sejam provenientes da experiência de profissionais vinculados aos programas de pós-graduação e que, simultaneamente, estejam atuando no exercício profissional. Diante disso, avalia-se que não foi possível comprovar tal hipótese.

Por fim, tinha-se como objetivo *verificar as principais tendências e os fundamentos presentes nos artigos sobre a questão agrária.* Com base no material analisado, foram identificadas nove tendências, dentre as quais sete tiveram maior predominância: 1) *questão agrária em sua indissociabilidade com a “questão social”*; 2) *questão agrária e sua interface com a política social*; 3) *análises sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*; 4) *atuação do Serviço Social na questão agrária*; 5) *o debate conceitual de modernização da agricultura*; 6) *questão agrária e sua intersecção com a questão de gênero*; 7) *a reforma agrária no contexto neoliberal dando centralidade ao conceito de reforma agrária de mercado.*

Analisando a tendência mais significativa do ponto de vista quantitativo, concluímos que a ausência de aprofundamentos substantivos no debate da “questão social” pode ter implicado na associação feita pela categoria da questão agrária como particularidade da

“questão social”. Por outro lado, faz-se necessário reconhecer que essa vinculação é uma forma de contribuir na tarefa de particularizar os elementos da “questão social” no caso brasileiro. Indica também que a categoria tem se voltado para a reflexão das desigualdades presentes no campo o que pode contribuir para a qualificação da intervenção profissional.

Podemos verificar ainda ao longo dos artigos analisados que a categoria vem se apropriando da perspectiva crítica para fundamentar suas análises e pesquisas, utilizando-se do Materialismo Histórico Dialético para entender as particularidades que abarcam a questão agrária. A esse respeito, compreendemos que o principal determinante para essa aproximação adveio dos avanços alcançados pelo Movimento de Renovação do Serviço Social que estão consolidados no projeto ético-político profissional.

Diante do que foi exposto temos um panorama geral acerca das principais discussões presentes na produção do Serviço Social sobre a questão agrária, denotando que a questão agrária é uma temática preñe de elementos, determinações e desdobramentos. Nessa perspectiva, consideramos importante a permanente realização de outros estudos no sentido de aprofundar dimensões que não foram trabalhadas em sua totalidade por esta pesquisa.

Cabe-nos destacar que é preciso não perder de vista que o debate em torno da questão agrária deve pautar-se na compreensão da constituição do capitalismo brasileiro, com centralidade para formação e permanência dos latifúndios, possibilitando assim um melhor entendimento acerca da relação capital/trabalho do país. Não há dúvidas sobre a função assumida pela apropriação privada de grandes extensões de terra na determinação da existência de “trabalhadores livres” de todos os meios de produção, exceto da força de trabalho, disponibilizados para as necessidades do modo de produção capitalista.

Por fim, enfatizamos que para além da importância de aprofundar a discussão sobre a questão agrária no universo acadêmico é preciso que esse conhecimento extrapole este espaço, tornando-se presente e fomentado também no exercício profissional. São muitas as atualizações das expressões da questão agrária no capitalismo contemporâneo e sua compreensão é considerada estratégica para superação de ações imediatistas e tecnicistas, tão reiteradamente reproduzidas no exercício profissional desses tempos de crise.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1994.

ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura:** perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social:** fundamentos ontológicos. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BATISTA, I. DE S. **II Plano Nacional de Reforma Agrária e o enfrentamento das expressões da questão social no campo brasileiro.** Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2012.

BEHRING, E. **Brasil em Contra Reforma.** Desestruturação do Estado e Perda de Direitos. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social:** fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, I. **Seguridade social na América Latina após o dilúvio neoliberal.** Disponível em: <http://www.ibase.br/userimages/seguridade1.pdf>. Acessado em: 07/12/2016.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social (Org.). **Assistentes Social no Brasil:** elementos para o estudo do perfil profissional. Colaboradores Rosa Prêdes et al. Brasília: CFESS, 2005.

COSTA, L. R. S. T. **As expressões da dimensão investigativa do Serviço Social brasileiro:** um estudo a partir de produções científicas (2000-2013). Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2015.

DAL MORO, M.; MARQUES, M. G. A relação do Serviço Social com os movimentos sociais na contemporaneidade. In: **Temporalis.** Brasília, 2011. ano 11, n. 21, (jan./jun./ 2011). p. 13-47.

DURIGUETTO, M. L.; MONTAÑO, C. **Estado, Classe e Movimento Social.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DURIGUETTO, M. L.; BALDI, L. A. P. Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo. **Revista Katálisis,** Florianópolis, 2012.

ELIANA, A. DA. A atuação do assistente social nas ações de assessoria técnica rural: elementos para reflexão. In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais,** CFESS, Aguas de Lindóia – SP, 2013.

FERNANDES, F. **Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”.** São Paulo: Hucitec, 1979.

FRAGA, C. K. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.101, p.40-64, jan./mar. 2010.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos).

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2010.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. O debate contemporâneo do Serviço Social e a ética profissional. In: BONETTI, D. A. et. al. (Org.). **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 87-104.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: MOTA, A. E. et al (Org.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 37. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

KAMEYAMA, N. A trajetória da produção de conhecimento em Serviço Social: avanços e tendências (1975-1997) In: **Caderno ABESS**, São Paulo, nº 8, 1998.

LESSA, S. **Serviço Social e trabalho: porque o Serviço Social não é trabalho**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LIMA, D. G. DE. **Questão agrária brasileira e a inserção do Serviço Social em políticas sociais para o campo**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2014.

LUSA, M. G. Questão rural e exercício profissional: demandas para o Serviço Social. In: **V Jornada Internacional de Políticas Públicas (Estado, Desenvolvimento e Crise do Capital)**. São Luís Maranhão, 2011.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: **Temas de ciências humanas**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

MARX, K. **O Capital**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. A Nacionalização da Terra. **The International Herald**: [S.l.], n. 2.15 de jun. 1872.

MELLO, J. M. C. de. **O capitalismo tardio**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MENDONÇA, S. R.; STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil**: A classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MONTAÑO, C. E. **A natureza do Serviço Social**: um ensaio sobre a sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MOTA, A. E. Serviço Social Brasileiro: profissão e área do conhecimento. In: **Revista Katálisis**, vol. 16, Florianópolis, 2013, p. 17-27.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. O Movimento de Reconceituação 40 anos depois. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano XXVI, nº 84, nov. de 2005.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: **Temporalis**. Ano 2, n 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001, p. 41-49.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MORO, M. D. Entrevista com Severina Garcia Araujo – professora e militante da questão agrária no Serviço Social. In: **Temporalis**. Brasília, n. 24, p. 447-457, jul./dez., 2012.

NAKATANI, P.; FALEIROS, R. M.; VARGAS, N. C. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, 2012. n. 110, p. 213-240, abr./jun.

PONTES, R. N. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua aproximação pelo Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1997.

PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. 46. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. A questão agrária e a revolução brasileira – 1960. In: STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional, 1500-1960. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 79-87.

RIBEIRO, M. **Movimento camponês, trabalho e educação**: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, J. S. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

SAUER, S. Reforma agrária de mercado no Brasil: o sonho que se tornou dívida. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, 2010. vol. 18, n.1, p. 98-126.

SIMIONATTO, I.; COSTA, C. R. Como os dominantes dominam: o caso da bancada ruralista. In: **Temporalis**. Brasília, n. 24, p. 215-237, jul./dez., 2012.

SILVA, I. K. S.; ALVES, J. S. P.; SÁ, R. A. **A questão agrária em Sergipe: uma análise a partir da estrutura fundiária do período de 2002 à 2012**. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2014.

SILVA, M. O. DA S.; CARVALHO, D. B. B. DE. **A pós-graduação e a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1985.

STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional, 1500-1960**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VEIGA, J. E. A dimensão rural do Brasil. In: STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 261-283.

_____. Fundamentos do Agorreformismo. 2. ed. In: STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil o debate na década de 1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 81-111.

BIBLIOGRAFIAS CATEGORIZADAS

ALENCAR, M. M. C. DE M. A produção do espaço na Mata Sul de Pernambuco. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Juiz de Fora – MG, 2012.

ALMEIDA, P. S. DE. Serviço Social e Questão Agrária: um estudo acerca do trabalho do assistente social em assentamentos rurais do estado de São Paulo. In: **Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Recife – PE, 2006. p. 01-08.

ANTONIO, G. A. DOS S.; ARAÚJO, V. B. DE; SOUSA, S. C. P. B. DE. et al. Entre os avanços legais e a realidade: a situação dos cortadores de cana da região de Ribeirão Preto, SP. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, São Luís – MA, 2008.

BANDEIRA, H. G. “Valores de uma prática militante”: a materialização de valores emancipatórios e a construção da hegemonia do MST. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, São Luís – MA, 2008.

BARBOSA, W. C.; OLIVEIRA, L. S. DE O.; MAGALHÃES, N. G. et al. Questão agrária e universidades públicas: uma análise da parceria MST/ Escola Nacional Florestan Fernandes e UFJF/ Faculdade de Serviço Social. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Juiz de Fora – MG, 2012.

BARRETO, A. A. O perfil sócio-econômico das mulheres do assentamento de reforma agrária João Batista II. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Juiz de Fora – MG, 2012.

BARRETO, A. A. Gênero e trabalho na Amazônia: a experiência do trabalho feminino no projeto de Assentamento de Reforma Agrária João Batista II, Castanhal-PA. In: **Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Rio de Janeiro – RJ, 2010.

BARROS, I. F. As mulheres no espaço público do Assentamento Novo Horizonte II. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, São Luís – MA, 2008.

BARROS, I. F. Os limites da reforma agrária de mercado. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Juiz de Fora – MG, 2012.

BATISTA, M. O vigor nosso de cada dia: a estética da mística do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no processo de formação da consciência classista. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Juiz de Fora – MG, 2012.

BEZERRA, C. S.; RODRIGUES, M. A. G. A parceria da UFJF-Escola Nacional Florestan Fernandes-MST: a experiência e a produção de conhecimentos do curso de especialização em estudos latino americanos. In: **Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Recife – PE, 2006. p. 01-08.

BEZERRA, C. S.; RODRIGUES, M. A. G. Questão agrária e lutas sociais contra o agronegócio: a agroecologia e a formação política no MST. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Natal – RN, 2014.

CANESQUI, F. G.; SANT'ANA, R. S. As precárias condições de trabalho vividas pelo trabalhador rural, no município de Alterosa/MG. In: **Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Porto Alegre – RS, 2004. p. 01-07.

CARVALHO, F. P. DE. Assentamentos de Reforma Agrária e as Perspectivas de Desenvolvimento Rural: um estudo de caso. In: **Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Rio de Janeiro – RJ, 2010.

CHINALI, G. A. G. DE L.; SANT'ANA, R. S. Trabalhadores da colheita manual de cana-de-açúcar e o desenvolvimento do lazer cultural. In: **Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Rio de Janeiro – RJ, 2010.

CRUZ, S. A. F. S. Funcionalidade do arcaico no rural moderno: trabalhadores rurais no Baixo-Açu (RN/Brasil). In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Natal – RN, 2014.

CRUZ, S. S. DA. A particularidade da agricultura familiar no assentamento São Roque no município de Paraty/RJ. In: **Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Porto Alegre – RS, 2004. p. 01-09.

COSTA, C. DE M. S. B. A trajetória sócio-histórica no âmbito da política de assentamento: o caso do Assentamento Centro do Designo. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Juiz de Fora – MG, 2012.

COSTA, L. F. A. DA; PEREIRA, V. C. DE M. Cotidiano de vida e trabalho de agricultores familiares de Sussuí (Quixadá/CE). In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Natal – RN, 2014.

DAL MORO, M. As novas configurações da agricultura no Brasil. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, São Luís – MA, 2008.

DAL MORO, M. Famílias residentes no entorno de áreas de preservação ambiental: condições de vida e de trabalho. In: **Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Porto Alegre – RS, 2004. p. 01-08.

DAL MORO, M.; GRACILIANO, M. A.; MACHADO, P. Questão Agrária e Questão Social no Rio de Janeiro: um debate necessário ao Serviço Social. In: **Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Rio de Janeiro – RJ, 2010.

DUTRA, A. B. F.; SILVA, A. B. DA; FRANÇA, M. H. DE. O. Os novos paradigmas: uma perspectiva de convivência para o semi-árido brasileiro. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, São Luís – MA, 2008.

ENGELBRECHT, M. R. Agricultura Familiar: o reconhecimento social da categoria no contexto brasileiro. In: **Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Rio de Janeiro – RJ, 2010.

FREITAS, T. P. DE; SOUZA, R. M. DE; SILVEIRA, U. O projeto Ético Político do Serviço Social da agroindústria canavieira. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, São Luís – MA, 2008.

GOIS, M. N. DE. Comunidades Quilombolas e Serviço Social: uma articulação possível e necessária. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Juiz de Fora – MG, 2012.

GUERRA, E. C.; SILVA, F. S. B. S.; AGUIAR, N. DE S. As expressões da subordinação do campo ao sistema do capital: reflexões a partir do caso brasileiro. In: **Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Rio de Janeiro – RJ, 2010.

HIRAI, W. G. A agricultura orgânica como um instrumento para a efetivação do direito humano à alimentação adequada. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Juiz de Fora – MG, 2012.

JORGE, A. L. O acesso à previdência rural entre idosos quilombolas. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Juiz de Fora – MG, 2012.

KAMIMURA, A. L. M.; SILVA, L. G. DA; SILVA, S. C. et al. “Carvoaria Primavera”: analisando as condições de trabalho nesse contexto. In: **Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Rio de Janeiro – RJ, 2010.

KREUTZ, I. T. Expressões do capitalismo no campo (1980-1990): campesinato e exclusão social. In: **Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Porto Alegre – RS, 2004. p. 01-08.

LEANDRO, A. U. F.; SANT'ANA, R. S. MST e a construção do sujeito coletivo. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, São Luís – MA, 2008.

LIMA, G. A. G. DE.; SANT'ANA, R. S. A cooperação informal nas associações de pequenos produtores da agrovila do MST, no assentamento de Restinga/SP. In: **Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Recife – PE, 2006. p. 01-09.

LIMA, D. G. DE. A questão agrária e o processo histórico de acumulação capitalista. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Natal – RN, 2014.

LOPES, C. F. Ocupando mentes, conquistando a terra: o significado político das ocupações promovidas pelo MST. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Juiz de Fora – MG, 2012.

LUSA, M. G. Ruralidades: economia agrária e campesinato no semiárido Alagoano. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Natal – RN, 2014.

LUSTOSA, M. DAS G. O. P. Trabalho, produção e assistencialismo: novas sociabilidades e desafios ao Serviço Social. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, São Luís – MA, 2008.

LUSTOSA, M. DAS G. O.; XAVIER, D. B. G.; LACERDA, H. G. DE. et al. Produção e trabalho na economia de mercado: as novas tendências do desenvolvimento rural/urbano no Brasil e, suas Interfaces às políticas sociais e ao Serviço Social. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, São Luís – MA, 2008.

MACEDO, A. C. S.; GOIS, M. N. DE. Acesso à água: o significado das mudanças ocorridas no cotidiano das famílias. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Natal – RN, 2014.

MACHADO, B. R. N.; VIEIRA, I. J. M.; BAIA, M. R. DA T. et al. A revolução tecnocientífica: o protagonismo dos sujeitos ribeirinhos do Marajó. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Juiz de Fora – MG, 2012.

MARTINS, L. M. S.; OLIVEIRA, L. DE F. Possibilidade de assessoria do serviço social junto à Comissão Pastoral da Terra do Vale Mucuri. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Juiz de Fora – MG, 2012.

MARTINS, T. C. S. A ação do Estado na implantação de assentamentos de reforma agrária: um estudo do Jacaré-Curituba. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Juiz de Fora – MG, 2012.

MENEZES, A. A. DE. Atividade curricular em áreas de reforma agrária: questão agrária e educação no campo. In: **Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Rio de Janeiro – RJ, 2010.

MIRANDA, A. A. B. DE. A “questão regional” e a política de assentamentos rurais no Brasil: campo de disputa. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, São Luís – MA, 2008.

NETTO, E. C.; SANT’ANA, R. S. Questão agrária e emprego doméstico: dois lados de uma mesma moeda. In: **Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Porto Alegre – RS, 2004. p. 01-07.

NEVES, C. M. DAS; PANTOJA, F. M.; GONÇALVES, M. DA P. D. et al. A relação campo-cidade em breves-Marajó: um contexto histórico social. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Juiz de Fora – MG, 2012.

NUNES, I. DE O. A Questão Agrária e a pequena produção rural e o feminino: caracterização do trabalho e vida das mulheres na produção rural. In: **Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Rio de Janeiro – RJ, 2010.

NUNES, I. DE O. Educação e trabalho: análise sobre a identidade de trabalhadora das mulheres nas associações rurais. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Juiz de Fora – MG, 2012.

PEREIRA, E. M. Questão social e Questão Agrária: as particularidades da política de reforma agrária brasileira em tempos de crise do capital. In: **Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Rio de Janeiro – RJ, 2010.

PEREIRA, E. M.; PIRES, K. S.; TEODÓSIO, S. DE S. Questão agrária e juventude: uma aproximação da realidade cearense a partir do projeto de extensão “juventude e cooperação agrícola”. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Juiz de Fora – MG, 2012.

RAMALHO, C. DA C. A questão agrária no Brasil e a migração temporária no agronegócio canavieiro. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Natal – RN, 2014.

RAMALHO, C. DA C. Serviço Social e questão agrária: a atuação profissional frente à migração temporária dos cortadores de cana. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Juiz de Fora – MG, 2012.

RIBEIRO, C. J. Reforma agrária: a economia solidária na produção de alimentos. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Juiz de Fora – MG, 2012.

RIBEIRO, C. J.; BINDA, N.; FONSECA, A. C. DA. Modos de Viver Caboclo: as manifestações coletivas nos assentamentos de reforma agrária da região Sul do Estado do Rio Grande do Sul. In: **Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Recife – PE, 2006. p. 01-08.

RIBEIRO, J. N. O café e o trabalhador rural sazonal. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Natal – RN, 2014.

RODRIGUES, A. A. Questão agrária e atuação do sindicato de trabalhadores rurais de Teófilo Otoni-MG nos anos 2000. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Juiz de Fora – MG, 2012.

ROCHA, G. DO Ó. Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: expressões, políticas públicas e conflitos de interesses. In: **Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Rio de Janeiro – RJ, 2010.

ROSA, L. B. P. DA; CAPUCHINHO, M. N. Ação política da juventude brasileira: uma abordagem da organização da juventude do MST. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Juiz de Fora – MG, 2012.

SANT'ANA, R. S. Ex cortadores de cana e trabalhadores integrantes do MST: diferentes trajetórias que colocam a questão agrária para o Serviço Social. In: **Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Rio de Janeiro – RJ, 2010.

SANT'ANA, R. S.; CARLONI, L.; OLIVEIRA, P. DE S. O acesso das famílias de trabalhadores rurais à política de assistência social no município de Guariba/SP. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Juiz de Fora – MG, 2012.

SANT'ANA, R. S.; LOURENÇO, E. A DE S.; CARMO, O. A. DO. Políticas públicas nos marcos do capital: o atendimento ao trabalhador rural no programa saúde do trabalhador e na política pública de assistência social na região de franca, SP. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Natal – RN, 2014.

SANTOS, A. R. DOS. Serviço social e questão agrária: o "abelha operária" como projeto de intervenção. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Juiz de Fora – MG, 2012.

SANTOS, M. K. C. A. DOS. Agroecologia e Serviço Social uma interação necessária. In: **Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Rio de Janeiro – RJ, 2010.

SANTOS, J. S.; BATISTA, I. DE S. Questão agrária e “questão social”: fundamentos e relações recíprocas. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Juiz de Fora – MG, 2012.

SCHAPPO, S. Ideias de modernização e questão agrária no pensamento social brasileiro. In: **Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Rio de Janeiro – RJ, 2010.

SCHAPPO, S. Josué de Castro e a agricultura de sustentação na formação sócio-histórica do Brasil. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Juiz de Fora – MG, 2012.

SERRIA, J. DOS S. R. As relações de gênero nos assentamentos do MST em Goiás. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, São Luís – MA, 2008.

SILVA, A. P. P. DA; SILVA, M. C. DA; IAMAMOTO, M. V. et al. Condições de vida e trabalho dos migrantes sazonais na agroindústria canavieira fluminense. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Juiz de Fora – MG, 2012.

SILVA, L. R. DA. Serviço Social e questão agrária: a inserção de assistentes sociais na FETAEMA e no MST-MA. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Natal – RN, 2014.

SOARES, M. G. M.; PITOMBO, B. S.; OLIVEIRA, C. A. DE et al. Serviço Social e Movimentos Sociais Agrários: uma prática inovadora. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, São Luís – MA, 2008.

SOUSA, R. S. DE. A construção social dos jardins das mulheres da primeira geração de assentamentos do MST. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, São Luís – MA, 2008.

SOUZA, S. M. DE. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): na luta pela garantia de direitos para a consolidação de uma nova sociabilidade. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, São Luís – MA, 2008.

TAVEIRA, M. R. Questão agrária na atualidade: expressões na Amazônia legal maranhense. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Juiz de Fora – MG, 2012.

TAVEIRA, M. R.; NASCIMENTO, N. S. F. A questão agrária na Amazônia maranhense: notas para o debate atual. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Juiz de Fora – MG, 2012.

TORREÃO, M. C. A resistência do trabalhador rural e o cooperativismo popular: indicação sobre o modelo organizado pelo MST no Maranhão. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Juiz de Fora – MG, 2012.